UNIVERSIDADE DE SOROCABA PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Paula Rafael Gonzalez Valelongo

O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISCURSO DA MÍDIA: O SISTEMA DE COTAS

Paula Rafael Gonzalez Valelongo

O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISCURSO DA MÍDIA: O SISTEMA DE COTAS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Goergen

Ficha Catalográfica

Valelongo, Paula Rafael Gonzalez

V245a

O acesso à educação superior no discurso da mídia : o sistema de cotas / Paula Rafael Gonzalez Valelongo. -- 2015.

147 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Goergen Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2015.

1. Direito à educação. 2. Ensino superior – Brasil. 3. Ensino superior e Estado. 4. Igualdade na educação. 5. Programas de ação afirmativa. 6. Análise do discurso. I. Goergen, Pedro, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Paula Rafael Gonzalez Valelongo

O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISCURSO DA MÍDIA: O SISTEMA DE COTAS

Dissertação aprovada como requisito

> Sorocaba/SP 2015

DEDICATÓRIA

Em gratidão, dedico este trabalho:

Ao Prof. Pedro Goergen
À Profa. Maria Angélica
À Dorotéia, minha mãe

AGRADECIMENTOS

Aos que fizeram e fazem parte da minha travessia, a minha gratidão.



Uma sociedade que produz excluídos pela pobreza, violência, racismo, analfabetismo, desídia relativamente à saúde, educação, segurança, habitação e demais condições de vida digna é uma sociedade partida, conflituosa, intolerante, preconceituosa e injusta. Exclusão gera marginalização, ignorância, insegurança, violência, ruptura do tecido social.

(José Dias Sobrinho)

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de analisar e compreender como o acesso à educação superior e, principalmente, a política de cotas são apresentados no jornal Folha de S. Paulo. A escolha deste deveu-se ao fato de se tratar de um dos mais influentes periódicos nacionais, grande formador de opinião e, portanto, reprodutor de discursos e mitos. Um dos temas mais recorrentes nos últimos anos é o sistema de cotas, instituído como mecanismo para aliviar a enorme dívida social em relação às camadas sociais que, por razões diversas, não tinham acesso à educação superior. De certo modo, as cotas visam reparar desigualdades sofridas por aqueles que historicamente estavam excluídos da educação superior: pretos, pardos e indígenas. Os métodos usados neste trabalho foram a Análise do Discurso e a Análise do Discurso Crítica, do inglês Norman Fairclough. Os artigos e os editoriais usados nas análises foram buscados no site da Folha de S. Paulo, entre os anos de 2012, ano em que a Lei 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas a pretos, pardos, indígena e estudantes da rede pública, entra em vigor, e 2013, ano posterior à implantação, para verificar como tal tema repercute. As conclusões a que se chega são: a Folha de S. Paulo trata o sistema de cotas como "medida populista", "ameaça", "afronta ao mérito acadêmico" e "afronta à autonomia universitária e às políticas locais adotadas em várias instituições"; "uma ação paternalista"; "exagero populista e discriminatório que atropela o princípio da meritocracia"; "movimento distorcido pelo viés de raça, importado dos EUA"; "Proposta ruim, de efeitos perversos"; "medida populista". Embora se posicione contra as cotas, o jornal é favorável à adoção de cotas sociais, destinadas a pretos, pardos e indígenas, e condena o uso da raça como critério para reserva de vagas, considerado um "retrocesso histórico". Segundo a Folha de S. Paulo, a excelência universitária, principalmente a das universidades estaduais paulistas, está ameaçada com o ingresso de grupos que estavam excluídos da educação superior, devido a defasagens deixadas pela escola pública.

Palavras-chave: Acesso à educação superior. Cotas. Mídia. Análise do Discurso. Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

This work aims to analyze and understand how the access to higher education and, especially, the quota policy is presented in the newspaper Folha de S.Paulo, one of the most influential newspaper in the country. The choice of Folha was due to the fact that is a great trainer and, therefore, speeches and myths. It is believed that the newspaper, for being an opinion leader and dialogue with society, reproduces discourses and myths. One of the most recurrent themes in recent years is the quota system, set up as a mechanism to relieve the enormous social debt for certain social strata that, for various reasons, did not have access to higher education. In a way, the quotas are designed to fix inequities suffered by those who were historically excluded from higher education: blacks, browns and indigenous. As methods were used the French Discourse Analysis, represented by Eni Orlandi, and the Critical Discourse Analysis, by Norman Fairclough. The news and editorials for analysis were sought on the website of Folha de S.Paulo, between 2012, year in which the law 12.7112012 - which guarantees a reserve of 50 the plates to black, browns, and indigenous students from public schools - was sanctioned, and 2013, a year after the deployment, to verify how such theme echoes. It was concluded that: Folha de S.Paulo handles the racial quotas as "populist", "threat", "affront to the academic merit", "affront to the university autonomy and local policies adopted in various institutions"; "a paternalistic action"; "exaggeration and discriminatory that populist hit the principle of meritocracy"; "distorted by race bias movement, imported from the USA"; "bad proposal, perverse effects"; "populist measure". Although being against quotas, the newspaper supports the adoption of social quotas, aimed at blacks, browns and indians, and condemns the use of the race as a criterion for reservation of vacancies, seen as a "historic setback". According to Folha, the university excellence, especially of the São Paulo public universities, is threatened with the arrival of groups that were excluded from higher education, due to gaps left by the public school.

Keywords: Access to higher education. Quotas. Media. Discourse Analysis. Folha de S.Paulo.

LISTA DE SIGLAS

AA - Ações Afirmativas

AD – Análise do Discurso

ADC - Análise do Discurso Crítica

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Educação Superior

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FSP - Folha de S.Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES – Instituto Comunitário de Ensino Superior

IES - Instituição de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OESP - O Estado de S.Paulo

PIMESP – Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SECAD – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Técnica

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de S.Paulo

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1:Tipos de metáfora	56
Figura 1: Concepção tridimensional do Discurso	
Figura 2: Caderno "Cotas: Mútipla escolha"	70
Figura 3: Painel do Leitor - Folha de S.Paulo	72
Figura 4: Cotas raciais, um erro	74
Figura 5: Populismo racial	77
Figura 6: Missão Superior	80
Figura 7: Cota de populismo	83
Figura 8: Cotas à paulista	86
Figura 9: Novo modelo de cotas	89
Figura 10: Cotas da discórdia	
Figura 11: Cotas e notas	94
Figura 12: Cotas e prazos	97
Figura 13: O impacto das cotas na qualidade do ensino	100
Figura 14: Samba da cotista doida	
Figura 15: Populismo universitário	107
Figura 16: A era das leis raciais	110
Figura 17: O lugar da cota	
Figura 18: As cotas paulistas	116
Figura 19: Matemática do fracasso	118
Figura 20: Cotas em diálogo	120
Figura 21: A medida das cotas	124
Figura 22: Cor ou raça	126

SUMÁRIO

1 2 2.1	EDUC	DUÇAO AÇÃO SUPERIOR no brasil: do direito previsto ao acesso cação como bem público	.19	
2.2	2 Educação Superior			
2.3	Glob	alização e Educação Superior	.22	
2.4	Expa	nsão e acesso à educação superior	.23	
2.5	Αçõe	es Afirmativas: Políticas Públicas para igualdade	.28	
	2.5.1	Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM	.30	
	2.5.2	Fundo de Financiamento Estudantil – FIES	.30	
	2.5.3	Programa Universidade para Todos – PROUNI	.32	
	2.5.4	Sistema de Seleção Unificada – Sisu	.35	
	2.5.5	Cotas raciais e sociais		
3 3.1	LINGU/ ESTU	AGEM, MÍDIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR UDAR A LINGUAGEM	.43 .43	
3.2	Mídia	a e Mito	.44	
3.3	Folh	a de S.Paulo: da opinião à persuasão	.48	
3.4	Os jo	ornais em seus aspectos discursivos	.49	
	3.4.1	Gêneros jornalísticos: o opinativo e o informativo	.49	
	3.4.2	Intertextualidade	.51	
	3.4.3	Pressuposição	.52	
	3.4.4	Transitividade e Tema	.53	
	3.4.5	Imparcialidade	.54	
	3.4.6	Vozes passiva e ativa	.54	
	3.4.7	Significado das palavras: escolhas lexicais	.55	
	3.4.8	Metáfora	.56	
	3.4.9	Ironia	.57	
	3.4.10	Modalidade	.57	
4 4.1		udos do Discursoise do Discurso Francesa (AD)		
4.2	Anál	ise do Discurso Crítica (ADC)	.60	
4.3	Que	é discurso?	.61	
4.4	Teoria social do Discurso62			
4.5	Ideologia e hegemonia64			

4.6	ldeo	ldeologia64			
4.7	Hegemonia e poder65				
4.8	8 Mudança discursiva para a mudança social6				
5		DISCURSOS: ANÁLISES DOS EDITORIAIS E ARTIGOS DE	00		
5.1	NIÃO Cade	erno Especial "Cotas: Múltipla Escolha", da Folha de S.Paulo	68		
5.2	Pain	el do Leitor, Folha de S.Paulo	72		
5.3	Edito	oriais 2012 e 2013	73		
	5.3.1	Cotas raciais, um erro 27 de abril de 2012	74		
	5.3.2	Populismo racial 12 de junho de 2012	77		
	5.3.3	Missão superior 31 de julho de 2012	80		
	5.3.4	Cota de populismo 16 de outubro de 2012	83		
	5.3.5	Cotas à paulista 28 de novembro de 2012	86		
	5.3.6	Novo modelo de cotas 29 de dezembro de 2012	89		
	5.3.7	Cotas da discórdia 6 de março de 2013	92		
	5.3.8	Cotas e notas 30 de abril de 2013	94		
	5.3.9	Cotas e prazos 26 de junho de 2013	97		
5.4	Artig	gos de Opinião - 2012 e 2013	100		
	5.4.1	O impacto das cotas na qualidade do ensino 18 de fevereiro de 20 100	012		
	5.4.2	Samba da cotista doida 1º de agosto de 2012	104		
	5.4.3	Populismo universitário 10 de agosto de 2012	107		
	5.4.4	A era das leis raciais 15 de outubro de 2012	110		
	5.4.5	O lugar da cota 16 de outubro de 2012	113		
	5.4.6	As cotas paulistas 27 de novembro de 2012	116		
	5.4.7	Matemática do fracasso 7 de janeiro de 2013	118		
	5.4.8	Cotas em diálogo 12 de março de 2013	120		
	5.4.9	A medida das cotas 30 de abril de 2013	124		
	5.4.10	Cor ou raça 3 de agosto de 2013	126		
6	CONSI	DERAÇÕES FINAIS	129		
REI	FERÊNO	CIAS	131		
Ane	exo A –	Lei de Cotas n. 12.711, de agosto de 2012	136		
Ane	exoB-	Caderno Especial "COTAS" - Folha de S.Paulo, 23 de dezembro	de		
201	2		138		

1 INTRODUÇÃO

A educação superior tem estado presente nos grandes debates nacionais devido à importância dela no mundo atual. Sendo cada vez mais necessária e procurada, ela tem passado por um grande processo de expansão, que provocou crescimento tanto no número de alunos quanto no de instituições.

As políticas de acesso à universidade têm possibilitado a entrada de partes de grupos historicamente excluídos da educação superior, como pretos, pardos, indígenas¹ e esudantes de escola pública. Esse tema, porém, é polêmico e provoca inúmeros questionamentos, posições favoráveis e contrárias, além de preconceitos, ainda bem comuns em nossa sociedade.

A mídia e os meios de comunicação, além de informarem, na maioria das vezes, acabam por produzir e reproduzir informações que podem gerar e reforçar mitos e preconceitos já existentes. As matérias sobre educação superior veiculadas nos jornais constituem-se de uma rica fonte de discurso sobre o acesso à universidade, considerando que a linguagem é o meio de (re)produção de discursos hegemônicos, esteriótipos, de lutas de poder; o jornal dialoga com a sociedade e seu imaginário.

Mais do que apenas apresentar tais temas, há de se considerar que a mídia é também (re)produtora de um discurso para o consenso.

No caso de criar consensos, os jornalistas não somente interpretam a opinião pública como a articulam de acordo com a linha editorial do jornal. Sabe-se que a imprensa, neste caso os jornais, pertencem a grandes empresas, que buscam lucros e visibilidade, provenientes da venda de informação e seus anunciantes.

Assim, como toda informação pode ser manipulável de acordo com a intenção editorial do jornal, é fundamental que haja uma reflexão a respeito do que está sendo exposto, a fim de desnaturalizar discursos hegemônicos, criar outras formas de compreensão, além da possibilidade de mudança discursiva.

Para que fossem possíveis as análises, algumas indagações foram norteadoras: como a Folha, periódico tão influentes no país, que se autointitula formadora de opinião e voltada para um público específico, trata o tema cotas? O

15

¹ Denominações usadas pelo Instituto Braileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12

que retrata sobre o tema que visa ao acesso de uma camada excluída numa instituição historicamente elitista como a universidade? Quais e como os discursos são reforçados e quais os (re)criados? Será que o jornal realmente informa na intenção de minimizar desigualdades, como se espera, ou continua a reproduzi-las e/ou reforçá-las com seus discursos?

Objetiva-se, com esta pesquisa, entender como o sistema de cotas é visto e abordado pela Folha de S.Paulo, como e a partir de quais argumentos ela se posiciona em relação ao tema, já que o discurso do jornal irá repercutir e dialogar com a sociedade.

Pesquisando a Folha de S.Paulo, foram coletados textos sobre o sistema de cotas (editoriais e artigos de opinião) veiculados nos anos 2012 e 2013, que abordavam o tema acesso à universidade e as suas formas de acesso, como as cotas raciais e sociais, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Todos os textos foram obtidos pela ferramenta de busca do site da Folha, com as palavras-chave "educação superior", "ensino superior", "cotas", "acesso", "Prouni", "Fies", "Sisu" e "Enem".

Devido ao grande volume de textos veiculados no jornal, e considerando o tempo de desenvolvimento desta pesquisa, resolveu-se focar em uma das formas de acesso, no caso as cotas, por sua relevância. Decidido isto, foram descartados os textos que tratavam das outras formas de acesso. Durante a seleção do material, foi encontrado também um caderno especial da Folha de S.Paulo (anexo B) sobre as cotas, que vai contextualizar os editoriais e artigos analisados.

A escolha da Folha de S.Paulo se deu, além da publicação do caderno especial sobre as cotas, por seus dados de tiragem e circulação e pela sua relevância no estado de São Paulo e no Brasil.

Pesquisa do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), de maio de 2015, sobre a venda de assinaturas dos jornais brasileiros, mostrou que a Folha é o jornal mais vendido no Brasil, com cerca de 337.750 edições impressas diárias. Sobre as versões on-line, desde 2012 a Folha adota o sistema *paywall*, que disponibiliza, mensal e gratuitamente, a leitura de até 20 textos, o que fez com que aumentasse, assim, o número de assinaturas digitais do jornal, já que, para

continuar com as leituras, era preciso se tornar assinante. Segundo a mesma pesquisa, "a Folha lidera o *ranking* digital com 145.552 assinaturas, estando à frente de O Globo e O Estado de São Paulo, com 117.737 e 81.686 edições, respectivamente".²

Os editoriais e artigos de opinião que compõem esta dissertação são referentes aos anos de 2012 e 2013; porque I) 2012 foi o ano de aprovação da Lei de Cotas, e II) 2013, porque buscarva-se verificar se houve, no período de um ano, alguma mudança discursiva em relação ao sistema de cotas recém-aprovado.

Os editoriais e artigos foram buscados com uso da palavra-chave "cotas", priorizando aqueles veiculados na versão impressa e edição São Paulo, estado onde esta pesquisa se realiza. Com a busca, foram obtidos os seguintes números: 478 textos em 2012 e 297 em 2013. Destes totais, foram desconsiderados os textos: a) referentes às cotas pra serviços públicos e a empresas; b) que expressavam opinião de leitores sobre as cotas; e c) referentes às cotas para deficientes físicos em empresas. Ao final, foram considerados, 12 textos de 2012 sobre o tema, sendo 6 editoriais e 5 artigos; e 7 textos de 2013, sendo 3 editoriais e 4 artigos.

O material utilizado neste trabalho possibilitou mostrar como tal jornal retrata o tema cotas, muito discutido a partir em 2012, ano da aprovação da Lei 12.711, que garante a reserva de 50% de vagas das matrículas em universidades federais para cotistas.

Para a análise, então, foram usadas a Análise do Discurso Francesa, representada neste trabalho por Eni Orlandi, pioneira dos estudos de discursos no Brasil, e a Análise do Discurso Crítica, de origem inglesa, cujo expoente é Norman Fairclough.

Na composição do 1º capítulo - sobre Educação Superior, foram trazidas contribuições de estudiosos do tema, como Pedro Goergen, José Dias Sobrinho, Valdermar Sguissardi, Afrânio Catani, entre outros. Para o segundo capítulo - que trata das questões do discurso, da linguagem e dos jornais, foram utilizados Eni Orlandi, Norman Fairclough, Teun Van Dijk, Dominique Maingueneau, Maria da Graça Setton, Nilson Lage, entre outros.

-

² Folha é líder na venda de assinaturas digitais: Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1648810-folha-e-lider-na-venda-de-assinaturas-digitais.shtm Acesso em: 30 jun. 2015.

Considerando a linguagem como um processo socio-histórico e moldada socialmente, que carrega sentidos, posições ideológicas e poder, pretendese com esta pesquisa contribuir para o estreitamento da Educação com os estudos do discurso e da linguagem, na intensão de desvelar sentidos implícitos, também presentes nas matérias jornalísticas sobre o acesso à educação, a fim de provocar uma reflexão no leitor/receptor e uma mudança na prática discursiva para a prática social, assim como propõe Norman Fairclough (2001).

Escolher o que dizer e como fazê-lo são inerentes à atividade jornalística, uma rotina, mas é interessante também perceber que o não dizer (a ocultação) é também dizer. "O silêncio é fundante", carregado de ideologias e significados, como trata Eni Orlandi em "As formas do silêncio".

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DO DIREITO PREVISTO AO ACESSO

Para pensar a educação superior, hoje, é fundamental entender que ela está inserida num contexto muito além do local, da universidade, da sala de aula. É necessário levar em consideração que ela se insere num sistema de negociação global, que tem grande poder sobre ela.

Ainda que pressionada pela globalização, pelo capital, pelo neoliberalismo, a educação não pode secundarizar seu papel social e formativo. Ela, que antes tinha como função central a formação da cidadania e o desenvolvimento do conhecimento, hoje tem sua função reconfigurada pela globalização que, devido às necessidades do mercado de trabalho, busca o conhecimento pragmático, ou seja, o útil, o aplicável.

As rápidas transformações sociais globais, especialmente "aquelas produzidas pela aliança entre economia e informação, engendram notáveis transformação na educação superior" (DIAS SOBRINHO, 2013, p.37-8), como incertezas, individualismo, mudança de valores, presentes não só na educação, mas na sociedade.

Entender o contexto em que a educação atualmente se insere ajudanos a pensar e a debater sobre a necessidade da ampliação de vagas e políticas
públicas que visem o acesso e a permanência de grupos excluídos da educação
superior. Para este trabalho, utiliza-se "educação superior", e não "ensino superior",
por acreditar que o termo 'educação' remete à ideia de transformação e
desenvolvimento em todos os seus níveis, enquanto 'ensino' remete à ideia de
transmissão de conteúdos, de desenvolvimento de uma habilidade técnica ou
competência.

2.1 Educação como bem público

Todos temos deveres, todos temos direitos. Se ontologicamente temos o direito a ser humanos, também temos todos o dever moral e o direito social à educação, pois ela é imprescindível à obrigação de melhor realizarmos nossa humanidade em nós mesmos e assim contribuirmos ao fortalecimento da esfera pública (José Dias Sobrinho, 2013, p.38)

A educação é mais do que conteúdos, conhecimentos úteis, é mais do que as disciplinas escolares; educação é um processo contínuo de evolução, de construção do ser humano e da sociedade.

Educar aponta para além da sala de aula, da relação professor/aluno. "Educar não é domesticar, nem formatar; educar é eduzir: desenvolver e formar nossa aptidão de senhorio e de orientação do viver" (BARATA-MOURA, 2004, p.31).

No sentido de educação ser uma necessidade e um processo de formação do ser-humano e da sociedade, ela é considerada um bem público, "entendido como um princípio, isto é como um imperativo moral que sobrepõe a dignidade humana aos interesses, inclinações e circunstâncias individuais" (DIAS-SOBRINHO, 2013, p.109). Assim sendo, "a educação é um direito social, porque só em sociedade se produz educação; por que o viver de agentes ocultos se projecta de dentro para a sociedade" (BARATA-MOURA, 2004, p.33).

Pedro Goergen (2013, p.732) diz que

[...] para que o direito seja atendido, isto é, para que o sujeito possa se tornar cidadão, é necessário habilitá-lo à convivência social. Isto, por sua vez, exige a capacidade de expressar seus ideais e suas necessidades e defender seus direitos no espaço público. Precisa, além disso, ter condições de participar de todo o processo social que lhe garanta a vida digna, em termos de trabalho e emprego para a sua sobrevivência em condições dignas. Ou, para dizê-lo de outra maneira, ele precisa ter condições de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade. Para que isso seja possível, é necessário desenvolver suas potencialidades de domínio dos conhecimentos e habilidades, bem como o manejo dos códigos de comunicação, indispensáveis à argumentação.

Enquanto os bens privados trazem ganhos individuais, o bem público se acrescenta à vida de todos aqueles que a ele têm acesso. Assim, a educação, como um bem público, é um direito de todos, o que se opõe ao termo mercadoria, mas que tem sido comum atualmente tratada como um bem, uma mercadoria que pode ser comercializada.

Uma educação de qualidade destinada a uma pequena parcela da população que possa pagar por ela (elite) pode contribuir para o desenvolvimento de alguns setores do mercado, mas se não for acessível a todos, ou seja, se não for vista como um bem público, ela não contribuirá com a justiça social e a democratização.

2.2 Educação Superior

Como apresentado anteriormente, a educação e o acesso a ela são fundamentais para a transformação social, além de serem um direito antes de qualquer circunstância e dever do Estado prover uma educação de qualidade.

A educação superior é superior, segundo Barata-Moura (2014, p.32), porque "aprofunda uma área consolidada do saber, proporciona um determinado título profissional, se desdobra numa circunstância científica de investigação, com compromisso de racionalidade, pesquisa, com exercício da crítica".

A universidade é o lugar que tradicionalmente se dedica à produção de conhecimento, de reflexão e crítica, de experiência da pesquisa. Anísio Teixeira (apud SGUISSARDI, 2008, p.1010), um dos grandes intelectuais e idealizadores de mudanças na educação superior brasileira, afirma que há quatro funções básicas da universidade e que são:

I) A da formação profissional. As universidades, de modo geral, salvo algumas exceções, têm como objetivo preparar profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. II) A do alargamento da mente humana, que o contato com o saber e a busca produzem nos que frequentam a universidade. É algo mais que cultura geral. É a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, o ampliar-se de sua imaginação, obtidos pela sua associação com a mais apaixonante atividade humana: a busca pelo saber. III) A de desenvolver o saber humano. A universidade não só cultiva o saber e o transmite, como pesquisa, descobre e aumenta o conhecimento humano. Este objetivo não é o mesmo do preparo profissional, não é o mesmo daquele alargamento mental da inteligência. A universidade faz-se o centro da elaboração do próprio saber, de busca desinteressada do conhecimento, da ciência e saber fundamental básico. IV) A universidade é transmissora de uma cultura comum. Nisto é que a universidade brasileira mais falhou. Além de profissional, a universidade brasileira, relativamente desinteressada pelo Brasil, não logrou constituir-se a transmissora de uma cultura comum nacional.

A universidade é fundamental para a formação da humanidade, do ser crítico e emancipado. Ela deve ser social, solidária e não competitiva ou individualista.

Compete a ela propiciar aos que por ela passam uma visão ampla, globalizante e crítica da realidade para que, então, estes cidadãos possam, refletindo autonomamente, formular suas próprias hipóteses e princípios orientadores de sua prática profissional e social (GOERGEN, s.d, p.3).

Assim, corroborando com essa visão sobre a universidade, Dias Sobrinho (2013, p.41) diz que "as melhores universidades são aquelas que

produzem e difundem conhecimentos na perspectiva da formação humana, do bemestar social e do desenvolvimento solidário".

2.3 Globalização e Educação Superior

As transformações globais atuais acontecem cada vez mais rapidamente e afetam todas as instâncias da sociedade. Tais mudanças, no entanto, são inevitáveis e não carregam consigo uma ideia apenas negativa. É importante pensar que a globalização, com todos os avanços tecnológicos e informacionais, vem possibilitando frequentes evoluções da sociedade. Mas com o desenvolvimento cada vez maior, criam-se mais riquezas, que, contraditoriamente, trazem exclusão, miséria e mais individualismo. Entre as formas de excluão, a edcuacional, segundo Dias Sobrinho (2010, p.1230), também gera muitos problemas ao indíviduo e à sociedade,

[...] que vão desde o analfabetismo, as evasões, a repetência, as carências econômicas e culturais familiares, os preconceitos, a falta de vagas, a escassa formação de parte dos professores, as precárias condições de escolarização de muitos jovens, até a falta de perspectivas de futuros bons empregos.

A educação pode sanar exclusão, a miséria, o analfabetismo, mas, mais do que garantir acesso a indivíduos, na tentativa de mudança nesse quadro, é precisso que a parmanência desses estudantes seja garantida, para que o processo de transformação ocorra.

A globalização, mesmo sendo um fenômeno antigo, tem se manifestado mais intensamente por causa da rapidez das tecnologias da informação e da comunicação (DIAS SOBRINHO, 2004, p.10).

O fenômeno da globalização, defendem Raymond Morrow e Carlos Alberto Torres (1997, p.28), "obscurece os limites nacionais, altera solidariedades dentro dos Estados e entre eles, e afeta profundamente a constituição de identidades nacionais e de grupos de interesse". A noção de sociedade vem sendo substituída pela noção de indivíduo, ou seja, ocorre uma passagem do público ao privado.

Com a competitividade, uma das características negativas da globalização, novos desafios e demandas estão sendo postos aos indivíduos e à universidade. O conhecimento e a universidade, nesse contexto, vêm sendo ligados à produção, à utilização, para o desenvolvimento econômico e social cada vez mais predominante. A qualidade de uma instituição, neste contexto, refere-se à produtividade, ao lucro, à aplicabilidade do conhecimento adquirido pelo estudante.

Ainda que a universidade seja, por sua história, o local de conhecimento, ela "não deve ser o motor da globalização da economia de mercado, mas, sim, da globalização de dignidade humana, de recuperação da dimensão histórica dos indivíduos, de reintegração da sociedade" (DIAS SOBRINHO, 2013, p.43).

Mesmo que existam instituições de ensino (IES) preocupadas com o desenvolvimento social e intelectual, há inúmeras outras que são criadas a partir da necessidade do mercado, da nova e crescente demanda, que se aproveitam desse cenário lucrativo atual. Nessa ordem, "as universidades adquiriram uma enorme importância de tipo novo, já que são as principais instâncias de formação de força de trabalho e de produção" (DIAS SOBRINHO, 2013, p.37).

Com a crescente necessidade global, expandiu-se o número de IES, que massivamente têm investido em cursos e em diferenciais para conquistarem alunos e se destacarem no mercado. Se houve crescimento no número de IES, com certeza, houve aumento de procura. Devido a inúmeras e rápidas mudanças, as IES tornaram-se isoladas, preocupadas com desempenho, com lucro, com a captação cada vez maior de alunos e competitividade.

2.4 Expansão e acesso à educação superior

A plena realização humana inclui necessariamente o desempenho profissional e as dimensões econômicas da vida, mas isso deve estar intimamente relacionado com a construção de sociedade fundada em valores de equidade social (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 39).

A sociedade brasileira, em direção à democratização do acesso à educação superior, viveu, de 1945 a 1964, um período em que mais se visava à expansão da educação superior. "Intelectuais, professores e estudantes vinculados

à União Nacional dos Estudantes (UNE)" atuavam contra a ditadura do então presidente Getúlio Vergas e a favor do acesso à educação superior (MARQUES, 2013, p.69). Como observado por Waldemar Marques, esse período representou um grande número de vagas na ES, o que mostra, além do crescimento, um período de democratização da educação no País, que só foi interrompido em 1964, com o golpe militar.

O resultado desse período é observado por Luiz Antônio Cunha (2007, p.79), que aponta que "nos últimos dez anos da república populista (1954/64), o ensino superior estava organizado de forma predominantemente universitária: a participação das universidades no total de matrículas era de 65%".

Para Cunha (2007, p.63), a expansão da educação escolar tem na sua raiz o deslocamento dos canais de ascensão social, assim como o êxodo rural e a educação das mulheres.

Nota-se também que a Reforma Universitária de 1968, a industrialização e o desenvolvimento econômico tiveram peso nas mudanças relacionadas à educação.

A urbanização na década de1940 e a emigração do campo, por diversos motivos, trouxeram os trabalhadores rurais para os grandes centros. S.Paulo, na época, já contava com possibilidades de escolarização no grau primário. No entanto, a escola secundária, que valorizada mais porque dava acesso ao colegial, ao diploma e ao ensino superior, era tida como uma política da troca de governo populista, marcado por concessões. Ele (o governo) mostra-se preocupado com as necessidades do povo, abrindo mais escolas e salas de aula.

A partir da década de 50, com maiores ofertas de trabalho, devido ao desenvolvimento industrial, aumentaram as demandas pela educação, que era um meio para o desenvolvimento econômico do país, oportunidade de melhores condições de vida e ascensão social.

Contudo, no que se refere à Educação Superior, o período de maior crescimento para o setor foi registrado no final da década de 60, mais especificamente a partir de 68, com a Reforma Universitária, que, implementada pelo governo militar, trouxe significativas mudanças para a área. Ela (a Reforma)

^[...] promove a expansão das universidades públicas enquanto parte do projeto de desenvolvimento econômico do país no governo militar, abre as portas para a proliferação das instituições privadas de educação superior e

ao mesmo tempo amplia a perseguição dos opositores do novo regime e sua eliminação dos quadros docentes nas universidades públicas. (MARQUES, 2013 p.70).

O surgimento de um novo modelo de educação superior privada se deu porque as universidades públicas não conseguiram atender à demanda crescente. A partir de 70, expandiu-se o número de IES privadas, que passaram a predominar no cenário da educação superior. "As décadas de 70 e 80 marcaram um período de multiplicação de IES isoladas, quebrando a hegemonia da universidade como modo de organização da ES" (MARQUES, 2013, p.73).

Atualmente, vemos a grande presença de IES privadas no cenário educacional do país, assim como o capital que elas movimentam.

Dilvo Ristoff (2014, p.724) diz que, quanto à expansão da educação superior no Brasil nos últimos 20 anos, "cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes." Ele observa, ainda, que

[...] esse crescimento foi constante e significativo, com marcada aceleração do ritmo de 1999 a 2003, durante o segundo mandato do governo FHC - período em que observamos altas taxas de crescimento da educação superior, notadamente em função da proliferação de instituições privadas, muitas delas, e.g. Centros Universitários e Univerdades, dotados de autonomia para criar novos cursos e aumentar o número de vagas ofertadas. Nos 12 anos de governo Lula – Dilma, o crescimento se manteve constante, embora em ritmo mais moderado, e mais em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do campus brasileiro e orientada por um conjuto de políticas estruturantes implantadas nos últimos anos (2013, p. 74).

Embora a expansão seja positiva, no sentido de atender àqueles que procuram a educação superior, a maior preocupação é quanto à qualidade. É o que mostram o textos "O impacto das cotas na qualidade do ensino", "O novo modelo de cotas", de 12/02/12 e 29/12/12, respectivamente.

Outro fator relacionado à expansão está no número de instituições de ensino: 2.391 no total, sendo 301 públicas e 2.090 privadas, segundo o Censo da Educação Superior de 2013.

Sobre o crescimento nos números das redes pública e privada, Deise Mancebo (2012, p.23) observa que

[...] em 1995, início do 1º mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, registrava-se a oferta de 39,8% das matrículas em instituições públicas e 60,2% nas privadas. Em 2002, no final de seu mandato, a tendência privatizante se intensifica com 30,8% das matrículas em

instituições públicas para 69,2% nas privadas. Em 2010, final do governo Lula, o crescimento da rede privada permaneceu como tendência, com 25,8% de matrículas nas IES públicas e 74,2% nas privadas.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2013³, as matrículas cresceram 3% em relação a 2012, e as IES particulares representam 74% no aumento de matrículas da graduação. Na rede federal, o aumento foi de 4,6%, alcançando 1,13 milhão de matrículas. Ao todo, no Brasil, foram 7.305.977 matrículas em 2013.

Instituições estão sendo vendidas; outras sendo compradas; contratos bilionários sendo fechados, o que vem fortalecendo o "mercado educacional". José Dias Sobrinho (2005) e Valdemar Sguissardi (2008) comentam esse cenário: Sguissardi afirma que os "modelos de expansão da ES crescentemente marcado pelo predomínio dos interesses privados/marcantes desafiam a regulação estatal de caráter público e comprometem a formação universitária" (2008, p. 991).

Grandes grupos têm comprado instituições grandes, que, por sua vez, adquirem as menores. Ocorre que, com o passar do tempo, mais cursos são oferecidos por um preço mais acessível e com qualidade a desejar.

Dias Sobrinho (2005, p.71) observa que

[...] a demanda por diplomas favorece a grande expansão da inciativa privada e o enquadramento da educação como bem negociável, oferecido segundo a lógica do comércio e adquirível para benefício individual.

Ainda, "para atender uma demanda crescente e diversificada e responder às exigências das novas capacitações, diminuindo os custos, uma das providências adotadas foi a diversificação institucional".

As quatro grandes empresas educacionais, oriundas de empresas internacionais, que mais estiveram evidentes no país são, segundo Vera Lúcia Jacob Chaves (2010, p.491): "a Anhanguera Educacional S.A; A Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá; a Kroton Educacional, da rede Pitágoras, e SEB S.A, Sistema COC de Educação e Comunicação." O grupo Króton, depois da associação com a Anhanguera Educacional, tornou-se a

_

³ Censo da Educação Superior 2013 – Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2013/

maior organização privada do país e do mundo, com mais de 1 milhão alunos e responsável por onze instituições de ensino privadas⁴.

O sistema midiático, em particular o jornalístico, observou e repercutiu esse fenömeno do mercado educacional. Interessante ressaltar também que tais notícias foram encontradas no caderno sobre mercado e economia, local destinado a notícias relevantes a esse setor. Têm-se, como exemplos, "Ações ligadas ao ensino superior disparam", veiculada na Folha de S.Paulo, no dia 24/09/12, e "Ações ligadas ao ensino superior sobem até 90%", Folha de S.Paulo, 24/09/12, que mostram que o crescimento das ações da Kroton, Estácio e Anhanguera tiveram um aumento de 90%, ao passo que, a da Ibovespa aumentou apenas 8%, além de "Grandes grupos passam orientar tendências no setor educacional", da Folha de S.Paulo, do dia 06/02/12.

Com o fortalecimento desses grandes grupos e devido à concorrência, as IESs menores acabam sendo vendidas, pois não conseguem se manter no mercado educacional. Cursos mais baratos e de qualidade questionável; mas que isso importa, se a lógica e a necessidade atuais é ter um (ou mais) diplomas em mãos?

Percebe-se que hoje, com toda essa expansão, compra e venda de IESs, o fortalecimento do privado sobre o público se deve, em grande parte, às políticas público-privadas, como o Prouni - Programa do Governo Federal que concede bolsas de estudo parciais e integrais para alunos carentes em instituições privadas com ou sem fins lucrativos, o Fies - Fundo de Financiamento Estudantil, e às ações afirmativas, caso de cotas. Não obstante, um aspecto positivo é que essas ações têm incluído os até então excluídos da educação superior, e assim proporcionado uma mudança significaiva na vida dos jovens e da educação superior. Dias Sobrinho (2010, 1238) corrobora este fato dizendo que

A expansão das matrículas apresenta um valor imensurável para aqueles que estavam fora da universidade. Para eles que, além das vulnerabilidades econômicas, em geral chegam ao nível superior com baixos repertórios educacionais e culturais, cada ano de escolaridade pode significar ganhos salariais, aumento no padrão de consumo, elevação da autoestima e das possibilidades de alcançarem melhores posições sociais.

_

⁴ Króton Educacional - http://www.kroton.com.br/

importantes, essas ações, contudo, não erradicam o abismo de desigualdade social e preconceitos, mas colaboram para uma melhora de vida e de condições sociais daqueles que conseguem alcançar a educação superior.

2.5 Ações Afirmativas: Políticas Públicas para igualdade

As ações afirmativas são políticas adotadas pelo Estado, cujos objetivos são corrigir as desigualdades presentes na sociedade brasileira e garantir a igualdade de oportunidade para aqueles que historicamente são excluídos do sistema educacional. Frente às rápidas e atuais transformações sociais advindas da globalização, as políticas públicas visam garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

As políticas públicas, segundo Eloísa Höfling (2001, p.31), são o "estado em ação"; (...) "é o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade". Pode-se dizer que as políticas públicas são a materialização dos direitos previstos pelas políticas sociais, que asseguram o direito à educação, à moradia, à habitação, à saúde, etc. Elas são estabelecidas a partir da relação entre Estado, sociedade civil e classes sociais, estando sempre contextualizadas com "os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo" (HÖFLIN, 2001, P.38)

Estado e governo se diferenciam, segundo a autora, como:

[...] (Estado) o conjunto de instituições permanentes — como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente — que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (IDEM, IBIDEM, p.31).

Em suma: a) o governo seria uma das instituições que fazem parte do Estado e cuja função é administrá-lo e que; b) a educação, assim como políticas sociais e públicas, é de responsabilidade do Estado. Como já foi afirmado, a sociedade, com suas inevitáveis mudanças globais, além de produzir riquezas, acaba produzindo também pobrezas, sendo ela um dos principais fatores de

exclusão. A falta de acesso a uma educação de qualidade, ao conhecimento e à cultura afetam diretamente os jovens. Esses jovens, por sua vez, por saberem de seu despreparo, acabam se autoexcluindo do sistema educacional. Segundo Dias Sobrinho (2010, p.1237)

[...] acabam, muitas vezes, internalizando, ao longo de suas trajetórias estudantis, a ideologia de que a exclusão é natural e de que é natural que eles se incluam entre os excluídos sociais. Interiorizam que, na melhor hipótese, teriam capacidades intelectuais e econômicas e, eventualmente, algum direito de frequentarem tão somente os cursos mais acessíveis, menos seletivos e de baixo prestígio, aqueles que lhes abririam mais possibilidades de aprovação, embora sem nenhuma garantia de que venham a alcançar os empregos mais valorizados.

Algumas medidas tomadas nos governos Lula-Dilma têm garantido o ingresso de parte desses grupos excluídos, o que têm alterado a educação superior, ainda que ela continue predominantemente elitista. As políticas públicas se voltam, então, à questão dos direitos sociais, visando ao equilíbrio social. (HÖFLING, 2001, p.40).

Dias Sobrinho (2010, p.1237-8) reconhece que as políticas públicas de expansão, por exemplo, "constituem um passo importante na luta pela superação das desigualdades", e que "os programas e as ações praticados atualmente no Brasil criaram oportunidade de estudo a vários jovens".

Mais que criar oportunidades, essas políticas devem assegurar uma educação de qualidade, preparando esses jovens mais desfavorecidos intelectualmente.

Assim, sobre o papel das políticas públicas, Höfling (2001, p.40) observa que

[...] uma administração pública — informada por uma concepção crítica de Estado — que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social.

Algumas medidas tomadas nos governos Lula-Dilma têm garantido o ingresso de parte desses grupos excluídos, o que tem alterado a educação superior,

ainda que ela continue predominantemente elitista. São eles: o ENEM, o SISU, o FIES, o PROUNI e as cotas raciais e sociais, que serão apresentados a seguir.

2.5.1 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

Fundamental a todos aqueles que visam ingressar na educação superior e se candidatar às ações afirmativas, o Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998, tinha, à época da sua criação, o objetivo de avaliar o estudante no fim da educação básica, ou seja, no terceiro ano do ensino médio. No entanto, onze anos depois, em 2009, ele passou a ser usado como meio para acesso à educação superior, ficando a critério das universidades adotarem ou não o exame como única fase de seleção para ingresso aos acessos superiores. Com a nota do Enem é possível se candidatar aos programas do Governo Federal, como o Prouni, Fies e Sisu.

O Enem, assim como qualquer exame de desempenho, engloba conteúdos em suas provas. Segundo as matrizes de referência⁵, são, ao todo, 45 perguntas de cada área do conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática) e, ainda, redação. A pontuação no ENEM vai de 0 a 1.000 pontos.

O Enem dá oportunidade para acesso à educação superior e a programas de bolsas de estudos, como o Prouni, o Ciências Sem Fronteiras, e também ao Sisu, Sisutec e Fies Entre as diversas universidades públicas do país que adotam o Enem como fase única de seus vestibulares ou parte dele estão: UNESP, UNICAMP, UNIFESP, UFSCAR, UFAL, UFBA, UNB, UERJ, UFMG, UFRGS, UFSC e UFSM.

2.5.2 Fundo de Financiamento Estudantil – FIES

O Fies, programa do Ministério da Educação, regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, é destinado a financiar os estudos de alunos em cursos de graduação.

30

⁵ Matriz de Referência do Exame Nacional do Enino Médio – Disponível em: download.inep.gov.br/educacao basica/enem/downloads/2012/matriz referencia enem.pdf

O estudante que busca o Fies deve estar matriculado em uma IES privada que tenha avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Ouviu-se falar – e muito! – sobre o Fies, no começo de 2015. Isso porque, devido a problemas no servidor do site do Fies, que ficou fora do ar para manutenção, alunos não conseguiram acessá-lo para renovar ou fazerem novos contratos de estudos. Muitas das reclamações vieram também das mudanças ocorridas no Programa, que, a partir de 2015, passou a exigir, além da pontuação mínima de 450 pontos (em uma escala de 0 a 1.000) no Enem, a redação, cuja nota deve ser maior que zero. As mudanças referentes ao Fies constam na Portaria normativa MEC n.221/2014, e já estão em vigor.

Ainda assim, para se manter no programa de financiamento, o estudante deve ter um desempenho acadêmico de, no mínimo, 75% de aprovação nas disciplinas oferecidas durante o curso, além de um fiador, para que haja uma garantia quanto ao pagamento da dívida adquirida, o que causa muito constrangimento e dificuldades aos alunos (OLIVEIRA, CARNIELLI, 2010).

O Fies "não é um benefício ao estudante, mas um empréstimo feito junto à Caixa Econômica Federal para os que não têm condições de pagar as mensalidades do curso" (CHAVES, 2013, p.49).

O financiamento, inicialmente, era de 70% do valor da mensalidade. A partir de 2007, o financiamento passou a ser de até 100%, ficando à escolha do contratante. A partir de 2014, embora previsto pela Lei n.º 11.552/2007, o Fies passou a financiar também os alunos de mestrado e doutorado, o que, segundo o ex-presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, "é mais um avanço na reconhecida pós-graduação brasileira."

Quanto ao pagamento da dívida adquirida junto à Caixa Econômica Federal, Oliveira e Carnielli (2010, p.36-7) ressaltam que

O aluno financiado, enquanto cursa a IES, é obrigado a pagar, a cada três meses, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais), que serão subtraídos do saldo devedor. (...) a

_

⁶ Financiamento estudantil passará a atender alunos cursos de mestrado e doutorado – Capes - http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7035-financiamento-estudantil-passara-a-atender-a-alunos-de-cursos-de-mestrado-e-doutorado

taxa de juros passa a ser de 3,5% para todas as graduações; a ampliação do prazo de quitação da dívida, para até três vezes o período do curso.

Ainda que o estudante financie seus estudos com o incentivo do Fies, outras despesas (como livros, transportes, refeição, cópias etc.) aparecem no decorrer do curso e que deverão ser pagas pelos próprios alunos e/ou por seus familiares.

2.5.3 Programa Universidade para Todos – PROUNI

Criado em 2004, institucionalizado através da Lei nº11. 096, de 13 de Janeiro de 2005, pelo Governo Federal, na gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Prouni visa ao ingresso de estudantes carentes em instituições de ensino privadas, com ou sem fins lucrativos, com oferta de bolsas de estudo integrais e parciais (100, 50 e 25%) em troca de insenção fiscal. Para a bolsa integral (100%), a renda familiar *per capita* deve ser de até 1,5 salário mínimo, e para a para as bolsas parciais (50 e 25%), de até três salários mínimos⁷.

Têm direito a concorrer a uma vaga pelo Prouni estudantes que concluiram o ensino médio em escolas públicas ou que tenham sido bolsistas integrais em escola particular, além de professores da rede pública nos cursos de licenciatura e deficientes físicos. Para tanto, é preciso se submeter ao ENEM.

No artigo "PROUNI: democratização do acesso às instituições superior?", Afrânio Catani et al (2005, p.126) observam que além de o Programa beneficiar jovens de baixa renda, dando-lhes a oportunidade de cursar o ensino superior, o Prouni também estimulou a ampliação das instituições de ensino privadas (IES), já que aquelas associadas ao Programa, em troca das vagas,

[...] ficariam isentas do Imposto de Renda das Pessoas Jurídias (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (Idem, ibidem, p.128).

Chaves e Amaral (2013, p.45-46) e Catani et al (2006) se questionam se o Prouni é mesmo um instrumento de democratização da educação superior ou um incentivo à criação de mais instituições privadas, já que estas são isentas de tais impostos.

⁷ Prouni - http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo

Sobre a implantação do Prouni nas IES privadas, Amaral e Oliveira observam que

A justificativa do Ministério da Educação (MEC), autor do projeto de lei enviado ao Congresso, foi a de que a implantação desse Programa seria uma forma de criar novas vagas no Ensino Superior para alunos cotistas sem, contudo, nenhum investimento adicional por parte do governo federal, pois, como afirma Almeida (2006, p. 86), 'a renúncia fiscal seria de R\$ 50 milhões, muito inferior ao montante para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões' (2010, p.4).

Essa medida, para Carvalho (2006, p.980), "torna-se novamente relevante como mecanismo de financiamento da política pública para a educação superior privada." Cabe também explicar que o Prouni não cria vagas nas IES, mas reserva uma parte de suas vagas "ociosas" aos bolsistas.

Segundo dados do MEC⁸, só no estado de São Paulo, por exemplo, foram ofertadas, em 2012, 90.362 bolsas de estudos, sendo 46.120 integrais e 44.242 parciais. Em 2013, foram 79.824 bolsas, sendo 48.114 integrais e 31.715 parciais. Desde a sua criação, o Programa já beneficiou cerca de 1,4 milhões de estudantes em todo o Brasil.

Mais que os números expressivos, Dias Sobrinho (2010) reconhece que "o Programa tem sido valiosíssimo para milhares de jovens que estariam excluídos da educação superior por falta de recursos próprios". Mas apesar dos números, outra questão merece destaque: a permanência, questão também apontada por Carvalho, Dias-Sobrinho e Catani et al; afinal, para que de fato haja inclusão, é preciso garantir a permanência desses estudantes até o fim do curso.

Embora o governo incentive a permanência com a Bolsa Permanência e convênios com a CAIXA, com o FIES e FEBRABAN⁹, sabe-se, no entanto, que a ajuda não deve ser apenas financeira, mas que haja a possibilidade de o estudante ter também um apoio acadêmico, para reparar as lacunas deixadas pela educação básica, para que possam acompanhar os conteúdos e as aulas.

Catani et al (2006, p.134) dizem que, apesar dos números apresentados, "o problema do Prouni é a permanência do estudante até o final do curso" já que eles também têm gastos com alimentação, transporte, moradia etc., o

-

⁸ Prouni: dados e estatísticas - http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas

⁹ Bolsa Permanência: Valor de R\$300,00 pago a estudantes bolsistas integrais matriculados em cursos integrais com no mínimo 6 semestres de duração. Convênios com a CAIXA, FIES e FEBRABAN dão ao aluno com bolsa parcial a possibilidade de financiar os outros 50% da mensalidade não cobertos pelo Prouni.

que afeta o orçamento das famílias e influencia o rendimento dos alunos, caso não haja condições adequadas para permanecerem e realizarem seus estudos. Catani et al (ibidem, p. 137) consideram o Prouni fraco, no sentido de política assistencialista, "pois abre o acesso à educação superior, mas não oferece mais do que um arremedo de cidadania de segunda classe aos contemplados."

Outro fator observado e questionado por ambos os autores, Dias Sobrinho (2010) e Catani (2006), é o fato da qualidade às vezes duvidosa das IES que oferecem suas vagas, além da escolha dos cursos, já que normalmente, pela educação que receberam, optam por cursos relativamente mais fáceis e menos valorizados. Cursos

[...] em sua maioria da área de humanidades, que capacitam para postos de trabalho também pouco valorizados e escassamente criativos. Empregos com alta remuneração e boa reputação nesta sociedade modelada pela economia de mercado requerem os chamados "conhecimentos úteis", de base tecnológica, ou seja, aqueles conhecimentos e competências que geram lucro. Esses conhecimentos de elevado apreço e preço geralmente são produzidos e ensinados nas instituições de ensino e pesquisa amplamente reconhecidas, que possuem boas estruturas físicas, atraem professores e pesquisadores de renome e estudantes bem selecionados e com boas condições de estudo." (DIAS SOBRINHO, 2010, p.1240).

Catani (ibidem, p.126) diz que a qualidade dos cursos oferecidos é em sua maioria questionável e voltados ao mercado de trabalho. Entretanto, Dias Sobrinho (2010, p.1231) defende que "uma educação de baixa qualidade, mesmo que insatisfatória, ainda é melhor que nenhuma, pois, de alguma forma, colabora para elevar o patrimônio coletivo de conhecimentos e competências profissionais de uma nação".

Sabe-se, então, que o Prouni é uma ótima oportunidade aos jovens que buscam por melhores condições de vida e emprego, mas, o Programa, assim como as cotas, é includente e também excludente, pois se a qualidade do ensino nas IES muitas vezes é questionável, no futuro, o aluno, que na maioria das vezes apresenta um certo atraso escolar, ao concorrer com um outro formado por uma instituição melhor, será novamente excluído.

Mena (2004, apud Catani et al, 2006, p.136) diz que

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito de cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante

os anos 90. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. O comentário do presidente da Abmes fala por si mesmo: 'A proposta não saiu como pretendíamos, mas é razoável e favorece as instituições privadas.

Assim, percebe-se pelas reflexões dos autores que o Prouni é importante para garantir aos jovens carentes financeira e intelectualmente a oportunidade de cursarem a educação superior. O que todos os autores defendem, e o que a sociedade espera, no entanto, é que mais que criar programas assim, o correto (e desejável) seria que todos pudessem receber uma educação de qualidade desde a base, para que, quando chegassem às universidades, tivessem chances iguais de ingressarem e, sobretudo, permanecerem no ensino superior.

O Prouni é uma solução emergencial para a desejada "democratização", mas ele não esconde as desigualdades e diferenças sociais dos jovens no País.

2.5.4 Sistema de Seleção Unificada – Sisu

O Sisu, também desenvolvido pelo Ministério da Educação¹⁰, é um sistema on-line para selecionar candidatos que se inscreveram em instituições públicas de educação superior que utilizarão a nota do Enem como única fase do processo seletivo. As IES públicas oferecem suas vagas a alunos que prestaram o Enem, de acordo com a pontuação alcançada pelo candidato no exame.

2.5.5 Cotas raciais e sociais

Pensadas para possibilitar o acesso de pretos, pardos e indígenas às universidades federais, as cotas, garantidas pela Lei de Cotas 12.711/2012, aprovada em agosto de 2012, dividem-se em: cotas raciais, para pretos e indígenas) e cotas sociais, destinadas a alunos de escola pública. Mais que garantir o acesso, essas ações visam à inclusão das minorias, para que sejam corrigidas injustiças do passado e presente, e, assim, diminuir desigualdades.

-

¹⁰ Sistema de Seleção Unificado - http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&id=16185&Itemid=1101

2.5.5.1: Escravidão e educação indígena

"Nosso sofrimento começou com o primeiro navio que chegou ao Brasil", disse o líder indígena Sampré, da nação Xerente, na 2ª Assembleia de Chefes Indígenas, em 1975. (BICALHO, 2010, p.98). Com essa fala é possível pensar na conturbada presença dos portugueses ao Brasil, a partir de 1500, marcada por dominação, imposição e resistência.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, a Europa vivia em torno do comércio de mercadorias (e também pessoas). Com o mercantilismo, marcado pela busca e acumulação de capitais para os estados nacionais, Portugal se lançou ao mar em busca de riqueza, com "duas expedições: a de Vasco da Gama, em 1497, e a de Pedro Álvares Cabral, em 1500" (PREZIA, HOORNAERT, 2000, p.102).

Ao chegarem ao Brasil os portugueses começaram a explorar o paubrasil, árvore cujo pigmento era utilizado na Europa para tingir panos, e com a crescente demanda, já que a árvore era muito valorizada, os portugueses, diante da necessidade de mão de obra, obrigavam os índios a trabalhar no corte e carregamento do pau-brasil. Começa aí a escravização indígena. Já no século XVII, a nova fonte de riqueza era o açúcar, e, mais uma vez, a mão de obra indígena nas plantações se tornava indispensável. A utilização do índio como escravo esbarrava, porém, "em uma legislação que limitava o cativeiro dos nativos, fruto da pressão dos jesuítas, que se opunham energicamente à ação dos traficantes de escravos indígenas" (idem, ibidem, p.127). Prezia e Hoornaert (2000, p.128) obervam, ainda, que, com a forte resistência do índio para os trabalhos, "era mais interessante para o colono e também para a Coroa portuguesa o navio negreiro".

É interessante lembrar que, durante todo o processo de tomada de terra e colonização, a Igreja Católica sempre esteve presente, com intenção de difundir o evangelho, catequizando os índios mediante a ação dos jesuítas.

No Brasil, a primeira escola para índios começa a existir a partir de 1550, com a chegada dos Padres da Companhia de Jesus e com o governador geral Tomé de Souza. O ensino jesuítico era padronizado, com regras previstas na Ratio Studiorium. Segundo Cunha (2007, p.26), "esse tratado previa um currículo único para os estudos escolares dividido em dois graus, supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo". O primeiro colégio jesuítico foi formado em

1550, na Bahia, e logo outros foram criados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Olinda, Santos e Maranhão.

Em 1759, os padres jesuítas foram expulsos do reino português e, assim, do Brasil. Sobre as atividades da Companhia de Jesus no País, Shigunov Neto e Maciel (2008, p.187) apontam que

A Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas na Colônia brasileira a partir de 1759, com o Decreto-lei de 3 de setembro de 1759 promulgado pelo Rei D. José I¹. Com a promulgação da lei, o Ministro de Estado, Marquês de Pombal, exilava de Portugal e da Colônia brasileira a Companhia de Jesus, confiscando para a Coroa portuguesa todos os seus bens materiais e financeiros. Quando da assinatura do decreto pelo Marquês de Pombal, havia no Brasil 670 membros da Companhia de Jesus, incluindo noviços e estudantes, sendo repatriados para Portugal 417. Permaneceram no Brasil 253 membros, entre aqueles que ainda não haviam recebido ordens ou os noviços que foram induzidos a deixarem a ordem religiosa.

Segundo a Fundação Nacional do Índio – Funai, de 1500 até 1970, a população indígena foi diminuindo e muitos povos foram extintos¹¹. O IBGE passou a incluir os índios no censo demográfico apenas em 1991; e, segundo o Instituto, no censo de 2010, a população indígena brasileira é formada por 817.963 índios.¹²

Em relação às políticas destinadas aos indígenas, as grandes conquistas que começaram a garantir os direitos aos índios foram marcadas no século XX.

Segundo a Secretaria Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)¹³, em um caderno sobre a educação escolar indígena,

As políticas públicas relativas à Educação Escolar Indígena pós-Constituição de 1988 passam a se pautar no respeito aos conhecimentos, às tradições e aos costumes de cada comunidade, tendo em vista a valorização e o fortalecimento das identidades étnicas. A responsabilidade pela defi nição dessas políticas públicas, sua coordenação e regulamentação é atribuída, em 1991, ao Ministério da Educação.

O MEC, assumindo a competência por regulamentar as ações referentes aos índios, a partir da Portaria n. 559, de abril de 1991, reconhece

¹¹ Fundação Nacional do Índio - http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao

¹² Indígenas: gráficos e tabelas - http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html

¹³ Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola - http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad3_ed_indi_div_esc.pdf

[...] que, historicamente, no Brasil, a educação para as populações indígenas tem servido como instrumento de aculturação e destruição das respectivas etnias, reinvindicando todos os grupos indígenas hoje, uma escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitadas e reforçadas suas especificidades culturais (BRASIL, 1991).

E também, a partir dessa Portaria,

As escolas indígenas deixarão de ser um instrumento de imposição de valores e normas culturais da sociedade envolvente, para se tornarem um novo espaço de ensino-aprendizagem, fundada na construção coletiva de conhecimentos, que reflita as expectativas e interesses de cada grupo étnico que o objetivo dessa ação intergovernamental é garantir que ações educacionais destinadas às populações indígenas fundamentam-se no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, língua, crenças, tradições e nos seus processos próprios de transmissão do saber (BRASIL, 1991).

Com o reconhecimento do MEC dessas questões indígenas, foram sendo elaboradas, desde então, outros documentos oficiais que regulamentam e servem de referências para a educação dos índios, como as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993), o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (2002). (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 776)

A educação indígena conta, hoje, com outros dois órgãos federais para sua manutenção: I) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que tem, entre seus objetivos, "reconhecer a diversidade sociocultural para a política pública educacional", e focar na "asserção dos direitos humanos, entre eles o de ter seus projetos societários e identitários fortalecidos nas escolas indígenas"¹⁴; II) o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais e Indígenas – PROLIND, que "apoia projetos de cursos de licenciatura para a formação de professores indígenas"¹⁵

Como resultado de todas as políticas educacionais voltadas aos indígenas, na intenção da inclusão e do respeito à diversidade e à cultura desses povos, em abril de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina, formou-se a primeira turma, de 85 alunos, do Curso de Licenciatura dos povos indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingáng e Laklãnõ/Xokleng, do Centro de Filosofia e

15 PROLIND - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17445&Itemid=817

38

¹⁴ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=815

Ciências Humanas, com foco nos territórios indígenas, questões fundiárias e ambientais no Bioma Mata Atlântica. Segundo a FUNAI¹⁶,

[...] os formados passam a ser habilitados em licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas indígenas; licenciatura das Linguagens com ênfase nas línguas indígenas; licenciatura em humanidades com ênfase em direitos indígenas e licenciatura do conhecimento ambiental com ênfase em gestão ambiental.

Repensar a história de um povo, suas lutas e trajetórias, permite-nos entender a necessidade de órgãos que visem ao seu reconhecimento. Assim, as políticas públicas são importantes para reconhecermos e repensarmos as diferenças culturais e sociais, e, a partir delas, construir uma sociedade mais democrática e justa, garantindo direitos a todos.

2.5.5.2. Os negros

A inserção dos negros na sociedade é uma dificuldade histórica. Ao considerar os vários séculos em que negros vivem à margem de uma sociedade branca e elitista, sabe-se que para eles os direitos sempre foram diferentes. As relações sociais entre brancos e negros também são desiguais. Os negros são excluídos de muitos espaços sociais, têm pouco acesso à cultura, a boas escolas e a bons empregos.

Castro Alves, poeta baiano, retratava em seus versos o cenário de exploração, dominação do branco sobre o negro, trazido da África pra ser escravizado. Considerado o "Poeta dos escravos", Castro Alves foi um dos poetas que mais entenderam as difculdades do escavos, e que pelos seus versos denunciava e protestava contra as agressões sofridas pelos negros. Um de seus maiores e prestigiados poemas é O Navio Negreiro, de 1868.

Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus! Se é loucura... se é verdade Tanto horror perante os céus?! Ó mar, por que não apagas Co'a esponja de tuas vagas

_

¹⁶ Primeira turma de licenciatura indígena se forma na Universidade Federal de Santa Catarina - http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3230-primeira-turma-de-licenciatura-intercultural-indigena-se-forma-na-universidade-federal-de-santa-catarina

De teu manto este borrão? Astros! noites! tempestades! Rolai das imensidades! Varrei os mares, tufão!

A presença negra no país teve início em meados do século XVI, quando chegavam os primeiros escravos da África. A relação entre os brancos e os escravos foi marcada por estranhamentos e muita resistência por parte dos negros, que se mobilizaram em revoltas, por todo o país, contra o tratamento que recebiam do brancos.

Mariluce Bittar e Carina Almeida (2006, p. 143) ressaltam que muitas resistências organizadas ocorreram na história do país, como

[...] a Revolta dos Malés, na Bahia, e a instituição da República de Palmares na Serra da Barriga, em Alagoas, reduto que durou até 1695, com a morte de Zumbi dos Palmares. Por volta da década de 1940, a chamada Frente Negra de Combate ao Racismo. Nos períodos ditatoriais, houve grande resistência ao Movimento Negro. Sob alegação de infringência à Segurança Nacional, esses governos taxavam esse movimento social de subversivo, equiparando-o à ideologia comunista.

As autoras (ibidem, opt.cit.) ainda comentam que durante a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Organização das Nações Unidas – ONU e mais 157 países se comprometeram em proteger os princípios de igualdade.

Foram organizadas conferências, em 1978, 1983 e 2001, a respeito do tema, e o direito à educação foi um dos temas defendidos por todos esses movimentos antirraciais, pois a educação "era vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho (...)" (GONÇALVES, 2000, apud BITTAR e ALMEIDA, 2006. p.143-4).

Considerando os problemas socio-históricos e econômicos gerados pela discriminação racial há séculos presente no país e considerando a educação essencial à vida de qualquer indivíduo e à construção de uma sociedade justa e democrática, as cotas raciais são fundamentais para tentar saldar a dívida com os negros e diminuir as desigualdades.

E esse é um dos temas mais discutidos atualmente, que conforme observam Bittar e Almeida (ibidem, p.142), "essas discussões trazem, de forma implícita ou explícita, concepções de racismo e discriminação presentes na sociedade brasileira".

Sempre muito presente ao se falar em cotas, o racismo é algo já naturalizado no país. Muitos dizem que as cotas são racistas, já que colocam o negro como menos capaz que o branco. Mas a verdade é que o racismo sempre existiu no Brasil, ele não apareceu com as cotas.

Para ter acesso às cotas raciais, as pessoas precisam se autodeclarar negros no momento da inscrição. Algumas IES contam com um comitê para avaliação da cor e dos dados apresentados no momento da autodeclaração . Contrariando a ideia que muitas pessoas têm de que os cotistas não precisam estudar para o vestibular, pois têm suas vagas reservadas, o que muitos não sabem é que os candidatos às vagas passam pelo mesmo processo de avaliação e de pontuação como qualquer outro candidato branco. As vagas não são dadas gratuitamente, como se tem pensando, o que contraria a ideia de que os alunos cotistas são desqualificados para a universidade. O que acontence é que os candidatos autodeclarados negros concorrem entre si, e aqueles que atingirem as notas necessárias conquistam as vagas.

Assim como para os negros, há também a reserva de vagas para índios e para alunos de escola pública, a chamada cota social.

Pela lei de cotas, 50% do total de vagas das IES são divididas entre estudantes de escolas públicas com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio, e para estudantes também de escola pública, mas com renda superior. No entanto, de acordo com o MEC¹⁷, "será considerado o percentual mínimo correspondente ao da soma de negros, pardos e indígenas no estado, de acordo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE."

Sabe-se também que as cotas, ainda que asseguradas por lei, não vão resolver todos os problemas referentes a esses grupos na educação superior, mas são uma maneira eficiente de possibilitar o acesso àqueles que historicamente estiveram fora dela.

Quando se fala em cotas, independente se sociais ou raciais, há necessidade de considerar que possibilitar a entrada de estudantes na universidade é importante, mas criar condições de permanência a eles é fundamental.

_

¹⁷ Cotas – MEC - http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html

Diante do exposto, acredita-se que as ações afirmativas e quaisquer outras medidas que visem dar oportunidade aos que anseiam pela educação superior, pelo conhecimento e por mudanças, são válidas e necessárias para reduzir a dívida histórica entre índios, negros e brancos, as desigualdades e as injustiças sociais.

3 LINGUAGEM, MÍDIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O acesso à educação superior dos grupos tradicionalmente excluídos dela, como índios, negros e jovens de baixa renda, tem provocado opiniões e posicionamentos diversos, sejam eles positivos ou negativos.

Vivemos num país em que a injustiça social, há tempos presente, se naturalizou, tornou-se comum. E muitas das injustiças, seja no campo social ou da educação, materializam-se e se reforçam também na linguagem, na fala, nos dirscursos preconceituosos e descriminatórios.

Eni Orlandi (1987, p.9) observa que "(...) aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que não muda e do que permanece". Atribui-se, então, à comunicação, às mídias — impressas ou eletrônicas — o papel fundamental na manipulação e formação de opiniões, pois influenciam, vendem, (re)produzem fatos e discursos, geralmente naturalizados pelas massas, que se apropriam de tais conceitos como verdadeiros, corretos e absolutos.

3.1 ESTUDAR A LINGUAGEM

Como seres sociais, interagimos pela linguagem, a grande responsável pela relação entre nós. A sociedade atual é diariamente bombardeada por informações e imagens, ainda mais na atualidade, com o crescente desenvolvimento tecnológico e as redes sociais.

Esse fato da naturalização de que cotistas não "rendem", que a qualidade da IES que adotar ações afirmativas vai diminuir, essas ideias em relação às cotas, aos cotistas, às ações afirmativas, como apresentado na primeira seção desse capítulo, sem a reflexão, sem a crítica e manutenção de poderes, lembra o que observam Adorno e Horkheimer, em Dialética do Esclarecimento (1985, p.101), quando dizem que "a atitude do público que, pretensamente e de fato, favorece o sistema da indústria cultural é uma parte do sistema, não sua desculpa" e que a "Indústria Cultural coloca a imitação como algo de absoluto, servindo à obediência e à hierarquia social" (Adorno & Horkheimer, 1985, p.108).

A linguagem estabelece uma interação entre receptor e emissor, de acordo com contextos em que se fazem presentes e de acordo com as posições

sociais que assumem, além de diferenças de local, contexto e convenções (van DIJK, 1996, p.18). Assim, "a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentido e seus efeitos são múltiplos e variados" (ORLANDI, 2002, p.20)

Embora alguns linguistas pensem a língua como um sistema individual e único, em que os próprios indivíduos atuam sobre ela, outros defendem que ela é moldada socialmente, de acordo com interações, eventos sociais e razões pelas quais as pessoas interagem (FAIRCLOUGH, 2001, p.63). O estudo da linguagem não pode ser separado do social pelo fato de que a língua é um processo históricosocial, moldado por contextos e intenções de uso.

É o que observa Fairclough, em Discurso e Mudança Social, uma das mais importantes referências da ADC:

Na tradição iniciada por Ferdinand Saussure, considera-se a fala como não acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções, uma langue (língua) que é em si mesma sistemática e social. Os linguistas nessa tradição identificam a parole (fala) para ignorá-la, pois a implicação da posição saussureana é que qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da langue, e não seu 'uso' (idem, ibidem, p.90).

No entanto, essa posição de Saussure é contrariada pelos sociolinguistas, que "afirmam ser o uso da linguagem moldado socialmente, e não individualmente", correlacionado a variáveis sociais. (idem, ibidem, loc.cit.)

A essa prática social, de interação entre emissor e receptor, em que estão presentes ideologias e que é reflexo de variáveis situacionais, chamamos de discurso, que será estudado no capítulo 4.

3.2 Mídia e Mito

Preconceitos e estereótipos em relação a pretos, pardos, indígenas e estudantes de baixa renda ainda são comuns em nossa sociedade, reproduzem-se e se fortalecem. Algo lido ou visto nos jornais, na televisão, por exemplo, muitas vezes é naturalizado, ou seja, aceito. Essa ideia de algum assunto se tornar um consenso, na verdade, nos remete à teoria do Agenda-setting, proposta pelos americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972. A hipótese do agendamento é um

efeito da comunicação de massa por parte da mídia, que seleciona e força a atenção a determinados assuntos para difusão para as massas, influenciando, assim, a opinião pública. De acordo com McCombs & Shaw (1972, p.177), "they (the mass media) are constantly presenting objects suggesting what individual in the mass should think about, know about, have feeling about". 18

Depois de uma pesquisa que investigou a influência do agendamento na campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos, em relação ao poder da mídia na influência e na formação da opinião pública, os autores ainda afirmam que

> In choosing and displaying news, editors, newsroom, staff and broadcasters play an important part in shaping political reality. Readers learn not only about given issues, but also how much importance to attach to that issue from the amount of information in a news story and its position. (IDEM, IBIDEM, p. 176)¹⁹

Lipman, (apud SOUSA, 2002, p.164) destaca que "os jornais seriam a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que as pesoas formavam desses acontecimentos".

De acordo com o Manual de Redação da Folha de S.Paulo (2011, p.21), sobre a escolha da pauta,

> Cada editoria dispõe de profissionais capazes de elaborar tecnicamente a pré-pauta e a pauta consolidada, que será objeto do trabalho em equipe. A Folha recomenda aos jornalistas que consultem diariamente a pauta consolidada, a fim de terem uma noção clara e de conjunto do que será produzido.

Do consenso de tema e ideias surgem os mitos (as ideias, imagens que faz de algo e/ou alguém) relacionados aos cotistas e seu rendimento, às ações afirmativas e sua adoção pelas instituições.

Mito, segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2001, p.1936), é definido como "valor social ou moral questionável, porém decisivo para o comportamento dos grupos humanos em determinada época" e "construção mental

¹⁸ "eles (os meios de comunicação de massa) estão constantemente apresentando objetos sugerindo o que indivíduos deveriam pensar sobre, saber sobre e ter sentimentos sobre." (TRADUÇÃO DA AUTORA)

¹⁹ Na escolha e na exibição de notícias, editores, redação, funcionários e locutores desempenham um papel importante na formação da realidade política. Leitores aprendem não apenas sobre os problemas dados, mas também quanta importância dar ao assunto a partir de da quantidade de informação na notícia e sua posição. (TRADUÇÃO DA AUTORA)

de algo idealizado, sem comprovação prática; ideia, esteriótipo". Este é o sentido de mito usado no presente texto.

Essas definições de mitos referem-se às formações imaginárias que, conforme Eni Orlandi (1994, p.56), "constituem-se a partir das relações sociais que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um paciente", ou, no caso desta pesquisa, de um cotista.

Dentre os mitos mais comuns em relação às cotas e ao acesso desses grupos, estão: a) Que as cotas favorecem o racismo, já que julgam negros como incapazes em relação aos brancos; b) Que a ideia de cotas desprestigia o mérito acadêmico; c) Que esses grupos prejudicam a qualidade acadêmica; d) Que o sistema de cotas, por exemplo, não é uma medida exequível, pois, no nosso País, é difícil declarar a raça; e) Que alunos cotistas não rendem tanto quanto os nãocotistas e que eles abandonam a universidade por esse fator.

Na Folha de S.Paulo, esses mitos podem ser encontrados, por exemplo, na sessõ "Painel do Leitor", espaço do jornal dedicado a comentários de leitores assinantes dos jornais sobre assuntos das pautas.

Entre as formas de acesso à educação descritas neste trabalho, a mais polêmica, e a que mais gera mitos, parecem ser as cotas. Embora o Prouni, o Fies e o Enem sejam importantes para a democratização e acesso, aceitos pela maioria da população, as cotas raciais parecem repercutir negativamente na sociedade. Isso porque, para muitos, a cor não deve ser usada como critério pra reserva de vagas, ela não deve interferir no processo de seleção; além do mais porque as cotas vão contra a ideia de mérito acadêmico.

A grande variedade de textos jornalísticos hoje veiculados sobre a educação superior sugere a necessidade de analisá-los de uma forma mais crítica, para entender o que tais textos traduzem a respeito da educação superior, mais especificamente sobre as cotas. A educação superior vem, há algum tempo, sendo melhor discutida e fazendo-se presente nos grandes debates nacionais, o que gera, além de uma maior notoriedade, uma formação de diferentes discursos sobre ela.

O jornal pesquisado, Folha de S.Paulo, é um periódico de prestígio no País, com público esclarecido e formador de opinião. Sabe-se, no entanto, que, numa sociedade heterogênea como a nossa, o poder está na mão da elite, que influencia a grande massa. Há de se considerar também que o jornal não apenas

(re)produz discursos, mas busca na sociedade assuntos de interesse comum para tratar. Ele (re)produz o que a sociedade em geral quer que seja (re)produzido. (SETTON, 2002, p.7)

Nilson Lage (2006, p.60) define prestígio como

a confiabilidade de um emissor (um político, um comentarista) ou do veículo de comunicação, que, no caso da notícia sem menção da fonte, assume a responsabilidade integral do testemunho.

A relação entre emissor e público não pode ser deixada de lado, pois a credibilidade está no poder de quem detém a palavra, ou seja, os jornais. Sabe-se, no entanto, que a mídia constrói discursos polifônicos, o que lhe permite falar e enaltecer fatos que julgue necessários e oportunos de serem divulgados, tornando-os objeto de interesse também ao seu público.

Muitas vezes, é necessário que a linguagem usada nas matérias esteja de acordo com o público-alvo, aproximando-a da vida e das aspirações de seus consumidores, facilitando a transmissão de ideologias, de uma forma disfarçada e oculta. Em relação a isso, Norman Fairclough, expoente da Análise do Discruso Crítica, chama atenção para os "mediadores", que, segundo o autor, "são aqueles que cultivam características que são consideradas da audiência-alvo". (FAIRCLOUGH, 2001, p.43)

Geraldo Sabino Ricardo Filho (2005, p.73-4), que estudou a representação da boa escola na revista Veja, diz que "os jornalistas detêm o monopólio da informação", e que

[...] embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser reconhecido, de ter acesso à notoriedade pública.

Sabe-se que a mídia assume sua posição, argumenta e defende seu ponto de vista, sem se preocupar com a neutralidade ou imparcialidade de suas opiniões defendidas nos jornais no que se refere à sua missão. Em "Linguagem e Persuasão", Adilson Citelli (2002, p.13), defende que "persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor".

3.3 Folha de S.Paulo: da opinião à persuasão

O objeto de análise deste trabalho está voltado à divulgação de notícias e reportagens de um dos mais influentes periódicos do País: a Folha de S.Paulo, jornal que apresenta como sua principal missão produzir informações com credibilidade, apartidarismo e qualidade, com respeito à pessoa e à sociedade, visando promover democracia e reforçar o exercício da cidadania²⁰.

Como afirma Maria da Graça Setton sobre a Folha de S.Paulo (e O Estado de S.Paulo),

[...] esses jornais têm como público os segmentos mais esclarecidos da sociedade, ou seja, frações da população com alto poder aquisitivo e nível de instrução superior, os chamados formadores de opinião (SETTON, 2002, p. 7).

Lage diz que "a grande imprensa brasileira é uma imprensa de elite e [...] que ler jornais, no Brasil, é um diferencial de classe, ocupação própria dos formadores de opinião" (2006, p.40).

Intitulando-se "Um Jornal a serviço do País", a Folha de S.Paulo nasceu, em 1960, da fusão de três jornais do grupo Folha: o *Folha da Tarde* (1949-1959), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Noite* (1921). Criado por Olival Costa e Pedro Cunha, o novo Jornal priorizava mostrar as deficiências dos serviços públicos. Anos depois, em 1962, a Folha foi comprada por Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, que deram os primeiros passos rumo à modernização do jornal, fazendo com que ele fosse considerado, ao lado de *O Estado de S.Paulo*, como o principal jornal da época. ²¹

Segundo a Associação Nacional de Jornais²², organização que regula e defende a liberdade de expressão, do pensamento e da propaganda, os números correspondentes à circulação impressa da Folha, nos anos de 2012 e 2013, são: 297.650 e 294.811, respectivamente.

http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ci/anj/ <acesso em 15/11/14>

²⁰ Missão Institucional Folha de S.Paulo - http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml

²¹ Missão Institucional Folha de S.Paulo - http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml

²²"A ANJ é uma associação com fins não econômicos, constituída por 137 sociedades jornalísticas de todo o país. Tem como missão defender a liberdade de expressão, do pensamento e da propaganda, o funcionamento sem restrições da imprensa, observados os princípios de responsabilidade, e lutar pela defesa dos direitos humanos, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa". Disponível em:

3.4 Os jornais em seus aspectos discursivos

A atividade jornalística se modificou, ao longo do tempo, em função das necessidades, interesses e mudanças sociais. Assim como outros meios de comunicação em massa, o jornal busca por temas "relevantes" à sociedade, que são lidos e consumidos, e que se tornam registros históricos. Seus textos são difundidos em larga escala e tornam-se transmissores de ideologias e posições sociais.

Assim, a relevância de um tema para a sociedade se dava, segundo Sousa (2002, p.164-5) "quanto maior fosse a ênfase dos media sobre um tema e quanto mais continuada fosse a abordagem desse tema".

Por outro lado, "o que o cidadão procura na informação jornalística relacionada é reforçar o seu discurso, respaldar suas próprias observações", destaca Elcias Lustosa (1996, p.179). Ainda, segundo o autor (ibidem, loc.cit.)

O texto da notícia corresponde à postura ideológica de sua audiência, nem sempre sendo imposto pelos seus proprietários. Há, no máximo, uma troca de posições, para possibilitar constantes ajustes. Não há apenas um veículo conservador, há um público conservador que possibilita a sua existência. É o consumidor ditando o que se deseja consumir.

A linguagem utilizada no jornal, as manchetes, seu layout, suas escolhas lexicais e variedade de temas podem dar pistas para o seu entendimento na sociedade e sobre seu público-alvo.

Tratando-se de jornais e seu funcionamento, é interessante distinguir, os gêneros jornalíticos, apresentando conceitos muito comuns da atividade jornalística usados nesta pesquisa. São eles: o gênero opinativo, o gênero informativo.

3.4.1 Gêneros jornalísticos: o opinativo e o informativo

Pensando o jornal como um difusor de discursos, ele "se articula em função da informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa)" (MELO, 2003, p.63-4). Assim, Melo (ibidem, 96) mostra que esses gêneros estão subdivididos em: "I) gênero informativo, que corresponde à nota, à notícia, à reportagem e à entrevista; e II) gênero opinativo, que engloba o editorial, o artigo, o comentário, a resenha, a coluna, a crítica, a carta e a caricatura".

Nessa pesquisa, então, o foco está no discurso produzido pelo gênero opinativo, caso dos editoriais e artigos, ou seja, o que a Folha de S.Paulo e seus jornalistas "pensam sobre o que passa". Vejamos alguns conceitos usados nesta pesquisa:

3.4.1.1 Gênero informativo: notícia e manchete

A notícia é o meio de transmissão de um fato, de uma experiência, a alguém. Ela deve tratar de um assunto relevante à sociedade, para que mereça ter lugar na mídia. As notícias são consideradas relatos de fatos combinados, apresentados a partir do fato mais importante, que se constituem de maneira estável, com elementos escolhidos proposital e criteriosamente.

Teun Van Dijk (1996, p.123) ressalta que a notícia tem sua "estrutura de relevância", que mostra ao leitor qual informação é mais importante ou predominante no texto. Deve-se considerar que tudo é dito de algum lugar na sociedade, num tempo específico e resultado de relações sociais. As notícias relatam, então, um fenômeno de interesse coletivo ou de um grupo de pessoas.

Ainda considerando esses fatores, Lage (2006, p.60) observa e ressalta a relação entre emissor e receptor, e diz que "emissor e comunidade receptora, na comunidade social, guardam relação de poder; de modo geral, quem dispõe da palavra respalda-se de alguma credibilidade e prestígio.", nesse caso, os jornalistas.

O tópico central da notícia e é responsável por chamar a atenção e apresentar brevemente os fatos. Van Dijk (1996, p. 142) observa que "as manchetes e os leads são lidos e interpretados em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão. Ao ler, ativam-se as crenças, conhecimentos".

Alguns instrumentos de análise na ADC são recursos característicos do discurso jornalístico, como intertextualidade, transitividade, tema, metáfora etc., e que precisam ser levados em consideração no momento da compreensão do discurso do jornal.

3.4.1.2 Gênero opinativo: o editorial e o artigo

O editorial expressa a opinião oficial do jornal diante de temas de grande repercussão. A opinião contida no editorial de grandes empresas jornalísticas, caso da Folha, é, segundo Melo (2004, p.104), um "consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização", que "concilia os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana". Por isso também não são assinados. É uma exposição de ideias e argumentos que visam orientar a opinião de uma coletividade

Já o artigo é o espaço em que o jornalista (ou não) apresenta sua opinião sobre um tema. Os artigos dão ao jornal a ideia de democratização da opinião, já que podem ser escritos por jornalistas da instituição ou colaboradores, como escritores, professores, políticos, por exemplo. (IDEM, IBIDEM, 2004, p.126-127).

3.4.2 Intertextualidade

Quando consideramos o discurso histórico, lembramos que ele traz marcas, ideologias, crenças, etc. Assim, como há influência de diversos aspectos, consideramos a intertextualidade como presente nesses discursos jornalísticos.

Como o próprio nome já diz, intertextualidade refere-se à presença de outros textos, ou fragmentos deles, na constituição de um discurso novo; são vários recortes para a composição de um só, e que podem ser harmônicas ou dissonantes entre si. Assim, temos como ilustração um trecho de uma matéria publicada na Folha de S.Paulo, no dia 30/04/2013, que faz remissão ao resultado de um levantamento de pesquisa: "Foi precisamente o resultado encontrado por Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho, da Universidade Federal Fluminense, com base no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) de 2008."²³

Como todo discurso é ideológico, ele também é intertextual; não pode haver enunciado que de uma maneira ou outra não reatualize outros (FOUCAULT, 1972, apud FAIRCLOUGH, 2001, p.66).

Dentre os diferentes tipos de intertextualidades existentes, no presente trabalho focaremos três: a intertextualidade direta, indireta e relatada.

²³ Notas e Cotas: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/04/1270885-editorial-cotas-e-notas.shtml

O discurso direto é a reprodução fiel ao que foi dito, sempre indicada por aspas, como "O Brasil nunca olhou a questão do negro com afinco", diz José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. A intertextualidade indireta é a paráfrase, ou seja, um resumo da ideia, do que foi dito, como: O reitor da USP, João Grandino Rodas, afirma que o projeto busca maior inclusão, sem perda do mérito. E a intertextualidade relatada, que explica especificamente, mediante o uso de verbos dicendi, como 'ela disse', 'ele falou'; por exemplo: 'Cota é ilusão de fim do problema, diz reitor da Zumbi dos Palmares'.²⁴ Transformar um discurso direto em indireto, por exemplo, exige, segundo Fairclough (apud RESENDE; RAMALHO, 2014, p.67),

I) uso de verbos dicendi; II) mudança de pronomes de 1ª e 2ª pessoas para pronomes de 3ª pessoa ('eu vou' se torna 'ela disse que vai'); III) mudança dos verbos dêiticos (por exemplo: 'aqui' se torna 'lá'); IV) mudança de verbos para o passado (como: 'eu irei' para 'ela disse que iria').

São os exemplos: "Dilma diz: 871 mil jovens fazem curso universitário com o apoio do Fies" – esse seria um discurso direto, pois reproduz o que foi dito pela presidente, ou seja, o uso das apas indica que foi uma reprodução fiel ao que foi declarado. Se essa fala fosse transformada em um discurso indireto, seria: "Dilma disse que 871 jovens fazem curso universitário com apoio do Fies".

Resende e Ramalho (ibidem, loc.cit.), ainda acrescentam que a representação do discurso é também ideológica, pois o uso e o não uso do discurso direto e/ou o indireto servem para a valorização ou reprovação do que foi dito.

Embora a intertextualidade se faça presente nos discursos e textos jornalísticos, ela nem sempre é clara, dando lugar à pressuposição, do que é o tomado como dito.

3.4.3 Pressuposição

_

A pressuposição é uma posição em que o produtor do texto, o falante, estabelece como já dita, já estabelecida. Elas são manipuladoras e contribuem para a construção ideológica dos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2001, p.155). Pressupõe-se, com o seguinte exemplo, que o negro está para servir alguém.

²⁴ Cota é ilusão de fim do problema, diz reitor da Zumbi dos Palmares – 13/05/2013. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/05/1277669-cota-e-ilusao-de-fim-do-problema-diz-reitor-da-zumbi-dos-palmares.shtml

3.4.4 Transitividade e Tema

Outro ponto a ser analisado, quando da leitura dos jornais, por exemplo, é a questão da transitividade e do tema.

Dois tipos principais de processos são relacionados, em que o verbo marca uma relação (ser/ ter/ tornar-se) entre os participantes, e processos de ação, em que um agente age em direção a um objetivo, que são posicionados de acordo com sua proeminência informacional (FAIRCLOUGH, 2001, p.221).

Ou seja, de acordo com a ideologia, da significação cultural e política da matéria ou da reportagem, as orações são posicionadas propositalmente, omitindo ou expondo seus sujeitos.

Assim, "analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular" (2001, p.223).

Dentro da transitividade, Fairclough classifica dois tipos de ações a serem analisadas. São elas: a "dirigida" e a "não-dirigida". A dirigida é aquela em que o agente age sobre um outro objeto, esquema da voz ativa em que há sujeitoverbo—objeto, como "estudantes questionavam o reitor". A não dirigida, por sua vez, indica o sujeito e ação, mas não indica ou expõe o objeto; por exemplo, "o questionamento dos estudantes".

Uma outra ação também descrita por Fairclough (ibidem, p. 224) é a ação de evento, uma oração intransitiva, que envolve um evento e um objeto, como: "cem manifestantes morreram".

O tema é a informação já conhecida do ouvinte, algo que já foi apresentado, e de onde o produtor parte para redigir um texto, produzir um discurso, e posto inicialmente nas orações.

As escolhas marcadas do tema, segundo Fairclough (ididem, p.27), "são frequentemente interessantes pelo que elas mostram não apenas sobre os pressupostos do senso comum, mas também sobre as estratégias retóricas.

O tema é, assim, o assunto sobre o que se fala, a motivação para o texto/discurso. Em "Cota é ilusão de fim do problema, diz reitor da Zumbi dos Palmares", por exemplo, o tema central é cotas.

Em se tratando de transitividade, tema e ações dirigidas e não dirigidas, e também o evento, percebemos as vozes (passiva e ativa) presentes nas orações e orientando para sentidos.

3.4.5 Imparcialidade

Embora os jornais, em sua maioria, apresentem-se como imparciais, ou defendam a importância da imparcialidade na atividade jornalística, sabe-se que, na prática, isso não ocorre. A causa disso se dá pelo fato de os jornais pertencerem a grandes empresas, corporações, que imprimem sua ideologia através das notícias que produzem e que levam em conta, para isso, seus compromissos políticos junto a grandes empresas, empresários e governantes.

Sobre a neutralidade dos jornais, Lustosa (1996, p.22) diz que ela "é um mito cotidianamente desfeito nas relações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editora".

Como são incorporados vários fatores – políticos, econômicos e ideológicos- aos textos, fica difícil e muito complicado aos jornais abordarem temas que requeiram amplo engajamento. Assim, os jornais não são neutros justamente porque tomam e defendem posições; o que corrobora a ideia de que todo o discurso é ideológico, que traz consigo poder.

3.4.6 Vozes passiva e ativa

A escolha das ações e vozes são propositais. Ao escolher a voz passiva, por exemplo, pode ocorrer, segundo Fairclough (2011, p.226)

[...] a omissão do agente, embora isso possa ser motivado pelo fato de que o agente é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido. Uma outra razão política ou ideológica para uma voz passiva sem agente pode ser a de ofuscar a regência e, portanto, a causalidade e a responsabilidade.

Compare: "alunos invadiram a reitoria" e "a reitoria foi invadida".

3.4.7 Significado das palavras: escolhas lexicais

Todo enunciado, texto, discurso, carrega consigo uma história, posições culturais, ideológicas e políticas já pensadas pelo produtor/ emissor.

Esse sentido já existente deve ser compreendido pelo receptor, que deve falar a mesma língua, para que seja possível decifrar seus códigos.

Sendo assim, como cada receptor decifra o sentido de acordo com seu repertório lexical, e levando-se em conta o lugar que ocupa na sociedade, o sentido pode ser diferente para cada pessoa, ao ler.

Considerando isso, Fairclough fala sobre a significação das palavras e as escolhas feitas. Resende e Ramalho (2014, p.75), ao citarem Fairclough (2003), dizem que "os significados das palavras não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e contestadas, são facetas de processos sociais e culturais mais amplos."

Os significados das palavras e a relação entre eles podem mudar com o passar do tempo; o que tinha um certo significado anos atrás, pode não representar o mesmo hoje. Orlandi (2001, p. 27) considera

que as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenção e convenções sociais".

Como falantes e produtores de textos, temos que pensar em como utilizar as palavras apropriadas e como transmitir um sentido por meio delas; enquanto receptores, somos forçados a saber como interpretar as escolhas feitas pelos emissores.

Quando um texto relata uma realidade, ele é diferente da própria realidade, já que há uma transcrição do fato, da informação, passando pela ideologia do emissor e possibilitando a escolha das palavras utilizadas. A escolha de umas e não outras pode dizer muito sobre a intencionalidade do texto, assim como a omissão de outras também.

Ainda que os sentidos sejam instáveis (já que variam com o passar do tempo, assim como a sociedade) e a codificação diferente para cada leitor, deve-se considerar o contexto verbal no qual se insere, pois, diante de inúmeras

possibilidades de significados, ele pode excluir alguns e destacar outros (Fairclough, 2001, p.233).

Lage (2006, p.75) diz que para os jornalistas, por exemplo, a neutralidade é ainda mais difícil, já "que terão que operar com palavras de uso comum, moeda corrente no sistema de trocas ideológicas, com carga inevitável de implicações e conotações."

Povo, público e população; ditador, líder e governante; capangas (de um gângster), guarda-costas (de um político) e responsáveis pela segurança (de uma autoridade); burocrata, servidor público – são séries que indicam a responsabilidade implícita na escolha. (IDEM, IBIDEM, p.76)

Ao se escolher certas palavras, visando ao entendimento, à crítica, enfim, à função do enunciado, um outro aspecto deve ser analisado: a metáfora.

3.4.8 Metáfora

Figura de linguagem em que uma palavra ou expressão é usada para significar outra, fazer uma comparação. As metáforas estão presentes tanto na linguagem quanto no pensamento e nas ações das pessoas.

Lakoff e Johnson (apud RESENDE; RAMALHO, 2014, p.86) dizem que a "essência da metáfora é compreender uma coisa em termos de outra." Para eles, observam as autoras, a metáfora não é apenas uma "questão linguística ou lexical, ao contrário, o pensamento humano é largamente metafórico e só é possível como expressão linguística porque existe no sistema conceptual humano".

Fairclough compartilha dessa visão de Lakoff e Johnson quando diz que "elas estruturam o modo como pensamos e como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental (2001, p.241)".

Com base nos estudos de Lackoff e Johnson, Resende e Ramalho (2014, p.88) sintetizam no quadro abaixo os tipos de metáforas, como seque:

Quadro 1: Tipos de metáfora

	TIPOS DE METÁFORAS			
METÁFORAS	Conceitos	são	estruturados	Ex.: "Tempo é dinheiro"
	metaforicame	nte em	termos de	

CONCEPTUAIS	outros	
METÁFORAS	Conceitos recebem uma orientação	Ex.: "Hoje estou me sentindo
ORIENTACIONAIS	espacial não arbitrária, pois é baseada na nossa experiência física e cultural.	para baixo."
METÁFORAS ONTOLÓGICAS	Maneiras de entender eventos, atividades, emoções, ideias como entidades e substâncias.	Ex.: "Precisamos combater a inflação."

Fonte: Análise de Discurso Crítica (2014, p.88)

Têm-se como exemplos: a) metáfora conceptual: "O negro é aquele cara que leva chumbo da polícia na TV (leva chumbo = leva tiro)"²⁵, b) metáfora orientacional: "Mesmo com o pé atrás" (mesmo desconfiado), c) Metáfora ontológica: "O racismo é uma chaga social que o Estado brasileiro tem obrigação de combater".

3.4.9 Ironia

"Dizer uma coisa e significar outra", assim a ironia é descrita por Fairclough (2001, p.157). Figura de linguagem comumente usada, ela é empregada para expressar um sentido contrário ao que está sendo dito, muitas vezes visando à crítica, à sátira, à ridicularização, como "Aqui não tem riquinho como na USP, não", presente em matéria da Folha de S.Paulo do dia 13/05/2013.

Para entender o tom da ironia, é preciso que o intérprete seja capaz de reconhecê-la, para que ambos optem o mesmo sentido expresso. O contexto, o tom de voz do falante, o texto (palavras entre aspas) ou as crenças e valores do produto do texto colaboram para o entendimento (FAIRCLOUGH, 2001, p.159).

3.4.10 Modalidade

A modalidade refere-se à relação ao grau de comprometimento do falante com o que fala. Na gramática, a modalidade era associada aos verbos

²⁵ http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/05/1277669-cota-e-ilusao-de-fim-do-problema-diz-reitor-da-zumbi-dos-palmares.shtml

modais, como 'poder', 'dever'. Hodge e Kess (1988) dizem, no entanto, que eles são apenas um aspecto da modalidade.

Além desse, outros aspectos que mostram o distanciamento ou não do autor são o tempo verbal e os advérbios modais, como 'possivelmente', 'obviamente'.

Para Fairclough, a modalidade pode ser objetiva e subjetiva.

A modalidade pode ser 'objetiva', no sentido de que a base subjetiva para o grau de afinidade selecionado com uma proposição pode ser explicitado: "penso/suspeito/duvido/ que a terra seja plana. Ou a modalidade pode ser 'objetiva', em que essa base subjetiva está implícita: "a terra pode ser/é provavelmente plana. No caso da modalidade subjetiva, está claro que o grau de afinidade do(a) próprio(a) falante com uma proposição está expresso, enquanto no caso da modalidade objetiva pode ser claro qual ponto de vista é representado — por exemplo, o(a) falante está projetando seu próprio ponto de vista como universal, ou agindo como um veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo. O uso da modalidade objetiva freqüentemente implica alguma forma de poder (2001, p.200).

Na modalidade, então, estão presentes o comprometimento e as posições do falante em relação ao que está sendo dito e lido. Ela está inserida entre as relações sociais e a representação da realidade.

A mídia, por tratar de questões, verdades, fatos, vê como 'fato' o que geralmente é visto como interpretações de fatos do cotidiano.

Certamente, segundo Fairclough (2001, p.202)

A modalidade categórica é imposta pela natureza abreviadora e resumidora das manchetes, não pelo discurso da mídia per se. Certamente, porém, as manchetes são meramente um exemplo particularmente óbvio de uma tendência geral no discurso da mídia. Os jornais tendem a oferecer versões da verdade às opostas (embora frequentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reinvindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente e que perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia, que oferece imagens e categorias para realidade; posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social.

4 OS ESTUDOS DO DISCURSO

Estudar a linguagem como uma atividade, um processo sócio-histórico, carregado por ideologias, lutas, dominação, é relevante para qualquer área de estudo, uma vez que relações de poder são mantidas pela linguagem, como dito anteriormente. Assim, desvelar os sentidos e os propósitos dos discursos jornalísticos, compreender as entrelinhas e se posicionar criticamente perante eles é um passo necessário e fundamental para que ocorram mudanças discursivas e sociais.

Para o estudo desses discursos nesta pesquisa, utilizaremos a Análise do Discuro, a Análise do Discurso Crítica e alguns de seus conceitos e catergorias analíticas.

4.1 Análise do Discurso Francesa (AD)

A Análise do Discurso Francesa teve início na década de 60, tendo Michael Pêcheux como seu maior representante. Nessa época, os estudos sobre a relação da linguagem com o seu meio ganharam força, o que marcou o início da Análise do Discurso (AD)

Tratar a língua em seu processo histórico, dando atenção às condições de produção e consumos dos textos, como os efeitos de sentido, ideologia, relação da Linguística com as Ciências Sociais: assim se define a análise do discurso. Essa relação entre Linguística e Ciências Sociais é necessária nessa disciplina para a análise e compreensão dos sentidos dos textos, pois

^[...] a Linguística, para se constituir, exclui o sujeito e a situação (o que chamamos de exterioridade), e as Ciências Sociais não tratam da linguagem na sua própria ordem, de autonomia, como sistema significante, mas atravessam em busca de sentidos de que ela seria mera portadora, seja enquanto instrumento de comunicação ou de informação. Em suma, a Linguística exclui a exterioridade, e as Ciências Sociais tratam a linguagem como se ela fosse transparente. A Análise do Discurso, por seu lado, ao levar em conta tanto a ordem própria da linguagem como o sujeito e a situação, não vai simplesmente juntar o que está necessariamente separado nessas diferentes ordens de conhecimento. Ao contrário, ela vai trabalhar essa separação necessária, isto é, ela vai estabelecer sua prática na relação de contradição entre esses saberes (ORLANDI, 1994, p.53).

Para a AD, o objeto central de estudo é o discurso, lugar de onde pode ser percebida a relação entre ideologia e linguagem. No discurso, a ideologia está sempre presente, e não pode haver discurso sem sujeito e ideologia.

A Análise do Discurso, então, não se caracteriza como uma disciplina estritamente linguística, que se preocupa em estudar a língua em sua estrutura, nem um estudo puramente social, que estuda as relações, mas, sim, uma disciplina que busca em ambas aparatos para sua análise, pois "o sentido (no discurso) não está fixado a priori, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido", observa Orlandi (1994, p.56).

4.2 Análise do Discurso Crítica (ADC)

O termo Análise do Discurso Crítica (ADC) surgiu em 1985, em artigo publicado no Journal of Pragmatics, por Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, Inglaterra, em um simpósio em Amsterdã, onde se encontravam também outros grandes nomes relacionados ao estudo do discurso, como Teun Van Dijk, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Consolidando-se como ciência crítica em 1989, com o livro Language and Power, ela visava o papel e os efeitos dos textos para mudanças sociais que superassem relações de poder nos discursos.

Apoiada na Linguística e nas Ciências Sociais, a ADC estuda as relações sociais por meio de textos. A abordagem da ADC está no estudo das relações sociais permeadas pela linguagem, suas ideologias, sua relação de poder. No caso da ADC, o foco principal está na mudança social, ou seja, a partir do momento em que houver mudança discursiva, haverá mudança social.

Segundo Fairclough (2001, p.12)

[...] a mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas. Ela pode estender seus efeitos sobre os sujeitos e suas identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Num mundo de grandes transformações como o nosso, essa é, sem sombra de dúvida, uma questão central.

É preciso ter uma visão crítica a respeito do papel da linguagem na sociedade e seu papel na manutenção de discursos já naturalizados, hegemônicos, de grupos sociais perante outros. Interessa a essa disciplina ler pelas entrelinhas do texto, para que se possa perceber que ideias, representações estão chegando ao leitor, e se elas são realmente favoráveis a ele.

Resende e Ramalho (2014, p.36) observam que

[...] toda análise em análise do discurso crítica parte da percepção de um problema que, em geral, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais dado o caráter da teoria.

O principal objetivo da ADC é a reflexão para a mudança social e práticas emancipatórias. Assim, ser crítico é mostrar conexões e causas que estão ocultas; intervir – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam se encontrar em desvantagem (FAIRCLOUGH, 2001, p.28). Para estudar a linguagem como prática social, é necessário também levar em consideração, para a análise, o contexto, uma vez que a relação linguagem e sociedade é dialética.

4.3 Que é discurso?

Olandi define discurso como "processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o linguístico" (1994, p.56).

Como já foi dito anteriormente, o discurso é o objeto principal da análise do discurso. Ele é uma materialização de ações históricas constituídas socialmente e de ideologias. Não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia; ele é moldado socialmente e uma forma de agir sobre as passivas.

Fairclough (2001), ao descrever discurso, diz que o uso do termo "discurso"

[...] propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações . Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, no mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (RESENDE; RAMALHO, 2014. p.28)

O autor define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento de vida social interconectado com outros elementos.

Para Dominique Maingueneau (2005, p. 52-56), linguista e professor da Universidade de Sorbonne, o discurso é: a) orientado, porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo leitor (...), construída em função de uma finalidade; b) uma forma de ação, pois falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo; c) interativo, porque é uma interatividade entre dois parceiros, numa troca verbal; d) contextualização, pois o contexto constitui sua realidade, seu cenário, não havendo discurso sem contexto; e) assumido por um sujeito, já que indica quem é o enunciador.

Ainda que pertencentes a correntes diferentes de análise, o discurso, para os três autores – Fairclough, Maingueneau e Orlandi, é considerado relação entre seres e significados resultante de práticas sociais historicamente situadas. Fairclough vê o discurso como uma prática que altera o mundo e os outros indivíduos, que é constituído por sentidos dados pelas pessoas.

Para Fairclough, ainda, o discurso é restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis, e todo discurso só pode ser analisado se for levado em conta seu contexto histórico.

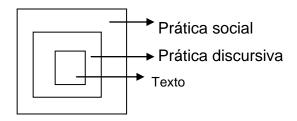
4.4 Teoria social do Discurso

Se o discurso, na ADC, é considerado uma prática social, que age sobre o mundo e a sociedade, Fairclough (apud RAMALHO E RESENDE, 2014, p.28) trabalha com três dimensões que podem ser nele consideradas. São elas:

a) prática social (política, ideológica, etc.), uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o *texto*; b) prática discursiva, que focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

Os textos são recebidos de diferentes maneiras, de acordo com o contexto; e o consumo e a produção podem ser individuais ou coletivos. Segundo o autor, essas três dimensões estão representadas da seguinte forma, conforme o quadro:

Figura 1: Concepção tridimensional do Discurso



Fonte: FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social 2001, p.101.

Assim, os textos são a materialização das práticas sociais e discursivas. Quanto à produção e ao consumo, esses são sociocognitivos, já que estão baseados nas estruturas e nas convicções sociais já interiorizadas (idem, ibidem, loc.cit.). Cada indivíduo interpreta o discurso de uma forma, dependendo do local onde atue socialmente e do seu repertório.

Resende e Ramalho (2014, p.29), baseadas no modelo tridimensional proposta pela ADC, elaboram um quadro, que pode ser visto abaixo, de acordo com as dimensões elencadas por Fairclough.

Para cada uma das dimensões acima citadas - Prática social, Prática discursiva e Texto - há as seguintes categorias analíticas:

Quadro 2: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	sentidos
Coesão	Consumo	pressuposições
Estrutura textual	Contexto	metáforas
	Força	Hegemonia
	Coerência	orientações econômicas
	Intertextualidade	políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Análise de discurso crítica (2014, p. 29).

Embora todas essas categorias sirvam para a análise, elas não precisam, necessariamente, ser utilizadas; podem estar dispersas, algumas podem ser utilizadas, outras, não.

4.5 Ideologia e hegemonia

Se o discurso é constituído socialmente, ele é constituído pela ideologia, a responsável entre sujeito e sua existência na sociedade.

Sendo histórico, o discurso carrega consigo marcas também históricas, verdades, convicções, outros discursos que compõem discursos novos, e que de tanto serem reproduzidos, acabam se tornando hegemônicos. Hegemonia e ideologia são dois termos importantes para a AD e ADC, pois ambas dão forma e sentidos aos discursos. Orlandi (1994, p.56) explica que na

análise do discurso se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus "conteúdos". A ideologia não é "X", mas o mecanismo de produzir "X". No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm à ideologia e os efeitos imaginários.

Ainda segundo Orlandi (ibidem, loc.cit.), na relação entre homem e linguagem, no momento da interpretação

de qualquer objeto simbólico 'X' somos instados a interpretar o que 'X' quer dizer (...) aparece-nos como conteúdo já-lá, como evidência, o sentido desse 'X'. Ao se dizer, interpreta-se – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade, mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que "se reconhece.

4.6 Ideologia

"A ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais"; assim é definida a ideologia por Orlandi (1994, p.57). Para a autora, a

ideologia é determinada pela relação entre a linguagem e a história, e, normalmente com uma finalidade.

Fairclough (2001, p.117), sobre ideologias, diz que elas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem status de "senso comum". Se são senso comum é porque já foram naturalizadas. As ideologias contribuem para estabelecer ou manter relações de dominação, ainda que não possam ser claramente lidas, já que os textos são passíveis de várias interpretações.

Fairclough, então, define ideologias como

significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (2001, p.117).

4.7 Hegemonia e poder

Na ADC, o conceito de hegemonia considerado por Fairclough (2001) vem de Gramsci, que considera que "o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica" (RESENDE; RAMALHO, 2014, p.43).

A hegemonia é um poder exercido por um grupo perante outro, baseado no consenso. O termo luta hegemônica refere-se ao fato da dominação ser instável e ela pode ser vista como uma "disputa pela sustentação de um status universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental e social (FAIRCLOUGH, 2003, apud RESENDE; RAMALHO, 2014, p.46).

A hegemonia fornece um modelo, uma forma, um poder predominante na sociedade. Relações de poder, reproduzem, reestruturam e desafiam as hegemonias existentes. Ela é uma forma de dominação, é o poder sobre a sociedade e das classes subalternas. É, para Fairclough (2001, p.122), "foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas".

A maioria dos discursos sustenta-se na luta hegemônica em instituições particulares, como a família e a escola.

Foucault, ao dizer que o poder é exercido por práticas discursivas naturalizadas, contribui para a compreensão da relação existente entre discurso e poder. Sendo assim, havendo mudança nas práticas discursivas, haverá mudanças sociais. Essa visão é muito considerada pela ADC e por Fairclough em 'Discurso e Mudança Social'.

Fairclough (2001, p.75), baseado nos estudos de Foucault (1981), diz que

o poder está implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregados.

O poder, então, molda os sentidos do discurso, reinstrumentalizandoos de acordo com suas intenções e usos.

4.8 Mudança discursiva para a mudança social

Ao naturalizar tais discursos e, consequentemente, ideologias, conforma-se com uma "verdade" que os rege e que impera na sociedade.

Ir contra esses discursos hegemônicos, para que haja mudança social, é o ponto-chave nos trabalhos de Fairclough e para todos os que se apoiam na Análise do Discurso Crítica.

Resende e Ramalho (2014, p.22) observam que "a desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade, a fim de desvelar relações de dominação".

Para a mudança discursiva, a motivação para tal deve estar na problematização; as pessoas se veem diante de dilemas (...) e tentam resolvê-los ao serem inovadoras, criativas ao se adaptarem às condições existentes de novas maneiras e assim contribuírem para a mudança discursiva. (idem, ibidem)

Dependendo de como tais dilemas, questões são tratados pelo indivíduo, eles podem reforçar e reproduzir relações e hegemonias tradicionais já existentes, assim como podem fomentar uma mudança social, que vão ser baseadas na natureza da prática social.

Essa abordagem crítica da análise quer desvelar o que está oculto, na intensçao de promover mudanças sociais para aqueles que são dominados. A ADC

é motivada pelo questionamento crítico da vida social em termos políticos, morais, ou seja, em termos de justiça social e poder" (FAIRCLOUGH, 2003, p.15 apud RESENDE; RAMALHO 2014, p.23).

Assim, olhar mais criticamente um texto é fundamental para questionar e desnaturalizar os sentidos implícitos em discursos hegemônicos. A partir do momento em que há reflexão, crítica, há uma mudança de olhar para determinado discurso, que se desconstrói e dá espaço a novos outros discursos e a novas posições.

No próximo capítulo, o das análises, são mostradas abordagens e conceitos já discutidos no 2º capítulo - como contexto, intertextualidade, temas, ecolhas lexicais, etc. - que discute a Análise do Discurso, a Análise do Discurso Crítica, além dos aparatos teórico-metodológicos utilizados nas análises, focando nos discursos sobre o sistema de cotas. Intende-se, com as análises, desnaturalizar discursos e entender como temas hegemônicos são sustentados pela Folha de S.Paulo.

5 ENTRE DISCURSOS: ANÁLISES DOS EDITORIAIS E ARTIGOS DE OPINIÃO

Como já citado anteriormente, neste trabalho, têm-se como objeto de estudo discursos do jornal Folha de S.Paulo sobre o sistema de cotas, pois sabe-se que os jornais dialogam e trabalham com o imaginário da sociedade.

O jornal em questão tem prestígio e credibilidade no país, o que passa ao leitor uma ideia de confiabilidade. Ele, assim como outras mídias, reconstroe discursos e fortalece outros, de acordo com o que julga ser oportuno ao seu público-alvo e à socidade no geral. Os jornais não apenas interpretam a opinião pública, como as (re)constroem; não são imparciais, como muitos se intitulam, porque devem estar de acordo com sua linha editorial. Os discursos jornalísticos são polifônicos, intertextuais, ou seja, são recortes de outros discursos, outras vozes, outros textos que compoem (e fazem compor) um novo.

Antes das análises dos editoriais e artigos, destaco um outro achado na busca por textos sobre as cotas: o caderno "Cotas: múltipla escola", da Folha de S.Paulo, de 2012. Apresentá-lo, rapidamente, serve para corroborar a importância do (debate) tema e contextualizar as análises posteriores.

5.1 Caderno Especial "Cotas: Múltipla Escolha", da Folha de S.Paulo

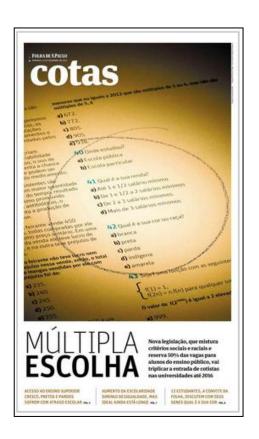
Na busca pelos editoriais e artigos que abordassem as cotas, uma publicação da *Folha* despertou minha atenção: o caderno Cotas (anexo B), uma edição especial distribuída em 23 dezembro de 2012, ano em que foi sancionada a lei de Cotas. A publicação se mostra interessante considerando que "o texto da notícia corresponde à postura ideológica de sua audiência", como afirma Elcias Lustosa (1996), e também pelo fato de que não existiu uma edição especial do jornal que tratasse ou desse visibilidade a outros programas de acesso à educação superior, como o Prouni, o Fies, o Sisu, o Enem. Retomando a concepção de Lustosa (1996, p.179), os cadernos buscam atender aos interesses de diferentes grupos de leitores. É como se, no jornal, "não coubessem mais as crescentes exigências dos leitores". Esta publicação é dinâmica, com textos, imagens e gráficos, que ilustram o tema e os dados apresentados.

Pode-se perceber, cada vez mais frequentemente, que textos estão sendo substituídos por imagens ou sendo ilustrados por elas. As imagens podem ser esclarecedoras e até mais impactantes que o próprio texto, porém não se autoexplicam. O texto, então, intensifica e explica o sentido da imagem, e ela contribui para um melhor entendimento, interpretação e referenciação. Consideradas signos, como descreve Charles Sanders Pierce (1839-1914) e estudadas pela Semiótica, elas são discursos visuais e carregam consigo sentidos, ideologias e valores, visando um objetivo.

Como a semiótica e a análise de imagens não fazem parte desta pesquisa, são comentados alguns aspectos que sobressaem na capa do caderno, com a intenção de apresentar os sentidos ancorados (texto apoiando a imagem) e ilustrados na capa (imagem apoiando o texto), e perceber a relevância desta publicação.

Tendo como foco as cotas, alguns elementos na capa do caderno dialogam com o tema, como: a) as cores: utilizam-se as cores branca, marrom e preta, as quais podem se referir às raças das cotas; b) as questões assinaladas: na imagem, três questões, entre outras, aparecem em foco, e são elas: I) sobre a escola em que foi cursado o ensino médio, a renda familiar e a raça, três informações importantes e chave para a política de cotas raciais ou sociais; c) o subtítulo "MÚLTIPLA **ESCOLHA**": escritas em caixa alta, visam chamar atenção para o tema, e remetem à ideia de que o candidato tem a opção e o poder de escolha quanto à cota adotada e à raça na qual se encaixa.

Figura 2: Caderno "Cotas: Mútipla escolha"



Fonte: Jornal Folha de S.Paulo.Caderno Especial. 23 de dezembro de 2012. http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/12/23/734/

Analisando esses elementos, percebe-se que a construção da capa, que dialoga com textos e imagens, é ideológica e carrega sentidos implícitos. Ela ilustra o tema proposto pelo caderno e constitui-se como um rico discurso visual.

Neste caderno de cotas, vários são os textos, entre notícias, reportagens e depoimentos de universitários e candidatos à educação superior. Acredita-se que a importância desse material está, além dos discursos, na utilização desse jornal para contextualizar a época em que os editoriais e artigos foram escritos. A publicação, de 2012, foi circulada no ano em que a Lei de Cotas foi sancionada. O caderno traz temas pertinentes ao debate e todo o contexto para a aprovação da lei, o com seus prós, contras e porquês.

O caderno aborda temas ainda muito debatidos, como: a importância do acesso, a lei, os efeitos das cotas na educação superior, a questão do mérito e das raças, e comparações com sistemas de cotas adotados na África, nos Estados Unidos e na Índia, para entender a aplicabilidade do sistema em tais países.

A sessão denominada "Cota da opinião" traz à mídia relatos de estudantes e de candidatos à educação superior sobre as cotas e sobre o estar/querer estar na universidade. Essa sessão traz a voz da sociedade, que mostra como os mitos (as formações imaginárias) operam, são reproduzidos e sustentados, como: "Diz que se enquadra nos critérios para as cotas raciais, mas prefere disputar uma vaga como egresso de escola pública. 'A sociedade aceita melhor", "Pobre e preto sofre mais preconceito"; "Sem as cotas, não há como competirmos com peixe grande".

Pelos relatos dos jovens, percebemos alguns temas já tratados nesta dissertação, assim como também tratados por Dias Sobrinho, Catani, Goergen, Marques, como acesso, permanência, autoexclusão, formação a desejar, defasagens e a esperança de melhores condições de vida e profissionais por meio da formação superior. Alguns desses relatos corroboram esses temas, como: "Cota, bolsa integral, só mesmo com ajuda para ser alguém"; "Ganha R\$1.075 como auxiliar de faturamento, que vão para despesas de casa e locomoção. 'Não dá pra pagar a faculdade'";

Acredita-se que esses relatos reforçam o que diz Dias Sobrinho (2013, p.109) sobre a educação ser entendida como um bem público, ou seja, "um princípio, isto é como um imperativo moral que sobrepõe à dignidade humana aos interesses, inclinações e circunstâncias individuais".

Essa publicação é uma grande fonte para outras novas pesquisas que envolvam o Discurso e a Educação. Independente de ser de 2012, o conteúdo trazido no caderno é ainda atual e oportuno a ser debatido.

5.2 Painel do Leitor, Folha de S.Paulo

Como falam de mitos em relação às cotas e o fato de o jornal lidar com o imaginário popular, para entender como os discursos naturalizados sobre as cotas têm funcionado na sociedade, começa-se a análise a partir da seção do jornal que, justamente, dialoga com o seu público, o Painel do Leitor. Serão apresentados alguns mitos presentes no imaginário dos leitores na seção da Folha de S.Paulo, destinada a expor as suas opiniões.

Pode-se constatar que o assunto cotas é bastante polêmico e mobiliza o imaginário social e preconceitos naturalizados, o que parece refletir no número de textos referentes a esse tema.

Para mostrar o posicionamento polêmico, veremos, a seguir, duas opiniões de leitores, sobre a reserva de vagas, contidas no "Painel do Leitor" da Folha de S.Paulo do dia 10/08/2012.



Figura 3: Painel do Leitor - Folha de S.Paulo

Fonte: Folha de S.Paulo. Caderno Opinião, Panel do Leitor, 10 ago. 2012.

Sobre ambas as opiniões, pode-se destacar a opinião negativa na expressão utilizada pelo primeiro leitor: "tendência irresponsável e populista", que remeteria ao conceito de Populismo, por isso, um subterfúgio populista na visão do leitor.

Outro ponto que pode muito bem ser relacionado à problemática da educação superior é a menção intertextual do segundo leitor a partir da expressão por ele utilizada, "tira parte da autonomia das universidades", que remete ao conceito constitucional da autonomia das universidades à sua independência do sistema governamental, presente no artigo 207 da Constituição de 1988, que diz: "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" ²⁶.

A reserva de vagas, assim, na visão desse leitor, obstruiria esse princípio de autonomia por considerar um expediente muito impositivo do governo.

Outras relações intertextuais também são restabelecidas pelos dois leitores. Ambos reconhecem distorções históricas, que prejudicaram alunos menos favorecidos, "Compreendo que as cotas ajudem a corrigir algumas distorções" e "Evidencia-se que o sistema de cotas vem para suprir uma necessidade educacional antiga", mas se posicionam contra a porcentagem de vagas reservadas. Na primeira opinião, as expressões "mais uma vez" e "insensibilidade monstruosa" fazem referência ao descaso antigo com a educação básica e quantidade "monstruosa" de vagas reservadas pelas cotas nas universidades em decorrência desse processo. Na perspectiva de ambos, as cotas existiriam para suprir a falta de investimento, já antigo, na educação básica.

5.3 Editoriais 2012 e 2013

Nos anos de 2012 e 2013, foram publicados 9 editoriais referentes ao sitema de cotas: 6 em 2012 e 3 em 2013. Retomando a definição dos editoriais, são eles que constituem a ideias e o posicionamento do jornal.

_

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao.htm

Figura 4: Cotas raciais, um erro

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Cotas raciais, um erro

Tratamento desigual para reparar injustiças deveria contemplar apenas critérios sociais objetivos —não a cor da pele, obsessão importada

O Supremo Tribunal Federal declarou as políticas de cotas raciais em universidades federais compatíveis com a Constituição. A decisão será saudada como um avanço, mas nem por isso terá sido menos equivocada.

Ninguém duvida que a escravidão foi uma catástrofe social cujos efeitos perniciosos ainda se propagam mais de um século após a Abolição. Descendentes de cativos de origem africana ou nativa, pois também houve escravização de índios — sofrem, na maioria dos casos, uma desvantagem competitiva impingida desde o nascimento.

As políticas adotadas por universidades que reservam cotas ou garantem pontuação extra a candidatos originários daquela ascendência procuram reparar essa iniquidade histórica. A decisão do STF dará ensejo à disseminação de tais medidas em outras instâncias (acesso a empregos públicos, por exemplo), o que ressalta a relevância do julgamento.

São políticas corretivas que podem fazer sentido em países onde não houve miscigenação e as etnias se mantêm segregadas, preservando sua identidade aparente. Não é o caso do Brasil, cuja característica nacional foi a miscigenação maciça, seguramente a maior do planeta. Aqui é duvidosa, quando não impraticável, qualquer tentativa de estabelecer padrões de "pureza" racial.

Não se trata de negar a violência do processo demográfico ou o dissimulado racismo à brasileira que dele resultou, mas de ter em mente que a ampla gradação nas tonalidades de pele manteve esse sentimento destrutivo atrofiado, incapaz de se articular de forma ideológica ou política. Com a mentalidade das cotas raciais, importa-se dos Estados Unidos uma obsessão racial que nunca foi nossa.

No Brasil, a disparidade étnica se dissolve numa disparidade maior, que é social —uma sobreposta à outra. A serem adotadas políticas compensatórias, o que parece legítimo, deveriam pautarse por um critério objetivo —alunos de escolas públicas, por exemplo—em vez de depender do arbitrio de tribunais raciais cuja instalação tem algo de sinistro.

A Constituição estipula que todos são iguais perante a lei. É um princípio abstrato; inúmeras exceções são admitidas se forem válidos os critérios para abri-las. A ninguém ocorreria impugnar, em nome daquele preceito constitucional, a dispensa de pagar Imposto de Renda para os que detêm poucos recursos.

O cerne da questão, portanto, consiste em definir se há justiça em tratar desigualmente as pessoas por causa do tom da pele ou se seria mais justo, no empenho de corrigir a mesma injustiça, tratá-las desigualmente em decorrência do conjunto de condições sociais que limitaram suas possibilidades de vida.

COTAS raciais, um erro. Folha de S.Paulo. São Paulo, 27 abr. 2012. Editorial, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39477-cotas-raciais-um-erro.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Pelo título do editorial já é possível perceber o que pensa a Folha sobre as cotas raciais: "um erro". Em "Tratamento desigual para reparar injustiças deveria contemplar apenas critérios sociais objetivos - não a cor da pele, obsessão importada" — admite-se haver injustiças, se se pensar no histórico sistema escravocrata, porém nos sugere que contemplar a cor da pele seria ainda mais injusto. O "tratamento desigual" refere-se às cotas raciais em relação às cotas sociais e ao mérito, mas é possível pensar que "desigual" também foi, e continua sendo, o tratamento dado aos negros. Esse posicionamento sobre as cotas é descrito como uma "obsessão importada", que faz referência ao sistema "importado" dos Estados Unidos no final da década de 60 que visava diminuir a desigualdade socioeconômica entre brancos e negros.

Ainda que "dar acesso" seja "consenso", o sistema de cotas parece ser considerado, pelo editorial, uma "medida insconstitucional", por "infringir" o Art.5° da Constituição, que diz que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Diz-se que ao se separar, em grupos, pretos, negros e indígenas dos brancos, favorecerá uma nova exclusão e novos preconceitos. Embora alguns se posicionem dessa maneira, o Supremo Tribunal Federal considera a política de cotas constitucional.

No segundo parágrafo, há um consenso, uma categorização quanto à escravidão, descrita como "catástrofe social". Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, os preconceitos e a discriminação racial, os "efeitos perniciosos", ou seja, prejudiciais, continuam a existir e a se reforçar. Tanto para negros quanto para índios, a desvantagem em relação aos brancos é imposta "desde o nascimento".

Na tentativa de sanar essas diferenças históricas e seus efeitos, que se estendem ao longo dos anos, a política de cotas e a bonificação, quanto mais adotadas, mais darão oportunidade e visiblidade ao acesso. Embora essas medidas sejam constitucionais, como julgou o STF, essa política, segundo a posição do jornal, é inválida no Brasil, além de "duvidosa, quando não impraticável, qualquer tentativa de estabelecer padrões de pureza racial", devido à grande miscigenação de raças no país.

O que chama atenção neste editorial são a modalidade e a escolha lexical usada para descrever o sistema de cotas.

Por modalidade, entende-se o grau de comprometimento do autor para com o texto. À data de publicação, o projeto de lei, aprovado em agosto do mesmo ano, é visto com certo distanciamento pelo jornal. Na modalidade objetiva, retomando Fairclough (2001, p.200), "pode não ser claro qual ponto de vista é representado". Assim, têm-se: "Tratamento desigual para reparar injustiças deveria contemplar apenas critérios sociais", "São políticas corretivas que podem fazer sentido", "Ao serem adotas políticas compensatórias, o que parece legítimo (...)". A utilização dos verbos "devia", "podem fazer" e "parece" dão ao editorial um distanciamento da opinião, como se o editorial não afirmasse, mas mostrasse o que acha, uma hipótese. Na modalidade subjetiva, no entanto, o grau de comprometimento está expresso, há a afirmação e veracidade da ideia, como: "Ninguém duvida que a escravidão foi uma catástrofe social", "A decisão do TSF dará ensejo à disseminação de tais medidas".

Figura 5: Populismo racial

Populismo racial

Não é comum a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se pronunciarem em conjunto sobre temas da agenda nacional, como fizeram em junho contra o novo Código Florestal, que julgaram "indulgente". Agora, unem forças para atacar cotas em universidades federais.

Nada menos que 56 desses estabelecimentos de ensino superior se lançaram numa greve irresponsável, que só prejudica seus alunos. A nota da ABC e da SBPC, no entanto, se volta para uma ameaça ainda mais insidiosa que paira sobre as universidades, o projeto de lei nº 180/2008, pronto para ser votado no Senado Federal.

Oriunda da Câmara, onde foi apresentada pela deputada Nice Lobão (PSD-MA) em 1999, a proposta prevê reserva de metade das vagas das instituições federais de ensino superior para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas.

Estipula, ainda, que as vagas reservadas sejam atribuídas a candidatos de contingentes raciais ("autodeclarados negros, pardos e indígenas") na mesma proporção demográfica encontrada pelo IBGE

Esta **Folha** defende formas de ação afirmativa de critério exclusivamente socioeconômico, mas enxerga várias razões para rejeitar o PL 180 —e não só por seu componente racial. Lamenta, ainda, que haja probabilidade real de aprovação no Senado, no atual clima de populismo racialista, reforçado pelo Supremo Tribunal Federal com sua decisão de abril pela constitucionalidade das cotas.

Mesmo quem não abomine a sagração em lei da discriminação racial (ainda que positiva) perceberá outros erros colossais da proposta.

Como bem assinalam a ABC e a SBPC, ainda que a inclusão social seja um objetivo legítimo e desejável nas universidades públicas, a excelência do ensino e da pesquisa não é menos importante — e ela certamente estará em risco se metade das vagas forem atribuídas por critérios indiferentes ao mérito.

O projeto de Nice Lobão desconsidera, além do mais, que várias instituições federais já adotam ou cogitam ações afirmativas. Ao impor um modelo único para todas elas, a proposta não só atropela esse processo como ainda afronta o artigo 207 da Constituição Federal, que garante autonomia didático-científica às universidades.

Da greve à expansão desordenada durante o governo do presifederais já contam com problemas a rodo. O Senado não carece de agravar ainda mais sua situação.

Fonte: POPULISMO racial. Folha de S.Paulo, São Paulo, 12 jun. 2012. Editorial. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54012-populismo-racial.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Inicia-se esta análise com base no termo "populismo", citado no título. Populismo remete, segundo Cunha (2007, p.43-4), "ao sistema de governo, marcado pelas sensibilidades populares, ou política de massas, que busca a mobilização controlada desta em proveito das classes dominantes". O título, "Populismo racial" pode ser entendido então como uma forma de governo que se preocupa com o povo (aqui, os cotistas), dando a eles a possibilidade de estudo. No período de 1946 a 1964, quando se instalou o populismo, houve uma grande expansão da educação superior no país (Cunha 2007, Marques 2013). Se pensarmos nas ações dos governos Lula – Dilma, como o Prouni, o Fies e a Lei de Cotas, por exemplo, vemos cada vez mais frequente o acesso de classes sociais mais baixas à educação superior por meio de ações políticas públicas.

Esse editorial trata do pronunciamento a ser feito pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) contra as cotas. O que chama a atenção no primeiro parágrafo não é o possível pronunciamento, mas a interferência, descrita como "incomum", dessas duas instituições sobre "temas da agenda nacional". Pode-se pensar que se a união das duas é incomum, e elas estão unidas contra as cotas, é porque o tema é realmente polêmico. Temos aqui as vozes de ambas as instituições, além da do jornal.

Ambas as instituições veem o Projeto de lei nº180/2008 como uma "ameaça ainda mais insidiosa", ou seja, enganosa, que "paira" sobre as universidades". Como o projeto, na data da publicação deste editorial, ainda estava para ser aprovado, justifica-se a utilização do verbo "pairar" para descrevê-lo; o projeto estava "rondando" as universidades, apenas esperando a sua aprovação para entrar, de vez, em vigor.

Mesmo quem defenda as cotas encontrará outros grandes "erros colossais" em relação ao projeto, e um deles refere-se à qualidade de ensino, depois da inclusão de alunos "despreparados". Tanto para a ABC quanto a SBPC, ainda que a inclusão seja importante o foco das unidades, a excelência das instituições estará "em risco", caso haja outras formas de acesso à universidade se não pelo mérito. A autonomia universitária, também muito referida quando se fala na imposição de leis, será desconsiderada, caso seja aprovada a lei.

Sendo o editorial a voz da Folha, ela claramente diz que "enxerga várias razões para rejeitar tal projeto", que defende, também o critério racial. Afirma, e "lamenta", "o atual clima de populismo racialista", e que ele foi reforçado quando o TSF julgou o projeto como constitucional, ou seja, válido.

Neste editorial, o foco da análise está na escolha lexical e na metáfora.

Quanto à escolha lexical, o projeto, aqui, é então descrito como "ameaça", "insidioso", "afronta", "problema", "expansão desordenada"; e os resultados da aprovação são: "erros colossais" e "riscos à excelência", que reforçam ainda mais o caráter negativo em relação à política de cotas.

As metáforas utilizadas neste editorial remetem a uma ideia de disputa, de combate, de guerra: "Unem forças para atacar as cotas", "Se lançaram numa greve", "Se volta para uma ameaça ainda mais insidiosa", "Ela (a excelência) estará em risco se metade das vagas forem atribuídas por critérios indiferentes ao mérito", "A proposta não só atropela esse processo como ainda afronta o artigo 207 da Constituição Federal".

Figura 6: Missão Superior

Missão superior

Universidades federais perdem o foco com greves e cotas, quando deveriam dedicar-se a forjar uma elite de docentes para o país

Sérias ameaças rondam as universidade federais no Brasil. Além de uma greve abusiva, que há mais de dois meses prejudica meio milhão de estudantes, paira sobre elas um projeto autoritário sobre cotas raciais que está para ser aprovado no Senado Federal —e essas são só as ameaças mais urgentes.

O projeto de lei 180/2008 tem origem na Câmara dos Deputados. Reserva metade das vagas das instituições federais de ensino superior para quem tenha cursado todo o ensino médio na rede pública e prescreve que sejam atribuídas a "autodeclarados negros, pardos e indígenas" no mínimo na proporção recenseada pelo IBGE.

Levantamento desta Folha mostrou que mais de 52 mil vagas nas federais já se destinam a cotistas, de um total de cerca de 240 mil ingressantes a cada ano. Para atingir a metade, portanto, esse contingente de vagas reservadas precisaria mais que dobrar.

A proposta tem boa chance de aprovação, pois conta com a simpatia do governo federal; se não sofrer emendas no Senado, segue direto para sanção presidencial. Seria um enrijecimento adicional das já esclerosadas universidades federais, que veriam assim mais um naco de sua autonomia acadêmica

sacrificado no altar dos modismos politicamente corretos.

O problema não é o recurso a cotas, que, usadas com parcimônia, podem ser instrumento legítimo de inclusão social na universidade (a **Folha** defende apenas o critério socioeconômico e recusa o componente racial). Errado é destinar número tão grande de vagas com base em algo diverso da capacidade acadêmica do candidato.

Isso decerto não contribuirá para estancar a perda progressiva de qualidade do ensino superior, que passa no Brasil por um processo acelerado de expansão.

As federais, além disso, sofrem o assédio de grupos sindicais e partidários mais interessados em impor-lhes a agenda corporativa de funcionários e docentes e as fantasias ideológicas de estudantes. Perdem prestígio para as poucas universidades brasileiras, como as estaduais paulistas, que conseguem manter alguma qualidade e frequentar listas internacionais de excelência em ensino e pesquisa, e algumas privadas.

Não fossem essas distrações e a falta de um projeto claro para elas da parte do governo federal, as fe-

derais poderiam dedicar-se a construir para si um papel de maior relevância no sistema universitário nacional. Na impossibilidade de todas brilharem no ramo ultracompetitivo da pesquisa de ponta, deveriam escolher a missão — não menos nobre— de formar o exército de excelentes professores universitários de que o país tanto necessita.

Fonte: MISSÃO Superior. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 31 jul. 2012. Editorial. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/57744-missao-superior.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Considerando o trecho "Universidades federais perdem o foco com greves e cotas, quando deveriam dedicar-se a forjar uma elite de docentes para o país", é possível perceber os temas tratados: greves, cotas e formação de docentes. A greve à qual se refere aconteceu de maio a setembro de 2012, quando professores de universidades federais lutavam por valorização das condições de trabalho e também pela restauração da carreira.

Assim, como no editorial anterior, "Populismo Racial", este editorial também está relacionado ao projeto de lei que dá origem à lei das cotas.

Algumas "ameaças rondam" (ou "pairam" – como no editorial passado) as Universidades Federais, e são elas a greve e o projeto de lei 180/2008, caracterizando como "autoritário", ou seja, imposto, mandatório. O projeto tem grande chance de aprovação, segundo a Folha, por causa da "simpatia do Governo Federal". Se aprovado, o projeto, "um modismo politicamente correto", faria com que as universidades federais perdessem ainda mais sua autonomia acadêmica.

O problema aqui retratado não está tanto nas cotas, já que a Folha defende as cotas sociais, mas rejeita as raciais. Ela questiona a proporção no número (50%) de vagas reservadas. Tal número é visto acima da capacidade dos candidatos: "Errado é destinar um número tão grande de vagas com base diverso da capacidade acadêmica do candidato".

Quanto à perda da qualidade, resultado do acesso e que não combina com o mérito, está em progresso. Com o aumento de estudantes por cotas, a qualidade "tende" a cair, e o resultado disso estaria no desprestígio, se comparadas às universidades estaduais paulistas, USP, Unicamp e Unesp, que por sua qualidade e pesquisa conseguem estar nos rankings internacionais. Assim, se não tiverem destaque por suas pesquisas, deveriam então "formar o exército (o que remete a disputas", combate) de excelentes professores universitários.

Sobressaem-se, neste editorial, o posicionamento do jornal (modalidade) e a ironia usada para criticar. Quanto ao distanciamento do autor para com o texto, temos a modalidade objetiva: "quando deveriam dedicar-se", "seria um enrijecimento adicional das já esclerosadas universidades federais", "podem ser um instrumento legítimo de inclusão", "deveriam escolher a missão", "deveriam se dedicar". A modalidade, neste caso, está marcada com o uso de verbos auxiliares modais (deveria, poderia, seria), que, segundo Fairclough (2001, p.199), "são um meio

importante de realizar modalidade" e mostram uma não afirmação em relação à informação, como se fosse uma hipótese.

Outrossim, a "missão superior" à qual o título se refere parece estar ligada, então, a excelentes pesquisas e à formação de professores nas instituições, mais do que a preocupação com a inclusão, "Na impossibilidade de todas brilharem no ramo ultracompetitivo da pesquisa de ponta, deveriam escolher a missão – não menos nobre – de formar o exército de excelentes professores universitários de que o país tanto precisa", o que pode reforçar a ideia da universidade como um local elitista e destinado à elite.

Figura 7: Cota de populismo

Cota de populismo

Governo estuda reservar vagas no funcionalismo com base em critério racial; ação amplifica defeitos da política imposta às universidades

A Casa Civil dispõe de um mês para corrigir os exageros de populismo racialista que rondam o Planalto. Tempo de sobra para reverter, até 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a simpatia aparente do governo Dilma Rousseff pela generalização do recurso simplista às cotas raciais.

Esta Folha revelou no domingo os pontos principais de um pacote de ações afirmativas alinhavado na Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) para essa data. O mais chamativo —e problemático— é a reserva de 30% dos postos na administração federal para negros (categoria inexistente para o IBGE, que recenseia "pretos" e "pardos").

No que respeita às cotas em universidades federais, o leite já está derramado. O Congresso aprovou uma violenta elevação do número de vagas carimbadas como exclusivas de alunos de escolas públicas e de minorias raciais. Em afronta à autonomia universitária e às políticas locais adotadas em várias instituições, metade dos postos terão de ser preenchidos por esse critério já no próximo vestibular.

Há quem ataque as cotas sob o argumento de que são inconstitucionais, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu em maio —por 10 votos a 1- que não é esse o caso.

Além disso, ações afirmativas são um modo aceitável de corrigir distorções, mais para aumentar a diversidade social e étnica nas instituições do que para reparar injustiças originadas com a escravidão, abolida há 124 anos.

Por pesada que seja essa herança, o Brasil republicano nunca teve a discriminação racial consagrada em lei. É doloroso ver que a sacramenta agora, ainda que para beneficiar os que sofrem desvantagens sociais por causa da cor da pele.

Por tal razão, esta Folha sempre se posicionou contra o perfil racial das cotas. Admite-as unicamente com critério socioeconômico (como o estudo em escolas públicas, onde se concentram pobres, pretos e pardos). É um recurso legítimo para aplainar o terreno da igualdade de oportunidades para formação e desenvolvimento pessoal.

No caso do funcionalismo federal, até mesmo esse critério socioeconômico seria questionável. O servidor público não está a serviço de si mesmo, mas —passe a tautologia— do público. Os princípios da eficiência e da impessoalidade nos negócios de Estado não admitem que seja selecionado por atributos outros que não a competência e o mérito, aferidos em concurso.

Uma ação afirmativa mais democrática e menos paternalista deveria preocupar-se, por exemplo, com oferecer cursos gratuitos para melhorar o desempenho de candidatos pobres nessas provas.

Fonte: COTA de populismo. Folha de S.Paulo. São Paulo, 16 out. 2012. Editorial, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/72182-cota-de-populismo.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Mais uma vez o termo populismo aparece em relação às cotas. Isso reforça a ideia de que as cotas são uma forma de política de e para as massas.

Com "Governo estuda reservar vagas no funcionalismo com base em critério racial; ação amplifica defeitos da política imposta às universidades" — pode-se perceber que, com base na autodeclaração de raça, prevê-se a reserva de vagas também no serviço público, e que essa medida pode aumentar os defeitos das cotas impostas as universidades.

Segundo o editorial, há um mês para que se corrijam "exageros de populismo racialista que rondam o Planalto", que se referem a ações afirmativas da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a reserva de 30% de vagas para negros, pardos, indígenas e estudantes de escola pública na administração federal.

Em relação às cotas raciais impostas às universidades "o leite já está derramado", ou seja, a lei já foi aprovada, o que provocou uma "violenta elevação" no número de vagas destinadas a egressos de escola pública, pretos, pardos e indígenas. "Leite derramado" é um provérbio popular, uma expressão idiomática para "não lamentar pelo que já aconteceu".

A aprovação da lei de cotas é descrita, também neste editorial, como uma "afronta à autonomia universitária e às políticas locais adotadas em várias instituições", já que impõe a reserva de 50% de suas vagas para pretos, pardos e indígenas.

Atribui-se às cotas um caráter discriminatório, mesmo que essa discriminação seja "positiva", ou seja, que beneficiem quem sofre por causa da cor da pele. De acordo com o editorial, "Por mais pesada que seja essa herança, o Brasil republicano nunca teve a discriminação racial consagrada em lei. É doloroso ver que a sacramentada, ainda que para benificiar os que sofrem desvantagens sociais por causa da cor de pele".

Em relação às cotas para os serviços públicos, elas também são questionáveis, já que os candidatos estariam a serviço do público, e não de si mesmos. Não se admite para tanto que sejam utilizadas outras formas que não sejam o "mérito" e a "competência", pois "o servidor público não está a serviço de si mesmo, mas – passe a tautologia - do público. Os princípios da eficiência e da impessoalidade nos negócios não admitem que sejam selecionados por atributos outros que não a competência e o mérito, aferidos em concurso".

A questão que se põe, mais uma vez, está relacionada com a qualidade da educação que se tem oferecido. O argumento seria, então, uma alternativa menos "paternalista", que ofereça cursos preparatórios gratuitos "para melhorar o desempenho e candidatos pobres".

Figura 8: Cotas à paulista

Cotas à paulista

Política compensatória para universidades estaduais deveria evitar viés racial e resistir à disputa de "quem dá mais" com o governo federal

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) pediu aos reitores das três universidades estaduais paulistas —USP, Unicamp e Unesp— que apresentem propostas para implantar uma política de cotas no âmbito do Estado.

Sintomaticamente, a movimentação do Executivo de São Paulo ocorre três meses depois de a presidente Dilma Rousseff ter sancionado a polêmica Lei de Cotas. A nova legislação reserva metade das vagas de universidades federais a alunos que cursarem o ensino médio na rede pública —com prioridade para negros, pardos e índios.

O fato de que a lei se baseie no louvável propósito de corrigir assimetrias históricas não basta para tornar menos equivocados alguns de seus aspectos. O principal erro, como esta **Folha** já argumentou, reside na eleição do critério racial para discriminar os beneficiados.

Não há dúvida de que os efeitos perniciosos da escravidão de africanos e índios ainda deixam marcas na sociedade brasileira. Mas também é evidente que, num país em que se verificou um processo de miscigenação maciça, fica dificil, senão impossível, estabelecer padrões de "pureza" racial —conceito que é, por si só, um logro.

No Brasil, a disparidade étnica dissolveu-se e confundiu-se com a iniquidade socioeconômica. Faz sentido, portanto, que eventuais políticas compensatórias na educação privilegiem critérios de renda ou formação em escola pública, cuja qualidade, aliás, deveria ser a primeira preocupação.

Outro aspecto criticável na Lei de Cotas é a reserva de 50% das vagas —flagrante exagero populista e discriminatório que atropela o princípio da meritocracia.

As instituições públicas paulistas já têm mecanismos para a inclusão em seu corpo discente de jovens de baixa renda, oriundos de escolas públicas. É o caso do Profis (Programa de Formação Interdisciplinar Superior), adotado pela Unicamp, que estaria cotado para servir de modelo estadual.

Com efeito, cogita-se, a exemplo do referido programa, criar um curso superior básico de dois anos, que ofereceria aos candidatos preparação melhor para o acesso a faculdades específicas. Essa formação curta seria reconhecida e valeria como curso superior para algumas finalidades —concursos públicos, por exemplo.

O governador Geraldo Alckmin não gostaria, por certo, de ser pintado por adversários eleitorais como um político elitista que nega oportunidades aos desfavorecidos de seu Estado. É preciso, todavia, proceder com cautela, para que ambições políticas aceitáveis não se traduzam num jogo de "quem dá mais" com o governo federal —em sacrifício da vocação da universidade para produzir conhecimento e pesquisa em alto nível.

Fonte: COTAS à paulista. Folha de S.Paulo. São Paulo, 28 abr. 2012. Editorial, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/80487-cotas-a-paulista.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Neste editorial, "Cotas à paulista", cotas "ao modo" paulista, os mesmos posicionamentos são tomados em relação à lei de cota e que dialogam com o texto "As cotas paulistas": o indício da adoção da Lei de cotas, com 50% das vagas reservadas; a não utilização do critério raça para selação, mas a utilização de critérios socioeconômicos, e um novo modelo de reserva de vagas para as universidades estaduais paulistas.

O argumento usado no editorial para adoção das cotas sociais (destinadas a alunos da educação pública) refere-se à disparidade étnica, que "dissolveu-se e confundiu-se com a inequidade econômica". O argumeto contrário à adoção das cotas raciais também estaria na dificuldade de definir uma "pureza racial", já que o Brasil é um país miscigenado.

Quando se fala em inclusão social, uma das maiores preocupações se refere à qualidade acadêmica. Isso porque a entrada de egressos da escola pública prejudicaria a qualidade do ensino, já que esses alunos tendem a estar menos preparados para a universidade. Essa é a justificativa, de uma universidade estadual, para a criação de um possível "curso superior básico de dois anos, que ofereceria aos candidatos preparação melhor para o acesso a faculdades específicas".

Essa preocupação com o mérito não está somente no modelo de seleção de alunos, mas também com o o papel da universidade de produzir pesquisas que impulsionam o desenvolvimento do país e a formação de bons profissionais, as universidades têm também seu papel com a população, pois "se tornaram a principal mola de ascensão social" que impulsiona para melhores condições de vida e em sociedade.

A educação é um processo contínuo de formação do ser humano, é imprencindível à nossa humanidade, à nossa cidadania, como defendem estudiosos da educação. Mas para que esse direito seja garantido, é necessário dar condições aos que, por inúmeros fatores, não têm.

Esse duplo papel da universidade, de formar cidadãos e bons profissionais, é sempre debatido, pois, pelo princípio de justiça social, "é necessário favorecer os mais pobres, cujo rendimento tende a ser pior"; enquanto, pelo lado da excelência universitária, "é preciso recrutar sempre os intelectualmente mais preparados".

Referir-se à reserva de vagas como "política compensatória", "polêmica", "criticável", "exagero populista e discriminatório", "atropelo a meritocracia" corrobora para a criação de um consenso contrário às cotas, e, ao dizer que ela "atropela a meritocracia", reforça-se a sua imposição e a ideia de que o mérito não pode ser a única maneira de se chegar à univeridade.

Figura 9: Novo modelo de cotas

Novo modelo de cotas

Plano paulista de inclusão na universidade acerta ao preservar o mérito, mas erra ao adotar critério racial como forma adicional de acesso

A proposta do governo paulista para ampliar a diversidade social nas universidades estaduais nasce com dúvidas, inovações promissoras e aspectos criticáveis.

A intenção é elevar para 50%, até 2016, a parcela dos ingressantes oriundos da escola básica pública. Hoje as taxas globais de USP (28%), Unesp (40%) e Unicamp (31%) já representam mais da metade da meta, mas a proposta é cumpri-la em cada curso universitário, a fim de abranger os mais disputados, como medicina e engenharia na USP -frequentados por não mais que 15% de alunos do ensino médio estatal.

Ainda não estão definidos todos os meios para atingir tal objetivo. Dois quintos dele (20% do total de vagas das universidades) seriam cumpridos por meio de um curso preparatório de dois anos, já de nível superior, oferecido a 2.000 formados em escolas públicas.

Similar a "colleges" dos EUA, a ideia é a inovação mais promissora da proposta paulista. Adota a premissa, correta, de que é preciso elevar e equalizar o nível acadêmico dessa clientela antes de expô-la a cursos de ponta. Além disso, apenas estudantes com desempenho mínimo de 70% na fase preparatória teriam passagem automática para as carreiras tradicionais de USP, Unesp e Unicamp, o que resguarda o mérito.

A adoção de uma meta a ser atingida -em vez de reserva simples de vagas- também é sinal de maturidade. Não obriga as universidades a receber alunos com conhecimentos insuficientes, que possam comprometer as instituições.

Há, contudo, dois aspectos criticáveis. O primeiro é a adoção de critérios raciais para escolher metade dos alunos do curso preparatório. A única premissa deveria ser socioeconômica; ter estudado em escola pública é a melhor aproximação para isso. Não cabe à política pública incentivar experimentos "racialistas" numa sociedade miscigenada como a brasileira.

A segunda crítica diz respeito ao método do curso preparatório. Escolheu-se a variante semipresencial -parte do curso a distância, parte in loco. Se o objetivo é acelerar o aprendizado de alunos que não estariam preparados para passar diretamente no vestibular, a opção deveria ser pelo curso presencial e integral, com o auxilio financeiro aos beneficiários já contido na proposta.

As dúvidas se concentram em como serão perseguidos os três quintos remanescentes da meta. O caminho provável será a bonificação na nota de vestibulandos egressos da escola pública -com possível bônus extra para quem se declare preto, pardo ou indígena.

Avaliações abrangentes do modelo ainda precisarão aguardar debates e definições em cada uma das três universidades estaduais. Não se exclui que cheguem a três caminhos distintos -um resultado natural, pois são instituições que gozam de autonomia acadêmica.

Fonte: NOVO modelo de cotas. Folha de S.Paulo. São Paulo, 29 dez. 2012. Editorial, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1207793-editorial-novo-modelo-de-cotas.shtml Acesso em: 10 jan. 2013.

"Plano populista de inclusão a universidade acerta ao preservar o mérito, mas erra ao adotar critério racial como forma adicional de acesso".

O novo modelo de cotas descrito no título refere-se, mais uma vez, a um novo modelo de cotas proposto pelas universidades estaduais paulistas, Unesp, Unicamp e USP.

Este editorial também se refere ao College, curso criado baseado nos Community colleges americanos para possibilitar a inclusão de estudantes nas universidades paulistas, que deverão contribuir, até 2016, para elevar em até 50% o número de ingressantes da escola pública.

A adoção deste curso pauta-se na necessidade de preparar os candidatos para que possam entrar para as faculdades específicas. Têm direito ao acesso direto os estudantes que tenham um desempenho mínimo de 70% na fase preparatória, ou seja, esse acesso direto se pautará no mérito. A justificativa é que ele (o mérito) "não obriga as universidades a receber alunos com conhecimentos insuficientes, que possam comprometer as instituições", ou seja, é uma medida diferente das cotas reservam vagas e garantem o acesso a tais alunos.

Quanto à seleção de alunos para o College, a Folha defende seu ponto de vista ao dizer que a adoção de critérios para a escolha de alunos deveria focar apenas em fatores socioeconômicos, já que "não cabe à política pública incentivar experimentos racialistas numa sociedade miscigenada como a brasileira".

O curso oferecido é semipresencial, o que aceleraria o aprendizado desses candidatos. Entretanto, se a intenção é mesmo prepará-los para a universidade, vê-se a necessidade de um curso integral e presencial, com benefícios financeiros, ou seja, visando à permanência desses alunos.

Embora a Folha considere o College a "mais promissora proposta paulista", ela diz que o projeto traz consigo "dúvidas" e "aspectos criticáveis". Vê-se que esse projeto ainda é incerto, pela forma como o editorial se refere a ele: "a intenção é elevar", "ainda não estão definidos", "as dúvidas se concentram em como serão perseguidos os três quintos remanescentes da meta". "O caminho provável", "com possível bônus extra".

Enfim, algumas outras questões sobre o College ainda deverão ser pensadas pelas universidades, que, mesmo sendo autônomas, precisam dar um parecer ao governo de São Paulo.

Figura 10: Cotas da discórdia

Cotas da discórdia

Como era previsível, são acalorados os debates acerca da adoção de uma política de cotas pela USP.

O modelo foi proposto pelas reitorias das três universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) e tem o aval do governo do Estado, mas precisa ser aprovado até junho pelos respectivos conselhos universitários para ser posto em prática já a partir de 2014.

Tendo em vista as críticas que o projeto passou a sofrer, não é improvável que o debate se prolongue para além do prazo estipulado.

A proposta paulista de cotas tem, sobre a versão federal, a vantagem de não se limitar à simples reserva de vagas. Preocupa-se, também, em assegurar o preparo do aluno para acompanhar os cursos.

Até 2016, 20% das vagas seriam preenchidas por egressos de escolas públicas, que passariam antes por uma espécie de "college", um curso intermediário semipresencial de dois anos (ainda a ser criado). Outros 30% entrariam pelo vestibular, mas com bonificação para alunos da rede oficial; e

50% seguiriam o método clássico.

Lamentavelmente, no caso dos postos destinados a jovens vindos do ensino público, incluiu-se uma subcota racial de 35% (discriminação desnecessária, ainda que positiva, pois o critério social já permite a inclusão de não brancos).

Capacitar alunos desfavorecidos é importante, mas o modelo paulista termina por discriminar o jovem mais pobre. Afinal, determina que apenas ele passe pelo curso intermediário. Além disso, a reciclagem seria semipresencial —o estudante iria pouco ao campus, o que nada contribui para a inclusão.

Há críticas pertinentes, mas a janela é curta. Já tramitam na Assembleia Legislativa projetos de lei determinando que as universidades estaduais paulistas reservem 50% das vagas para cotistas, como nas congêneres federais.

Se as academias não alcançarem uma solução de consenso, são grandes as chances de que a controvérsia se encerre por força dos legisladores —a despeito do que pense a comunidade universitária.

Fonte: COTAS da discórdia. Folha de S.Paulo. São Paulo, 6 mar. 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/97038-cotas-da-discordia.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Os temas apresentados neste editorial são iguais a tantos outros: a adoção de um modelo para as universidades estaduais paulistas. Os vários textos sobre o assunto mostram a preocupação em relação à qualidade do ensino dessas instituições e os efeitos da inclusão das minorias nesses espaços.

Pelo título, percebe-se o quão discutido é esse tema. A discórdia aqui retrata o posicionamento da USP em relação a adoção de um modelo de cotas.

A proposta dada pelas universidades paulistas visa também ao preparo do aluno para que consigam acompanhar o curso, o que nos faz pensar sobre a necessidade de se garantir a permanência desses alunos até o final do curso, questão já levantadas por Dias Sobrinho e Catani. A permanência falada no texto diz respeito a "auxiliar" no conhecimento, geralmente menor entre os cotistas.

Esse modelo proposto prevê que egressos de escolas públicas passem por um "curso semipresencial de dois anos", chamado "College", 'faculdade' em inglês., para que se preparem melhor e rendam mais. Essa preocupação, no entanto, não parece ser apenas com o estudante em si, como uma ação que vise à permanência, mas também com a manutenção do padrão educacional da universidade, que é considerada de excelência.

Ainda que vise à inclusão desses alunos, esse programa vai "tomar" cerca de dois anos desses estudantes que, consequentemente, vão entrar "atrasados" para a universidade, além da nova exclusão, já que apenas alguns entrarão para o College.

Sobre a polêmica "prevista" sobre a adoção das cotas por critérios socioeconômicos, há uma "discriminalização desnecessária, ainda que positiva, pois o critério racial já permite a inclusão de não brancos", reforçando a ideia de raça.

Embora haja discórdia quanto ao melhor modelo a ser adotado, se as universidades não entrarem em um consenso, a legislação vai decidir, sem se importar com o que pensam as instituições, ferindo, mais uma vez, a autonomia universitária conquistada.

Figura 11: Cotas e notas

Cotas e notas

Alunos beneficiados por esquemas de inclusão social em universidades públicas têm desempenho um pouco pior; evasão, porém, é menor

Há sinais de que se alarga o espaço para objetividade no sensível debate sobre cotas em universidades públicas, como mostrou reportagem de Érica Fraga, nesta **Folha**, sobre notas obtidas por cotistas.

Instituições oficiais de ensino superior consomem verbas públicas para formar recursos humanos de qualidade. A seleção com base no mérito acadêmico, medido pelo vestibular, era a forma usual de escolher os jovens privilegiados com esse investimento social.

Como os melhores alunos do ensino médio no Brasil costumam sair de escolas particulares, o vestibular e as faculdades públicas tornaram-se um mecanismo reprodutor de vantagens sociais.

Surgiu então a pressão, fora e dentro da universidade, para torná-la socialmente mais diversa e inclusiva. Um movimento legítimo, mas infelizmente distorcido pelo viés de raça, importado dos EUA.

O critério racial para cotas padece de dificuldades éticas e práticas insuperáveis, como inscrever a discriminação (ainda que bem-intencionada) em lei e ter de arbitrar a raça dos muitos mestiços brasileiros. Por tal razão, este jornal advoga cotas sociais, como bônus para estudantes oriundos de escolas públicas, no pressuposto de que o critério favorecerá de modo automático os mais pobres e os integrantes de contingentes étnicos.

Como promove a inclusão de alunos mais despreparados, era de prever que o sistema redundasse em menor rendimento acadêmico de sua parte no curso universitário.

Foi precisamente o resultado encontrado por Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho, da Universidade Federal Fluminense, com base no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) de 2008. As notas de 167.704 alunos que concluíam a graduação revelaram que os cotistas tiveram avaliações 9% a 10% menores que não cotistas, dependendo da instituição.

Salta aos olhos que a defasagem não seja muito significativa. Para comparação, basta mencionar que estudantes do sexo feminino costumam ter notas 10% superiores às de colegas masculinos.

Outro estudo, com egressos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (pioneira na introdução de cotas), encontrou diferencial similar (8,5%) e uma tendência surpreendente: mais cotistas (47%) se formam do que não cotistas (42%).

Essas pesquisas, ainda preliminares, sugerem que as cotas não ocasionam o desastre acadêmico previsto, de um lado, e talvez até melhorem a eficiência do gasto público (diminuindo a evasão).

Montar um sistema de acompanhamento meticuloso dessas variáveis é crucial para o governo federal revisar periodicamente o experimento social das cotas.

Fonte: COTAS e notas. Folha de S.Paulo. São Paulo, 30 abr. 2013. Editorial, Caderno Opinião. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/106527-cotas-e-notas.shtml> Acesso em: 25 mar. 2015.

Com o título desse editorial – *Cotas e notas* – já é possível perceber o tema do qual se trata: as notas dos cotistas e ao seu rendimento acadêmico, temas sempre abordados, quando o assunto é cotas. Como os cotistas normalmente apresentam defasagens deixada pela escola pública, acredita-se que o baixo rendimento acadêmico desses estudantes pode prejudicar a qualidade acadêmica de instituições de ensino renomadas. E o reforço desse mito está presente no lead do texto – "Alunos beneficiados por esquemas de inclusão social em universidades públicas têm desempenho um pouco pior".

Além do rendimento acadêmico, uma outra questão é apontada no editorial: a evasão (menor) dos alunos favorecidos pelas ações afirmativas e políticas públicas. Mesmo que insistam em achar que o baixo rendimento dos alunos na universidade vai fazer com eles desistam, dados mostram o contrário; isso porque a entrada de estudantes de baixa renda em uma universidade, por exemplo, pode significar melhores condições de vida, melhores oportunidades e empregos, fazendo com que eles se esforcem mais, para que consigam se manter na universidade. Em relação à evasão, um estudo da UERJ encontrou uma tendência reveladora: "mais cotistas (47%) se formam do que não cotistas (42%)", que corrobora a ideia de que, embora o rendimento seja um pouco pior, a evasão, por outro lado, é menor.

Para compor esse editorial, outros dois textos foram utilizados pela Folha, o que estabelece uma relação intertextual com uma reportagem da colunista Érika Fraga, do dia 28 de abril de 2013, sobre o desempenho dos cotistas; e uma

pesquisa de Álvaro Mendes Júnior, na mesma reportagem, da Universidade Cândido Mendes, sobre o impacto as ações afirmativas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Segundo o editorial, as universidades públicas são lugares onde vantagens sociais ainda se (re)produzem, pois, se levarmos em consideração o mérito ("forma usual de escolher os jovens privilegiados com esse investimento sócia"), nessas instituições estão os "melhores alunos do ensino médio". O léxico utilizado para descrever os alunos - "jovens privilegiados" e "melhores alunos do ensino médio do Brasil" — reforça o caráter elitista das universidades, podendo contribuir para a "autoexclusão" de alunos que reconhecem suas limitações e, muitas vezes, despreparo.

Visando tornar a universidade mais inclusiva e democrática, foi criado um projeto, que em 2012 virou Lei, que reserva vaga a grupos antes excluídos da educação superior. A Folha considera esse projeto legítimo, mas repudia o uso da raça como critério de seleção. O viés da raça é visto, pelo Jornal, como "importado dos EUA", "discriminação bem-intencionada". Por esses motivos, a Folha posicionase a respeito das cotas e dos bônus a estudantes de escolas públicas, defendendo que "o critério (social) favorecerá de modo automático os mais pobres e os integrantes de contingentes étnicos".

Uma outra referência, para dar credibilidade e ilustrar, presente no editorial é uma pesquisa de 2008, sobre rendimento e notas, realizada por dois professores da Universidade Federal Fluminense, Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho, com base no Enade. "As notas de 167.704 alunos que concluíam a graduação revelaram que os cotistas tiveram avaliações 9% a 10% menores que não cotistas, dependendo da instituição". Diante desses números referentes às notas, pode-se ver que "a defasagem não é muito significativa", o que não precisa ser motivo para preocupação quanto à diminuição da qualidade acadêmica.

Em suma, este editorial tenta mostrar, por meio das pesquisas citadas, que as cotas não são uma ameaça, como já visto em outros editoriais. Elas, segundo a Folha, "não ocasionam o desastre acadêmico previsto, de um lado, e talvez até melhorem a eficiência do gasto público (diminuindo a evasão)".

Figura 12: Cotas e prazos

Cotas e prazos

Quando a estudante Abigail Fisher recorreu à Suprema Corte dos EUA, muitos imaginaram que as políticas afirmativas estariam com os dias contados nas universidades americanas.

Fisher alegava não ter sido admitida na Universidade do Texas por ser branca. A decisão sobre seu caso poderia ter impacto em todos os sistemas de cotas do país. Bastaria que a corte julgasse essas medidas à luz da Constituição.

Os magistrados se recusaram a discutir a constitucionalidade das ações afirmativas. Limitaram-se a decidir o caso particular, determinando que um tribunal regional — que deu ganho de causa à universidade— reavaliasse o processo.

Na prática, a Suprema Corte manteve seu entendimento de que a diversidade nos meios universitários é um fim relevante o bastante para justificar a utilização de classificações raciais. Mantém aberta a porta, porém, para novas contestações de casos concretos.

Apesar da sobrevida, uma pesquisa de opinião mostra que o apoio às cotas é declinante: de 61% em 1991 para 45% hoje. Eleitores de cinco Estados —Arizona, Califórnia, Michigan, Nebraska e Washington— já aprovaram em plebiscito a proibição de ações afirmativas em suas universidades.

Um dos fatores por trás da mudança se relaciona com a sensação de que essas políticas já cumpriram seu papel, ou parte significativa dele. Na Universidade do Texas, por exemplo, a proporção de negros, que era de quase zero nos anos 60, chega hoje a 6%. No Estado, eles são 12% da população.

É evidente que a discussão sobre o fim das discriminações positivas sempre virá acompanhada de colorações ideológicas. Ainda assim, ela levanta um problema real: ações afirmativas foram concebidas como uma política transitória. E a decisão de suspendê-las será sempre complicada.

O Brasil, que apenas inicia seu programa de inclusão, deveria observar o que há de melhor na experiência americana (já que o Congresso decidiu imitá-la no que tem de pior, o componente racial).

Para evitar dificuldades futuras, seria o caso de já fixar uma data para as cotas terminarem. É mais fácil renová-las, se necessário, do que dar cabo de uma política que muitos governantes não se arriscariam a dar por concluída.

Fonte: COTAS e prazos. Folha de S.Paulo. São Paulo, 26 jun. 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/115891-cotas-e-prazos.shtml Acesso em: 25 mar. 2015

Este editorial faz referência à matéria mostrada no caderno de cotas, veiculado em 23 de dezembro de 2012, intitulada "Disputa judicial nos EUA pode pôr fim a critérios raciais". "Cotas e prazos" refere-se à validade da utilização das cotas e das ações afirmativas.

Aqui, trata-se do caso de cotas na Universidade do Texas, Estados Unidos, quando a aluna Abigail Fisher disse "não ter sido admitida por ser branca". O fato foi levado à Suprema Corte Americana, que, a princípio, se recusou a discutir a legalidade do caso perante a Constituição.

O que chama atenção é a alegação da estudante, que diz que sua cor branca, impediu que ela conseguisse ser aprovada. Quando negros são segregados de algum espaço público parece menos "estranho", o que comprova a descriminação e o preconceito contra negros já estão naturalizados e não chocam.

Todo esse posicionamento dos EUA, país com sérias questões de segregação racial, mostra que as cotas já foram úteis, e que alguns estados americanos "já aprovaram em plebiscito a proibição de ações afirmativas".

Sugere-se, neste texto, que o Brasil, ainda jovem na questão da inclusão, deveria se espelhar mais uma vez nos Estados Unidos, já que usa a raça como critério, descrito como "o pior componente", e ver "o que há de melhor na experiência americana". Essas comparações (e reforço) com o sistema americano tendem, além de mostrar ao leitor a aplicabilidade do sistema, a transmitir a ideia de que as cotas devem ser proviórias, transitórias, e persuadir para a criação de um consenso.

Com a análise dos editoriais da Folha sobre as cotas, podemos entender que as cotas são vistas e retratadas, pelo jornal, como: "afronta à autonomia universitária e às políticas locais adotadas em várias instituições", "uma ação paternalista", "flagrante exagero populista e discriminatório que atropela o princípio da meritocracia", "um movimento legítimo, mas infelizmente distorcido pelo viés de raça, importado dos EUA".

Os argumentos utilizados pelo jornal para sustentar sua visão sobre o tema são: "Num país em que se verificou um processo de miscigenação maciça, fica difícil, senão impossível, estabelecer padrões de "pureza" racial --conceito que é, por si só, um logro"; "No Brasil, a disparidade étnica dissolveu-se e confundiu-se com a iniquidade socioeconômica. Faz sentido, portanto, que eventuais políticas

compensatórias na educação privilegiem critérios de renda ou formação em escola pública, cuja qualidade, aliás, deveria ser a primeira preocupação"; "A única premissa (para acesso às universidades) deveria ser socioeconômica; ter estudado em escola pública é a melhor aproximação para isso. Não cabe à política pública incentivar experimentos "racialistas" numa sociedade miscigenada como a brasileira"; "O critério racial para cotas padece de dificuldades éticas e práticas insuperáveis, como inscrever a discriminação (ainda que bem-intencionada) em lei e ter de arbitrar a raça dos muitos mestiços brasileiros",

5.4 Artigos de Opinião - 2012 e 2013

Foram escritos, por colunistas e articulistas convidados do jornal, 9 textos sobre o sistema de cotas. Desses, 5 são do ano de 2012 e 4 de 2013.

5.4.1 O impacto das cotas na qualidade do ensino | 18 de fevereiro de 2012

Figura 13: O impacto das cotas na qualidade do ensino

JOSÉ OTÁVIO COSTA AULER JUNIOR

O impacto das cotas na qualidade do ensino

A nova política de cotas de São Paulo terá impacto negativo na qualidade dos alunos. O prejuízo para universidades pode ser irreparável

No momento em que projeto do governo paulista propõe novas regras para o acesso às universidades públicas estaduais, devemos analisar qual é a finalidade e o papel das mesmas em uma nação que pretende se inserir num mundo globalizado e competitivo.

Não há dúvida de que políticas de inclusão social são importantes. Mas devemos levar em conta que as universidades e as unidades que as compõem são diferentes em sua vocação. Em linhas gerais, temos as instituições técnicas, as corporativas, as abertas, as de pesquisa e as de formação.

No caso das universidades de formação, cujo foco é a graduação, a proposta de ampliação das cotas de acesso para 50% das vagas, com a criação paralela de cursos suplementares para melhorar a qualificação dos ingressantes, poderá se mostrar viável, uma vez que os recursos destinados a esses centros já são prioritariamente investidos na graduação.

No entanto, para as universidades de pesquisa, também conhecidas como de classe mundial, a situação é outra. Por serem instituições acadêmicas complexas, que geram grande parte da informação científica e alimentam o desenvolvimento de uma nação através da pesquisa de ponta, são estratégicas para o Estado e minoria dentro do quadro universitário.

Para alcançar o justo reconhecimento, necessitam de corpo docente altamente qualificado, de financiamento público e privado, de ampla autonomia nas suas questões acadêmicas e gerenciais e de um corpo discente apto.

A concentração de talentos tanto no corpo docente quanto discente é um dos ingredientes mais importantes de uma universidade de classe mundial. No Brasil, algumas universidades caminham para se enquadrar nessa categoria, como a Universidade de São Paulo, que já figura entre as cem melhores do mundo em alguns rankings, atingindo o seleto grupo das 50 melhores em determinadas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, acreditamos que a nova política tenha um impacto negativo na qualidade dos alunos selecionados, forçando as instituições a uma mudança no seu foco principal, com a destinação de recursos e esforços para absorver estudantes ainda necessitando de reforço de conhecimento e habilidades. Os efeitos negativos serão sentidos após alguns anos, podendo acarretar prejuízos irreparáveis.

Atualmente, a porcentagem de matrículas dos oriundos da rede pública é diferente nas três universidades. Em 2012, a USP recebeu 3.048 alunos oriundos da rede pública, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2.843 e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1.088. O número ainda varia de curso para curso. No caso da USP, em medicina, direito, odontologia, engenharia, arquitetura, jornalismo e audiovisual, a porcentagem desce a valores inferiores a 20%.

Paradoxalmente, existem cursos superiores tão precários que um terço deles foi reprovado pelo Ministério da Educação (MEC) e, portanto, não estaria teoricamente capacitado para atender a demanda de jovens que buscam uma formação universitária.

O ponto de partida para resolver o paradoxo é o investimento forte nos estágios iniciais do ensino público e nas universidades de formação. A flexibilização do acesso por parcela de cotas de acordo com sua missão, classificação e identidade institucional reforçaria essa mudança.

Com isso, teríamos a integração da excelência com diversidade, efetivando a inclusão social com que todos sonhamos, permitindo às universidades que estão se dedicando a ser de classe mundial obter essa conquista, tornando-se cada vez mais indispensáveis e estratégicas para o desenvolvimento do país.

JOSÉ OTÁVIO COSTA AULER JUNIOR é professor titular e diretor interino da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Fonte: AULER JÚNIOR, José Otávio Costa. O impacto das cotas na qualidade do ensino. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 fev. 2013. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/94385-o-impacto-das-cotas-na-qualidade-do-ensino.shtml Acesso em: 01 mar. 2013.

O trecho "A nova política de cotas de São Paulo terá um impacto negativo na qualidade dos alunos. O prejuízo pode ser irreparável" já mostra o tema central do texto: o impacto na qualidade do ensino.

Quem escreve este artigo é José Otávio Costa Auler Júnior, professor da Faculdade de Medicina da USP, que mostra preocupação com a aprovação da lei de cotas, que pode trazer à universidade um "impacto negativo na qualidade". Isso sugere que, com a vinda do cotista, a qualidade acadêmica será prejudicada, e, com ela, um "prejuízo irreparável".

O professor reconhece a importância das cotas, para a inclusão social ("Não há dúvida de que políticas de inclusão social são importantes"), mas, para ele, tudo depende do tipo de universidade (técnica, corporativa, as abertas, as de pesquisa e informação) às quais são destinadas as cotas. Ou seja, para ele, as políticas de inclusão são importantes, desde que não prejudiquem a qualidade acadêmica e nem os alunos que "mereceram" estar ali.

Ele ainda diz que a reserva de vagas "poderá ser viável, caso de faculdades de formação, destinadas à graduação". A reserva de vagas, na visão dele, não se aplicaria, por exemplo, às "universidades de pesquisa", devido ao fato de "essas instituições serem complexas", que "geram grande parte da informação científica e alimentam o desenvolvimento de uma nação através de pesquisa de ponta, são estratégias para o Estado e minoria dentro do quadro universitário". O problema aqui está no reforço do despreparo do aluno cotista para o acesso às universidades de excelência, sobretudo às paulistas. Para que essas universidades paulistas continuem no grupo de excelência, elas precisam de "ingredientes mais importantes", como um "corpo docente altamente qualificado, investimentos" e "um corpo discente apto".

O autor desse diz que "a nova política tem um impacto negativo na qualidade dos alunos selecionados". Com a inclusão de jovens até então excluídos, essa instituições estariam destinando "recursos e esforços" para absorver estudantes incapazes, que podem trazer danos irreparáveis. Esses estudantes são considerados, pelo professor, ameaças, riscos.

Para comprovar a inclusão desses estudantes de escola pública, alguns números são apresentados, comparando Unesp, Unicamp e Usp. Ainda que esses dados sejam de 2012, vê-se que a USP foi a que menos incluiu, e

principalmente nos cursos mais tradicionais, como odontologia, medicina, direito, engenharia, arquitetura, jornalismo e audiovisual, cuja presença desses alunos é menor de 20%.

Com uma maior demanda pela educação superior, instituições de ensino acabam por criar cursos para atender os candidatos que ainda estão de fora da universidade, mas que nem sempre garantem qualidade.

Para resolver essa questão do acesso à educação superior, a qualidade acadêmica e o rendimento do candidato, para o professor, deveria haver mais investimentos na escola pública e nas universidades de formação, que vão reforçar o nível de conhecimento dos alunos que apresentam despreparo e, consequentemente, beneficiar as universidades públicas.

Os argumentos utilizados pelo professor para se opor a essa nova medida são o "impacto negativo na qualidade" e os "prejuízos irreparáveis". Referindo-se às universidades estaduais paulistas, e reforçando seu caráter elitista, temos: os "ingredientes mais importantes", como "corpo docente altamente qualificado", "discentes aptos", "concentração de talentos", e também que as "universidades devem se tornar indispensáveis e estratégicas ao desenvolvimento do país".

5.4.2 Samba da cotista doida | 1º de agosto de 2012

Figura 14: Samba da cotista doida

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES

Samba da cotista doida

SÃO PAULO - Morena ruiva, morena jambo, branca melada, branca morena, alva escura, clarinha, pálida, branquiça, agalegada, averme lhada, bugrezinha escura, quase-negra, mista... Essas são algumas das mais de 130 cores de pele autodeclaradas pela população em 1976, em pesquisa organizada pelo IBGE. Diante de tanta variedade, o instituto acabou por consolidar o uso do feioso termo "pardo" para rotular -e empobrecer- a festa de semitons da miscigenação brasileira.

Desconhecia o levantamento, que me foi revelado pela artista Adriana Varejão, com quem conversei para uma reportagem da revista "Serafina". Ela prepara um trabalho baseado nessa variedade cromática e poética que emergiu da pesquisa.

Percorrer a curiosa lista de tonalidades faz pensar sobre a opção política de setores da esquerda e do governo petista de usar a polarização branco x negro como espelho da divisão social no país. Como muitos já bem argumentaram, as cotas raciais são uma contrafação fora de lugar das duvidosas políticas conservadoras norte-americanas, que trouxeram algum benefício para a classe média negra e nada fizeram para promover os mais pobres.

No Brasil, parece mais adequado compensar o desfavorecimento socioeconômico -e não "racial". A institucionalização do racismo não é a melhor ideia se a ideia é justamente eliminá-lo. Ou será que não é?

Agora, o Congresso nos ameaça com o bizarro projeto da deputada Nice Lobão (PSD-MA). Prevê que metade das vagas das universidades federais seja repartida entre negros, pardos e indígenas na mesma proporção demográfica constatada pelo IBGE. E tal contingente, para se beneficiar, terá de ter feito seus estudos em escolas públicas.

É o samba da cotista doida. Grosseira falta de compreensão sobre o papel da universidade e das políticas compensatórias. Melhor criar logo uma loteria federal de diplomas. A megassena universitária!

Fonte: GONÇALVES, Marcos Augusto. Samba da cotista doida. Folha de S.Paulo, São Paulo, 1 ago. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/57941-samba-da-cotista-doida.shtml Acesso em: 25 mar. 2015

O título "Samba da cotista doida" estabelece uma referência ao samba "Samba do Criolo Doido", de 1969, de Sérgio Porto, mais conhecido por seu pseudônimo Stanislaw Ponte Preta. O cronista e sambista compôs a lista criticando o fato de só poderem ser retratados nos sambas-enredos, fatos históricos do país. Nesse samba, Sérgio (ou Stanislaw) usa personagens históricos e situações de protesto, para protestar e satirizar.

Nesta coluna, no primeiro parágrafo, são usadas várias palavras para designar metafórica e ironicamente as diferentes cores da pele declaradas para o IBGE, como: *morena, ruiva, morena jambo, alva escura, branca melada, entre outras*. Para tentar "agrupar" todas essas cores em um só categoria, foi dado a eles a "cor parda", que, segundo o jornal, veio para "empobrecer" a variedade de tons de pele – festa de semitons da miscigenação brasileira. Segundo o IBGE, o grupo negro é composto por pretos e pardos.

No entanto, o uso das várias cores pode remeter às personalidades históricas retratadas no samba, como JK (1902 – 1976), Princesa Leopoldina (1797 – 1826), Chica da Silva (1732 – 1796), Dom Pedro I (1798 – 1834). A mistura de tantas cores, assim como os personagens, resulta em uma hisória sem sentido.

A festa, neste caso, parece carregar consigo um sentido que remete à bagunça, ainda que possa, existir um significado mais "poético" para o termo.

Essas várias tonalidades foram usadas para questionar a relação branco x preto considerada na declaração de raça para candidatos às cotas, e tmabém para corroborar a dificuldade tarefa de declarar raça no Brasil, por sua diversidade.

As cotas raciais são discutidas como "uma contratação fora do lugar das duvidosas políticas conservadoras norte – americanas", isto porque as cotas raciais imitam as cotas dos Estados Unidos, que começaram a utilizá-las após a 2ª guerra mundial.

Mais uma vez, a justificativa para a adoção de cotas socais sobre as cotas raciais, que levam em consideração os fatores econômicos, enquanto as raciais, que visam separar descriminações, acabariam por reforçá-lo.

O projeto de Lei das Cotas é, de novo, retomado no editorial, agora visto como "bizarro". Sendo assim, a sugestão dada é irônica, pois sugere que, diante de tantas "cores", seria "melhor criar uma loteria federal de diplomas. A megassena universitária".

Neste editorial, destacam-se: a intertextaulidade (Samba do Criolo Doido e o levantamento feito por Adriana Varejão), a metáfora e a ironia.

O editorial é todo o tempo irônico, pois satiriza a adoção das cotas e a diversidade de "cores" para (difícil missão de) declaração de raças, o que pode ser percebido em "Percorrer a curiosa lista de tonalidades faz pensar sobre a opção política de setores da esquerda petista e do governo petista de usar a polarização branco x negro como espelho da divisão social do país".

Aqui, o argumentos contrários às cotas são: "A institucionalização do racismo não é a melhor ideia se a ideia é justamente eliminá-lo"; "Grosseira falta de compreensão sobre o papel da universidade e das políticas públicas compensatórias"; "É o samba da cotista doida. Melhor criar logo uma loteria federal de diploma. A megassena universitária".

Figura 15: Populismo universitário

HÉLIO SCHWARTSMAN

Populismo universitário

SÃO PAULO - O que eu receava e já denunciara no início de junho aconteceu: o Congresso aprovou um projeto de lei que reserva 50% das vagas em universidades federais para alunos do ensino público e ainda cria um subsistema de cotas raciais. A norma deve agora ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

A proposta é ruim e pode ter efeitos perversos. Deveria ser rejeitada até por quem apoia ações afirmativas.

O primeiro problema é que ela ignora os mecanismos sociopsicológicos que fazem com que jovens de estratos sociais mais baixos se beneficiem de estudar com alunos ricos. É claro que a qualidade dos professores e a estrutura da instituição importam, mas as dinâmicas de grupo também parecem desempenhar um papel fundamental, como sustenta a psicóloga Judith Harris.

A ideia central é que, se você lançar uns poucos estudantes cotistas num ambiente elitizado dizendo-lhes para nadar ou afogar-se, muitos deles conseguirão dar suas braçadas. Ou eles adotam os valores elitistas do grupo em que se encontram, ou ficam excluídos da vida social, algo a que humanos têm horror.

Mas, se você atirar um número muito grande de cotistas, esse efeito da socialização pelos pares tende a dissipar-se. O risco é levar para a instituição de elite o mesmo conjunto de problemas que conspira contra a eficácia das escolas frequentadas pelas camadas menos privilegiadas.

E, se isso ocorrer nas federais, ficamos com um tremendo problema adicional, já que a quase totalidade da ciência produzida no Brasil está concentrada nas universidades estaduais de São Paulo e em meia dúzia de instituições da União.

O Brasil precisa ampliar com urgência o acesso ao ensino terciário (nossas taxas de escolarização no nível superior são ridículas na comparação com outros países), mas tem de fazê-lo sem sacrificar a qualidade de suas poucas escolas de elite. Nessas horas, o populismo não ajuda.

helio@uol.com.br

Fonte: SCHWARTSMAN, Hélio. Populismo universitário. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 ago. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59840-populismo-universitario.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Diferente dos textos anteriormente apresentados, que falaram sobre o projeto de lei que esperava aprovação do Congresso, a partir deste, fala-se da lei, porque o projeto já foi aprovado. Utiliza-se, em mais um artigo, o termo "populismo" para descrever a política de cotas.

O projeto, sobre o qual muito se fala, é visto, novamente, como "ruim" e cujos resultados vão aparecer no desprestígio da universidade, ou seja, na queda da qualidade acadêmica.

Aqui, é usada uma metáfora (comparação) para descrever como é o comportamento ou desempenho de cotistas em um ambiente "elitizado", no caso a universidade: "se você lançar uns poucos estudantes cotistas num ambiente elitizado dizendo-lhes para nadar ou afogar-se, muitos deles conseguirão dar suas braçadas. Ou eles adotam os valores elitistas do grupo em que se encontram, ou ficam excluídos da vida social, algo a que humanos têm horror". Em outras palavras, se você incluir poucos cotistas, ou eles vão esforçar e se equiparar aos não cotistas, ou vão desistir. O "risco", no entanto, é se você incluir muitos cotistas as universidades à queda de qualidade e o "mesmo conjunto de problemas que conspira contra a eficácia das escolas frequentadas pelas camadas menos privilegiadas", ou seja, as públicas.

Essas metáforas são utilizadas para se referir ao que pode acontecer nas universidades federais, com tamanha expansão e inclusão asseguradas por lei.

Ainda que se perceba a necessidade de ampliar a inclusão à educação, esse fator não pode comprometer a qualidade das instituições de elite, de excelência, que são as que produzem pesquisas para o desenvolvimento do país.

Além das metáforas utilizadas, destacam-se também a intertextualidade o discurso indireto atribuído à psicóloga Judith Harris, que transmite uma certa credibilidade à informação – "É claro que a qualidade dos professores e a estrutura da instituiçao importam, mas as dinâmicas de grupo também parecem desemprenhar um papel fundamental, como sustenta a psicológoca Judith Harris".

Figura 16: A era das leis raciais

VINICIUS MOTA

A era das leis raciais

SÃO PAULO - Os Estados Unidos aboliram a escravidão em 1865, mas só cem anos depois deram cabo das leis de discriminação racial. O Brasil extinguiu a escravidão, e com ela qualquer distinção legal em razão da cor da pele, em 1888. Mais de um século depois, reintroduzem-se aqui instituições segregacionistas, agora a título de promover os negros.

Dissemina-se a pressão pelas cotas, amparada no Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, e na decisão do Supremo Tribunal Federal que em abril passado referendou a reserva de vagas no ensino superior. Até o final do ano, o governo federal pretende estender as cotas por critério de cor aos concursos do funcionalismo.

Trata-se de uma onda avassaladora, a induzir silêncio e autocensura nos que se opõem a sua implantação.

Pelo estatuto racial do século 21, é considerado negro todo brasileiro que declare ser parda ou preta a cor de sua pele. Estranho estratagema. Por que não determinar ao IBGE que restrinja as suas categorias a "negro" e "branco" - suprimindo-se o "pardo" e o "preto"-, a fim de saber ao certo o grau de negritude no Brasil?

Já que imitamos os EUA no diagnóstico e no tratamento da questão, por que não importar também a nomenclatura dualista das raças imiscíveis? Obriguem-se 82 milhões de brasileiros (43% da população) autodeclarados pardos a tomar partido. Que os próprios cidadãos se pronunciem nos termos do jogo proposto.

A sociedade dividida à força entre brancos e negros consumaria o retrocesso histórico da recidiva das leis raciais no Brasil. Chame-as de "racistas" ou "racialistas", na língua da moda, elas exumam e validam termos de velhos adversários da modernidade quando instituem privilégios baseados em atributos corporais. O sangue, a cor, a linhagem.

Desta vez é para fazer o bem e reparar o mal, argumenta-se. Tenho dúvidas -e saudades do tempo em que ser moderno era não discriminar nem aceitar discriminação.

vinimota@uol.com.br

Fonte: MOTA, Vinícius. A era das leis raciais. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 15 out. 2012. Editorial. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/72097-a-era-das-leis-raciais.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

O tema tratado nesta coluna refere-se à abolição da escravatura nos Estados Unidos, ocorrida em 1865, e no Brasil, em 1888, e a relação que estabelecem com as cotas raciais, vistas como neste texto como "segregacionistas", com intenção de "promover os negros". As cotas são amparadas por Lei e também pelo Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 20 e outubro de 2010, que define direitos para os cidadãos negros do Brasil.

O papel deste Estatuto, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, é "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica" ²⁷.

A política de cotas, agora imposta por lei, é vista como uma "onda avassaladora", que desconsidera quem se opõe a ela. A política de cotas e o Estatuto estariam, na visão do autor, promovendo os negros.

É questionado aqui, assim como em outros textos, o critério para declaração de raça. Neste, a autodeclaração entre parda ou preta é vista como um "estranho estratagema", ou seja, uma estratégia.

Segundo o estatuto, negro é todo aquele que "se declare preta ou parda a cor de sua pele", a questão posta pelo jornalista é que se a raça negra engloba os pretos e pardos, porque o IBGE ainda considera preto, pardos como

-

²⁷ http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf

categorias diferentes. Com isso, aqueles que se autodeclaram pardos teriam que decidir, se são negros ou brancos: "Já que imitamos os EUA no diagnóstico e tratamento da questão, porque não importar também a nomenclatura dualista das raças imiscíveis".

Toda essa classificação e "segregação" reforçaria, no entanto, um retrocesso histórico das leis brasileiras.

Os termos "racialistas" ou "raciais" estão, segundo este artigo, na língua da moda. E se algo é moda, é tendência, está em evidência. Os critérios "sangue, cor, e linhagem" são considerados "adversários da modernidade", ou seja, são meios antigos ("exumados") para se classificar algo ou alguém, mas que estão sendo atualmente utilizados para o bem, "para promover o negro".

Chama-se atenção, aqui, para a ironia, que satiriza e critica as raças e as cotas: "Já que imitamos os Estados Unidos no diagnóstico e no tratamento da questão, por que não importar também a nomenclatura dualista das raças imiscíveis? Obriguem-se 82 milhões de brasileiros (43% da população) autodeclarados pardos a tomar partido. Que os próprios cidadãos se pronunciem nos termos de jogo impoto"; "Saudades do tempo em que ser moderno era não discriminar nem aceitar discriminação", o que pressupõe que as cotas discriminam os negros.

Figura 17: O lugar da cota

HÉLIO SCHWARTSMAN

O lugar da cota

SÃO PAULO - Contra ou a favor, as pessoas costumam ter uma opinião forte sobre cotas raciais. Isso ocorre porque o assunto mobiliza nossas intuições de justiça, que constituem a base de qualquer juízo moral. O interessante aqui é que tanto defensores como opositores das cotas pretendem ser os legítimos porta-vozes da equidade, atribuindo aos adversários uma visão distorcida do conceito e mesmo do mundo.

A diferença de perspectivas, creio, se deve ao fato de que cada lado aplica a noção de igualdade num momento diferente. Para o sujeito anticotas, a igualdade que prevalece é a jurídica. As regras devem ser rigorosamente as mesmas para todos, independentemente de raça, classe social, inteligência. Já para os cotistas, a igualdade tem de materializar-se nos resultados. Se negros e índios ficam sistematicamente para trás na corrida por uma vaga na universidade, precisamos equilibrar o jogo, dando-lhes alguma dianteira.

Tomadas pelo valor de face, as duas posições levam a aporias. Uma plena igualdade de todos diante da lei exigiria acabar com a progressividade do IR e as aposentadorias especiais, e estender o serviço militar obrigatório às mulheres. Até programas para auxiliar crianças disléxicas teriam de ser suprimidos. Já a rigorosa igualdade de resultados, na qual até os salários de todos os cidadãos precisariam ser os mesmos, destruiria a produtividade e a inovação. Algo assim já foi tentado com o comunismo.

O que devemos discutir, portanto, não é se ações afirmativas podem ser adotadas -a noção mesma de Estado democrático envolve algum tipo de auxílio aos mais necessitados-, mas em que grau e por quais instrumentos devemos implementálas.

Pessoalmente, não gosto de cotas raciais. A ideia de ver agentes do Estado conferindo a cor da pele e outras características fenotípicas de cidadãos não evoca o melhor da humanidade. Existem alternativas mais inteligentes, mas essa é outra história.

helio@uol.com.br

Fonte: SCHWARTSMAN, Hélio. O lugar da cota. Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 out. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/72184-o-lugar-da-cota.shtml Acesso em 25 mar. 2015.

O tema desta coluna faz referência às opiniões sociais, contra ou favor, sobre as cotas raciais, tema este que mexe com a questão de justiça.

Aos que são contra as cotas, a igualdade jurídica deve considerada; por isso que muitos julgam a lei de cotas inconstitucional, por "ferir" o artigo que diz que "todos são iguais perante a lei".

O fato debatido neste texto é que esse princípio fosse mesmo levado como único critério, a igualdade deveria também se aplicar a vários outras instâncias sociais — "uma plena igualdade de todos diante a lei exigiria acabar com a progressividade do imposto de renda e aposentadorias especiais, e estender o serviço militar obrigatório as mulheres", por exemplo.

Para os cotistas, e aqueles que as defendem, "a igualdade deve materializa-se nos resultados", o que implica promover meios para que todos tenham possibilidade e condições. As expressões "ficam pra trás na corrida", "equilibrar o jogo" e "dar alguma dianteira" estabelecem uma relação metafórica com a ideia de disputa e competição.

O editorial defende que outras formas devam ser pensadas e usadas, ao invés da declaração de raça, que não é "inteligente"; entretanto tais formas não são ditas.

Em relação ao tema, sobressaem-se o léxico utilizado e a modalidade, posicionamento do jornalista em relação ao texto.

Quanto ao léxico, são usados termos, como: "jogo", "para trás na corrida", "dianteira", "regras", "posições" e "resultados", para se referir ao cotista e ao processo de adoção de cotas, comparado-os a uma corrida, e com disputas. Em relação ao posicionamento do jornalista, encontam-se a modalidade subjetiva e a objetiva, como: "pretende-se"; "devem ser", 'podem ser'. "pessoalmente", "creio", "não gosto".

Figura 18: As cotas paulistas

HÉLIO SCHWARTSMAN

As cotas paulistas

SÃO PAULO - Embora as informações ainda estejam meio nebulosas, tudo indica que as universidades públicas paulistas irão propor um sistema de cotas sociais e raciais não muito diferente do modelo federal, que assegura 50% das vagas para os beneficiários do programa.

Pessoalmente, não gosto da ideia de levantar a carta racial —podemos obter mais ou menos o mesmo efeito lidando só com as mais objetivas categorias de renda— e tenho dúvidas quanto ao tamanho do naco a ser reservado, mas não acredito que adotar cotas signifique necessariamente a morte da meritocracia.

Universidades desempenham um duplo papel em suas relações com a população. Elas se tomaram a principal mola de ascensão social do mundo moderno e também têm a missão de formar os quadros que estarão à disposição da sociedade em todas as áreas, da medicina ao magistério.

Esses objetivos não convergem naturalmente. Para fazer justiça em relação ao primeiro, é necessário favorecer os mais pobres, cujo rendimento acadêmico tende a ser pior. Já para atender ao segundo, é preciso recrutar sempre os intelectualmente mais preparados, ignorando sua origem.

Nenhum dos dois lados pode reclamar direitos naturais a uma vaga na universidade. Para começar, a missão precípua dessas instituições é cultivar o conhecimento, não acabar com a pobreza. Além disso, não podemos nos esquecer de que o tal do mérito é, em larga medida, fruto da loteria genética, ou seja, encerra algo de aleatório, exatamente como a pobreza. Gostemos ou não, estamos, em última instância, lidando com uma espécie de sorteio cósmico.

O dilema não tem solução pacífica. A menos que se decida fechar os olhos para uma das metas, só o que se pode fazer é caminhar sobre uma corda bamba, evitando que os ganhos em um dos lados comprometam o equilíbrio da balança. Acho improvável que a resposta a esse problema complexo seja um linear 50%.

Fonte: SCWARTSMAN, Hélio. As cotas paulistas. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 27 nov. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/80303-as-cotas-paulistas.shtml Acesso em: 25 de marco de 2015.

Como já é sabido, as grandes universidades estaduais paulistas – Unesp, Unicamp e USP – não adotam as cotas raciais para seu processo de seleção, mas dão bônus a estudantes de escola pública e também àqueles que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas.

À época da publicação desta coluna, o governador de S.Paulo pediu para que as universidades estaduais apresentassem também um modelo de reserva de vagas, pedido este que veio a ser feito três meses depois de sancionada a lei.

A reserva de cotas por critérios raciais, apenas, é criticado, "o fato de que a lei se baseia no louvável propósito de corrigir assimetrias históricas não basta para tornar menos equivocados alguns de seus aspectos".

As "assimetrias históricas" são explicadas e referem-se à escravidão e seus efeitos contra negros e indígenas. Assim como se posicionou em editoriais anteriores, a Folha considera válidas as cotas sociais, cujos critérios são socioeconômicos, de renda e formação em escola pública. Ainda que aceite as cotas raciais, a Folha trata a reserva de 50% das vagas (parcela que deve ser oferecida por curso e turma a candidatos cotistas um "exagero populista" (mais uma referência a política de concessão do governo em 1946), que "atropela" a "meritocracia", que defende que só os mais bem preparados devem se beneficiar.

O uso de "exagero" e "atropela" atribuem uma carga ideológica maior à lei de cota, dando ideia de algo que ultrapasse todos os limites (aqui, o mérito), que é abusiva.

Quanto ao pedido do governador, há de se pensar que não há uma preocupação só com a questão da justiça social, mas, sendo um político, esse pedido tem o propósito de também "promover" o governador, que "não gostaria, por certo ser pintado por seus adversários eleitorais".

Sobressaem-se neste artigo também, por exemplo, a ironia e a metáfora. Quanto à ironia (também metáfora), têm-se como exemplos: "fruto da loteria genética", "sorteio cósmico"; "Acho improvável que a reposta a esse problema complexo seja um linear de R\$50".

Figura 19: Matemática do fracasso

VINICIUS MOTA

Matemática do fracasso

SÃO PAULO - Alunos de 14 anos da rede pública municipal de São Paulo calculam como crianças de 11, nada além disso. Esses estudantes avançam para o ensino médio, o antigo colegial, fase em que o atraso no conhecimento só faz aumentar.

Não é de estranhar que essa clientela esteja em desvantagem para disputar seja os vestibulares mais concorridos das universidades, seja as vagas mais bem remuneradas do mercado de trabalho.

Como ocorreu com seus pais, esses jovens vão ocupar a base da pirâmide de renda. A base veio ficando menos distante do topo nos últimos anos, graças ao aumento dos brasileiros que completam o ensino médio e -muitas vezes mais próximos dos 30 que dos 20- a faculdade.

Mas nada disso altera o status esperado da criança de seis anos que terá de enfrentar 12 anos de ensino básico público.

As cotas em universidades públicas mudarão o destino de poucos -na hipótese, a ser provada, de que essas instituições mantenham seu prestígio no mercado de trabalho. O sistema universitário estatal não tem a escala do problema. Para cada aluno da rede pública beneficiado pela cota, outros nove ficarão de fora.

O debate das cotas, aliás, arrasta por vezes uma premissa equivocada. Não cabe à universidade, pública ou privada, corrigir os problemas acumulados nos ciclos anteriores. Da mesma forma, o ensino médio não deveria saldar a conta do atraso de nove anos da escola fundamental.

Não se faz mágica com aprendizado. O avanço formal -os diplomas e as formaturas acumuladas, o aumento dos anos que o brasileiro passa na escola- já entregou praticamente tudo o que poderia em termos de mitigação da desigualdade social.

Administradores incapazes de analisar um balanço, engenheiros ignorantes em álgebra elementar e advogados semiletrados não vão longe. E não impulsionarão o desenvolvimento do país.

vinimota@uol.com.br

Fonte: MOTA, Vinícius. Matemática do fracasso. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 7 jan. 2013. Editorial. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/87411-matematica-do-fracasso.shtml Acesso em 25 mar. 2015.

Comparam-se, aqui, os conhecimentos de crianças de 11 e 14 anos, que têm desempenhos parecidos, mas em séries diferentes, para reforçar a "qualidade" da educação recebida pelos alunos.

O título "Matemática do fracasso" justifica-se porque, pelas contas, o estudante vai passar cerca de 12 anos em escola pública, e quando chegar ao colegial as lacunas são ainda maiores.

Esse processo vai ser percebido ao final do ensino médio, quando esses alunos disputarão vagas nas universidades — "não é de estranhar que essa clientela esteja em desvantagem para disputar seja os vestibulares mais concorridos das universidades, seja as vagas mais bem remuneradas do mercado de trabalho".

No caso desses alunos, as cotas auxiliariam, já que há reserva para egressos de escolas públicas, mas elas "mudarão o destino de poucos". E não vai caber à educação superior separar "problemas acumulados" nos anos anteriores. O uso do termo "acumulados" (não cabe à universidade, pública ou privada, corrigir os problemas acumulados nos ciclos anteriores") deixa clara a qualidade da educação pública ao longo dos anos, e a existência de problemas que não foram sanados na época em que deveriam ter sido.

Para a Folha, as cotas, ainda que necessárias e importantes àqueles que precisam dela para ingressar em uma universidade, não vão conseguir suprir esses problemas deixados pela educação báica. Na visão do jornal, os alunos beneficiados pelas cotas, que julgam ter pior rendimento, até se formarão, mas serão "administradores incapazes de analisar um balanço, engenheiros ignorantes em álgebra elementar e advogados semiletrados que não vão longe. E que não impulsionarão o desenvolver do país." Essa visão parte do princípio que os anos passados na escola e os diplomas são vistos como redutores de desigualdades sociais, "não se faz mágica", que as coisas não acontecem de uma hora para outra, reforçando a ideia de que a educação é um precesso.

Figura 20: Cotas em diálogo

LILIA SCHWARCZ, MARIA HELENA MACHADO E JOHN MONTEIRO

Cotas em diálogo

Proposta paulista de inclusão parece desconhecer o grau de inserção e desempenho de "cotistas". O risco é criarmos novos espaços de exclusão

O estratégico e espinhoso assunto das cotas sociais e étnico-raciais está em pauta. Acaba de ser enviado aos docentes da USP (Universidade de São Paulo) o projeto Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), com um prazo exíguo de 30 dias para a manifestação da comunidade universitária.

Sabemos que as universidades estaduais paulistas estão atrasadas, sobretudo em relação às federais, no que tange ao ingresso amplo ao ensino superior público e de qualidade. No entanto, tal situação não justifica que, após anos de silêncio, sejamos levados a tomar decisões de afogadilho, que podem aprofundar os problemas que queremos corrigir.

O projeto não traz autoria e vem recheado de números cuja origem não é indicada. Fica a impressão de um projeto apressado e preliminar, preparado sem dar ouvidos à comunidade acadêmica paulista ou aos movimentos sociais que vêm discutindo a questão da inclusão social e das cotas já há um bom tempo.

O projeto do Pimesp declara o objetivo de que pelo menos 50% das matrículas sejam preenchidas por alunos oriundos do ensino médio público e, dentre esses, 35% autodeclarados PPIs (pretos, pardos e indígenas). A proposta apresenta, no entanto, medidas problemáticas, que podem aumentar as desigualdades sociais e étnico-raciais, em vez de abrir caminho para diminuí-las.

A medida mais problemática é a criação de um Instituto Comunitário de Ensino Superior (Ices), inspirado no "Community College" norte-americano, que são faculdades de formação profissional e de educação continuada em cursos de dois anos. Não parece acertado que as universidades estaduais paulistas, centros de excelência reconhecidos internacionalmente, apropriem-se de maneira inadequada de um modelo que não se coaduna com nossas reais necessidades de inclusão.

O Ices se propõe a oferecer cursos gerais de complementação da escolarização média e "formação sociocultural superior para exercício de cidadania". Ora, se queremos enfrentar as desigualdades, devemos começar por reconhecer os jovens de baixa renda e os PPIs como cidadãos que merecem e exigem muito mais do que uma extensão do ensino médio num formato paternalista. O que esses alunos almejam é participar da experiência universitária de nossos campi, de maneira plena e cidadã.

Ademais, tal proposta parece desconhecer o grau de inserção e desempenho dos alunos que entram em outras escolas pelo sistema de cotas. O risco é criarmos novos espaços de exclusão e distanciar o nosso ensino público da direção almejada por todos nós: a diminuição das desigualdades sócio-raciais.

Segundo a proposta, os alunos da escola pública e os PPIs fariam esse curso, em grande parte, à distância. Nada justifica a implantação desse sistema para jovens alunos, carentes justamente das possibilidades que a convivência universitária pode trazer.

Finalmente, após dois anos, o Pimesp considera a possibilidade do aluno "incluído" ingressar na universidade real, "respeitando o mérito acadêmico". O Pimesp não oferece, pois, nenhuma garantia de acesso desse aluno ao sistema universitário integral e, pior, aqueles que conseguem completar os cursos, terão feito no mínimo seis anos de formação, com os dois cursados no Ices.

Aprovado o Pimesp como está, não é dificil imaginar que continuaremos a ter universidades predominantemente brancas e elitistas, já que a inclusão se dará à distância.

Consideramos, assim, premente a abertura de um amplo debate público nas universidades estaduais paulistas. É passo necessário para o processo de democratização e inclusão efetiva no ensino superior, meta que hoje o Brasil enfrenta como um dos seus maiores e mais profundos desafios.

LILIA M. SCHWARCZ é professora titular da Universidade de São Paulo (USP) e global professor da Universidade Princeton

MARIA HELENA P. T. MACHADO é professora titular da USP

JOHN M. MONTEIRO é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Fonte: SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena; MONTEIRO, John. Cotas em diálogo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 mar. 2013. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/98122-cotas-em-dialogo.shtml Acesso em 30 mar. 2013.

"Proposta paulista de inclusão parece desconhecer o grau de inserção e desempenho de cotistas. O risco é criarmos novos espaços de exclusão".

Tem-se, com este destaque, um panorama dos temas abordados neste artigo: o novo projeto de inclusão encaminhado aos docentes da USP e o desempenho de cotistas. O assunto de cotas, é polêmico, mobiliza posicionamentos, e, aqui, é descrito como "estratégico" e "espinhoso". Mas por quê?

Os professores da Universidade de São Paulo, Lilia Schwarcz, Maria Helena Machado e John Monteiro, destacam o "atraso" das universidades estaduais paulistas, em relação às federais, quanto ao acesso amplo à universidade. Para elas, esse atraso não justifica que, após anos de silêncio, as universidades sejam forçadas a tomar decisões às pressas, até porque essas decisões podem aumentar, ainda mais, a exclusão.

Uma dessas decisões refere-se ao Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista – Pimesp, desenvolvido pelo Conselho de reitores das Universidades Paulistas e apresentado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em dezembro de 2012²⁸. O Programa adota metas de inclusão para possibilitar o acesso de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas às universidades. Embora o projeto tenha sido encaminhado ao corpo docente da USP, para manifestação, ele é visto, pelos professores, como "apressado e preliminar", e "preparado sem dar ouvido aos professores".

O Pimesp, ainda que destinado a reparar a exclusão de jovens, conta com medidas problemáticas que podem aumentar, ainda mais as desigualdades, mesmo dentro da universidade. Mas a mais problemática (e excludente) delas, segundo os autores, está na criação do Instituto Comunitário de Ensino Superiro – lces, como um *Community College* americano, que oferecem cursos superiores de dois anos e educação profissionalizante. O lces visa oferecer cursos gerais de complementação da escolarização média e "formação sociocultural superior para exercício da cidadania".

"Ora, se queremos enfrentar a desigualdades, devemos começar por reconhecer os jovens de baixa renda e os PPIs (pretos, pardos e indígenas) como cidadãos que merecem e exigem muito mais do que uma extensão do ensino médio num formato paternalista". Percebe-se, nesta fala, uma certa ironia ("Ora") quanto à

-

²⁸ https://app.fearp.usp.br/documentos/arquivos/imprensa/pimesp/pimesp.pdf

finalidade do Ices. Eles criticam a proposta da criação do Ices, pois o curso, oferecido a distância, não vai incluir, de fato, esses estudantes, já que esses não terão a convivência acadêmica. Com o curso, "o risco é criarmos novos espaços de exclusão e distanciar o nosso ensino público da direção almejada por todos nós: a diminuição das desigualdades socio-raciais".

Diferente de outros artigos e colunas, esta coluna demonstra preocupação, por parte dos professores, em garantir acesso a estudantes. Eles ressaltam que "sabemos que as universidades estaduais paulistas estão atrasadas, sobretudo em relação às federais, no que tange ao ingresso amplo ao ensino superior público e de qualidade"; "não parece acertado que as universidades estaduais paulistas, centros de excelência reconhecidos internacionalmente, apropriem-se de maneira inadequada de um modelo que não se coaduna com nossas reais necessidades de inclusão"; "o que esses alunos almejam é participar da experiência universitária de nossos campi, de maneira plena e cidadã"; "o risco é criarmos novos espaços de exclusão e distanciar o nosso ensino público da direção almejada por todos nós: a diminuição das desigualdades socio-raciais"; "aprovado o Pimesp como está, não é difícil imaginar que continuaremos a ter universidades predominantemente brancas e elitistas, já que a inclusão se dará à distância".

Figura 21: A medida das cotas

HÉLIO SCHWARTSMAN

A medida das cotas

SÃO PAULO - Os estudos que mostram que o desempenho médio de estudantes beneficiados por programas de ação afirmativa é inferior ao dos demais não deveriam causar surpresa. Se fosse tão fácil para cotistas apresentar rendimento superior ao de não cotistas, como sugeriram alguns trabalhos divulgados com alarde poucos anos atrás, ninguém estaria discutindo cotas. É justamente porque são piores que a ideia de ação afirmativa se coloca.

Também não é o caso de tomar tais resultados como demonstração insofismável de que essas iniciativas deveriam ser rejeitadas "prima facie", já que serviriam apenas para aniquilar a meritocracia dos vestibulares clássicos. Dá para sustentar, como o fez Fábio Waltenberg, responsável por um dos estudos, que o desnível da ordem de 10% verificado entre os dois grupos é um preço baixo a pagar pela maior inclusão.

Toda a dificuldade em torno das cotas vem do fato de que universidades desempenham um duplo papel. Elas se tornaram a principal mola de ascensão social do mundo moderno e também têm a missão de formar os quadros que estarão à disposição da sociedade em todas as áreas.

Enquanto o primeiro critério admite salpicadas da tal de justiça social, o segundo recomendaria uma adesão mais forte à excelência acadêmica. O desafio é encontrar um jeito de conciliar os dois princípios. Não sei se isso é possível, mas a resposta, se existe, não são os 50% de vagas exclusivas para minorias e pobres do novo modelo federal de ação afirmativa. Sua implementação aumentará o "gap" entre cotistas e não cotistas, inflacionando o preço da inclusão.

A única conclusão forte a tirar disso tudo é que é urgente melhorar o nível da escola básica. Uma das características do conhecimento acadêmico é que o aluno só progride bem quando domina as etapas anteriores. O lugar certo para combater o desnível são os primeiros anos do ensino fundamental, não a faculdade.

helio@uol.com.br

Fonte: SCHWARTSMAN, Hélio. A medida das cotas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 30 abr. 2013. Caderno Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/106526-a-medida-das-cotas.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Neste artigo, fala-se sobre o papel das ações afirmativas. Aqui, as ações afirmativas se colocam por causa do desempenho, geralmente mais baixo, dos cotistas. A noção do desempenho inferior dos cotistas é naturalizada, o que "não deveria causar surpresa". E é justamente por causa disso que há necessidade de cotas.

Mesmo que se acredite nessa suposição de desempenho mais baixo, essa ideia não pode ser tomada como verdadeira, à primeira vista.

Além da voz do jornalista, usa-se a voz de Fábio Waltemberg, professor na área de economia e bem-estar social da UFF, que dá ao artigo credibilidade e que estudou o desnível entre alunos dos cotistas e dos não cotistas.

As universidades são "molas de ascensão social" (mais uma vez assim descrita) e também formadoras de "quadros que estavam à disposição da sociedade em todas áreas", como já tratado no editorial "As cotas paulistas", de 21/11/2012. Enquanto o primeiro se preocupa com a justiça social, o outro privilegia a excelência.

Reforça-se, novamente, a "urgente" necessidade de melhorar a educação básica; que a universidade não é lugar para se reparar lacunas deixadas no passado – "O lugar certo para combater o desnível são os primeiros anos do ensino fundamental, não a faculdade;" e que "o conhecimento do aluno é resultado de anos de estudo e de o "quando domina as etapas anteriores".

Temos, neste texto, ideias dos editorais "As cotas paulistas" e o "Matemática do Fracasso", o que ilustram a relação de intertextualidade entre eles.

Figura 22: Cor ou raça

HÉLIO SCHWARTSMAN

'Cor ou raça'

SÃO PAULO - Não morro de simpatia por cotas raciais. Há algo de incômodo, para não dizer sombrio, na ideia de que o Estado classifique cidadãos com base na cor da pele e outras características fenotípicas.

Mesmo com esse pé atrás, sou sensível aos argumentos de quem defende tais mecanismos de inclusão. Num mundo em que o curso universitário virou a principal mola de ascensão social, é complicado transformar o desempenho em provas (medida que, embora objetiva, encerra uma série de vieses) no critério único de admissão. Não vejo, assim, como absurdos programas de ação afirmativa que levem em conta raça.

O que me parece um desatino é a multiplicação das instâncias em que somos obrigados a declarar a que "cor ou raça" pertencemos. Agora, é praticamente impossível obter algum documento oficial --incluindo registros de nascimento, atestados de óbito, carteiras de trabalho-- sem preencher um quadradinho racial. Pesquisadores já não podem mais nem atualizar seu currículo Lattes na página do CNPq sem autoclassificarse. Os órgãos menos autoritários ainda produzem formulários que oferecem a opção "não desejo declarar", mas a maioria não é tão tolerante.

Compreendo o interesse do governo em produzir dados que permitam incorporar a dimensão racial às análises estatísticas, mas a participação nessa empreitada, cujo valor científico é bastante discutível, deveria ser um convite, jamais uma imposição.

O linguista Roman Jakobson afirmava que o idioma falado por uma pessoa ajuda a moldar seu pensamento quando a força a explicitar distinções. Falantes do português vemos a Lua como essencialmente feminina, já os que se expressam em alemão pensam o satélite como algo masculino. Meu receio é que a burocracia, ao obrigar que pensemos a nós mesmos em termos de raça, contribua para naturalizar características que desejaríamos ver banidas das relações sociais.

helio@uol.com.br

Fonte: SCHWARTSMAN, Hélio. Cor ou raça. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 3 ago. 2013. Editorial. Caderno Opinião. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/122055-cor-ou-raca.shtml Acesso em: 25 mar. 2015.

Aqui, analisa-se a questão cor e raça ponto de vista de um colunista da Folha. A ideia de classificar pessoas por sua cor é, para ele, "incômoda e sombria", "Não morro de simpatia por cotas raciais". Entretanto, mesmo com o "pé atrás", ele não desconsidera os argumentos de quem a defende, considerando que, atualmente, "o curso universitário virou a principal 'mola de ascensão social".

A declaração de raça parece ser mais incômoda do que a existência das ações afirmativas. "Agora é praticamente impossível obter algum documento oficial sem preencher um quadradinho racial", diz ironicamente.

A necessidade da declaração tem a ver com interesses "do governo em produzir dados que permitam incorporar a dimensão racial às análises estatísticas", mas que deveria ser uma opção, e não uma obrigatoriedade.

O autor remete a Romam Jakobson, linguista russo, para, a partir de uma "relação entre a língua e o pensamento, explicar o que pode acontecer se as necessidades de se pensar começar a influenciar nas questões sociais -"Meu receio é que a burocracia, ao obrigar que pensemos a nós mesmos em termos de raça, contribuir para naturalizar características que desejamos ver banidas das relações socais".

Percebe-se que a voz da sociedade se mistura com a voz do colunista, "desejamos", "pensemos a nós mesmos". E isso tende a reforçar a ideia de quem procura na informação jornalística reforçar seu discurso, "respaldar suas próprias observações", como observa Elcias Lustosa (1996).

Em ralação às cotas nos artigos e colunas, a medida é vista como: "Impacto negativo na qualidade dos alunos. O prejuízo para universidades pode ser irreparável", "Proposta ruim, de efeitos perversos", "Medida populista". Essa posição é sustentada pelos seguintes argumentos: "No Brasil, parece mais adequado compensar o desfavorecimento socioeconômico - e não 'racial'"; "A institucionalização do racismo não é a melhor ideia se a ideia é justamente eliminálo. Ou será que não é?"; "O risco é criarmos novos espaços de exclusão e distanciar o nosso ensino público da direção almejada por todos nós: a diminuição das desigualdades sócio-raciais"; "tal proposta parece desconhecer o grau de inserção e desempenho dos alunos que entram em outras escolas pelo sistema de cotas"; "Grosseira falta de compreensão sobre o papel da universidade e das políticas

compensatórias. Melhor criar logo uma loteria federal de diplomas. A megassena universitária!"; "O risco é levar para a instituição de elite o mesmo conjunto de problemas que conspira contra a eficácia das escolas frequentadas pelas camadas menos privilegiadas"; "Não cabe à universidade, pública ou privada, corrigir os problemas acumulados nos ciclos anteriores".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ao considerar o jornal um grande difusor e potencializador de discursos e mitos, teve a intenção de entender o posicionamento do jornal Folha de S.Paulo sobre o sistema de cotas para acesso de pretos, pardos, indígenas e estudantes de escola pública, a partir do olhar da Folha de S.Paulo, e mostrar, com a análise dos editoriais, colunas e artigos de opinião presentes no jornal, como o sistema de cotas é apresentado à sociedade, a qual se vê influenciada pela informação jornalística na formulação de seu próprio discurso. Estudar o contexto midiático no qual a educação superior hoje se insere, foi essencial para aferir as imagens que são difundidas a respeito do papel da educação e das políticas públicas no contexto atual.

A Análise do Discurso francesa nos serviu de amparo para compreender as formações imaginárias, aqui tratadas como mitos, que são a imagem que se faz de algo, ou de alguém. A Análise do Discurso Crítica, nos ajudou a entender as construções que constituem o discurso, como o contexto, ideologia, poder, ironia, intertextualidade; além de favorecer a percepção do papel da língua na manutenção de práticas e hegemonias.

Ao final das análises, pôde-se verificar como se dá o posicionamento da Folha de S.Paulo que, muito embora defenda as cotas sociais, destinadas a alunos do ensino público, no entanto, mostra-se contrária às cotas raciais, por crer que a raça não deve ser usada como critério para reserva de vagas.

Retomando as questões que norteiam esta pesquisa, pode-se chegar às seguintes conclusões: I) A Folha informa sobre as cotas, mas se posiciona em relação à informação, porque seus discursos são um consenso de várias opiniões: da instituição, dos colaboradores e parceiros; II) As cotas sociais incomodam menos que as cotas raciais, são melhores vistas; III) A Folha trata as cotas raciais e a aprovação da Lei como: "um erro"; "obsessão importada"; "ruins"; "de cunho eleitoreiro"; "ameaças"; "afronta à autonomia universitária e às políticas locais adotadas em várias instituições"; "uma ação paternalista"; "exagero populista e discriminatório que atropela o princípio da meritocracia"; "movimentos distorcido pelo viés de raça, importado dos EUA"; "proposta ruim, de efeitos perversos"; "medida populista"; "ameaça insidiosa"; V) O jornal mostra-se favorável, apenas, às cotas

sociais por acreditar que os negros estão no mesmo grupo que tais cotas favorecem, o dos menos favorecidos; VI) O argumentos utilizados pela Folha para se posicionar contra as cotas raciais e contra a lei de cotas são: "Que a lei é uma medida e um exagero populista que têm simpatia do Governo; "excelência está em risco, assim como a qualidade"; "que ela provoca uma "expansão desordenada"; "que não considera o mérito acadêmico"; "impossível declaração de raça num país miscigenado"; "a disparidade étnica dissolveu-se e confundiu-se com a iniquidade socioeconômica"; "não cabe à política pública incentivar experimentos "racialistas" numa sociedade miscigenada como a brasileira"; "o critério racial para cotas padece de dificuldades éticas e práticas insuperáveis, como inscrever a discriminação (ainda que bem-intencionada) em lei e ter de arbitrar a raça dos muitos mestiços brasileiros". VII) Os mitos reforçados pelo jornal dizem respeito: a) à queda da qualidade acadêmica; b) à difícil missão de declarar raças no Brasil; e c) que os cotistas não estariam aptos ao acesso às universidades de excelência e não teriam um bom rendimento.

Acredito que este trabalho se mostrou relevante por aproximar a Educação das outras áreas, o Jornalismo e aos estudo do Discurso, e por mostrar, a partir dele, que, ainda que muito se debata, se estude e se compreenda sobre o acesso à educação e a necessidade das cotas, o jornal é e será sempre um grande formador de opinião, colocando-se, muitas vezes, como persuasivos, pois pela linguagem, os jornalistas expressam suas ideologias à coletividade. Pode-se perceber com as análises o posicionamento do jornal contra as cotas, sobretudo às raciais, e também a pouca discussão sobre o tema, já que a Folha utiliza argumentos repetitivos para se referir ao tema, mesmo em anos diferentes.

Entender a linguagem como (re)produtora de práticas sociais e de poder, e a força do discurso jornalístico sobre a opinião pública, é o primeiro passo para, a partir de uma visão crítica, provocar uma mudança discursiva e, consequentemente, social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 223 p.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio:** Avaliação, políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/08.pdf Acesso em: 23 mar. 2014.

AS ASSEMBLÉIAS INDÍGENAS - O ADVENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL. **Revista OPSIS**, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan./jun. 2010. Disponível em:

<(http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewFile/9553/8474> Acesso em: 30 jul. 2015.

BARATA-MOURA, José. Educação superior: direito ou mercadoria? **Avaliação:** Revista Avaliação da Educação Superior. Campinas, Sorocaba, v. 9, n. 20, p. 31-36. Disponível em: <

ttp://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&pat h%5B%5D=1266&path%5B%5D=1256> Acesso em: 10 jul. 2013.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil:** movimento, cidadania e direito (1970-2009), 2010. (Doutorado em História) – Universidade de Brasilia, Brasília, DF, 2011.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a10n28>. Acesso em: 12 fev. 2015.

CARVALHO, Cristina Helena A. de. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <

http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>. Acesso em: 29 de outubro 2014

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar em Revista**, Paraná, n.28, p.125-140, 2006. Disponível em:

http://www.reposip.unicamp.br/handle/REPOSIP/25817?show=full Acesso em 15 de setembro de 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jocob; AMARAL, Nelson Cardoso. Políticas de financiamento da educação superior no Brasil: incentivo a privatização. In:JENIZE,

Edineide; BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil**. João Pessoa, UFPB, 2013. p. 35-55.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo. v. 31, n.111, p.481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf Acesso em: 25 de novembro de 2013

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 305p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: O ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 216 p.

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, São Paulo: RAIES; Sorocaba, São Paulo: Uniso, v.18, n.1, p.107-126, mar.2013.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: face da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010> Acesso em: 10 jan.2014

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 258 p.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e o processo civilizatório.** Do princípio à realidade. Revista Portuguesa de Ciência do Desporto, Porto, Portugal, v. 23, n. 3, p. 32-44, 2013. Disponível em:<

http://www.fade.up.pt/rpcd/_arquivo/artigos_soltos/2013-3/03.pdf> Acesso em: 24 jan. 2014

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e a mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 301 p.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 34, n. 124, p. 723-742, jul./set. 2013. Disponível em:

Acesso em: 16 jan. 2014.">http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/lng_pt/nrm_iso>Acesso em: 16 jan. 2014.

GOERGEN, Pedro. **Docência no ensino superior:** competências e responsabilidades para com a sociedade, o aluno e a instituição. Campinas, São

Paulo, 9 out. 2001. PUC Campinas. Palestra. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/315-659-1-SM.pdf> Acesso em: 17 abr. 2014.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. – 2. ed. Revista Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, 79 p.)

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. Educação & Sociedade, Campinas, São Paulo, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_arttext> Acesso em: 13 dez. 2014.

INEP. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: < http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2013> Acesso em: 19 nov. 2014.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 6. ed. São Paulo, Ática, 2006.

LUSTOSA, Elcias. **O Texto da Notícia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996. 192 p.

MACHADO, Deise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminho da pesquisa. In: JENIZE, Edineide; BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil**: expansaão, acesso e igualdade social. João Pessoa, UFPB, 2013. p. 21-34.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4. ed. S.Paulo: Cortez, 2005. 238 p.

MANUAL de Redação: Folha de São Paulo. 17. ed, São Paulo: Publifolha, 2011.

MANCEBO, Denise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. In: JENIZE, Edineide; BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de Educação Superior no Brasil**: expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa, Ed. Universitária UFPB, 2013, p.21-34.

MARQUES, Waldemar. Oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior. Sorocaba, São Paulo: Uniso, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/05.pdf> Acesso em: 18 de julho de 2014.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting: Function of mass media. In The Public Opinion Quarterly, vol.36, n.32- 1972 – p.176-187 - Disponível em:

https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf Acesso em 27 de setembro de 2015.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinitivo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campo do Jordão: Mantiqueira, 2003, 240 p.

MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos Alberto. Estado, Globalização e Políticas Educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 22, jan./abr. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100005 > Acesso em: 20 de março de 2014.

OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de; CARNIELLI, Beatrice Laura Carnielli. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): visão dos estudantes. **Jornal de Políticas Educacionais,** Paraná, n. 7, p. 35-40, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n7_4.pdf> Acesso em: 28 dez. 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987. 276 p.

ORLANDI, Eni. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 51-56, jan./mar.1994. Disponível em: http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817. Acesso em: 06 jan.2015.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Brasil Indígena:** 500 anos de resistência. São Paulo: FTD, 2000. 263p.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. S.Paulo: Contexto, 2014. 158 p.

RICARDO FILHO, Geraldo Sabino. **A boa escola no discurso da mídia:** um exame das representações sobre educação na revista Veja, 1995-2001. São Paulo: Unesp, 2005, 255p.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socieconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, São Paulo: Uniso, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em:

http://www.portaldaigualdade.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/estatuto-daigualdade-racial-entra-em-vigor-hoje-20-de-outubro-em-todo-o-pais Acesso em: 20 jan. 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **A mídia e o ensino superior:** é possível haver um consenso? São Paulo, 2002. Disponível em:

http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25942. Acesso em: 17 set. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 20, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> Acesso em: 20 dez. 2014.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Revista Educar**, Curitiba, n.31, p.169-189, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602008000100011&script=sci_arttext Acesso em: 15 ago. 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo dos efeitos sociais dos media jornalísticos. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Coimbra, Portugal. 2002. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-medidas-extremas.html Acesso em: 19 mar. 2014.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 2. ed. São Paulo: Contexto,1996 (Caminhos da Linguística) 205 p.

.

ANEXO A - LEI DE COTAS N. 12.711, DE AGOSTO DE 2012

Anexo A – Lei de Cotas

Presidência da República
Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

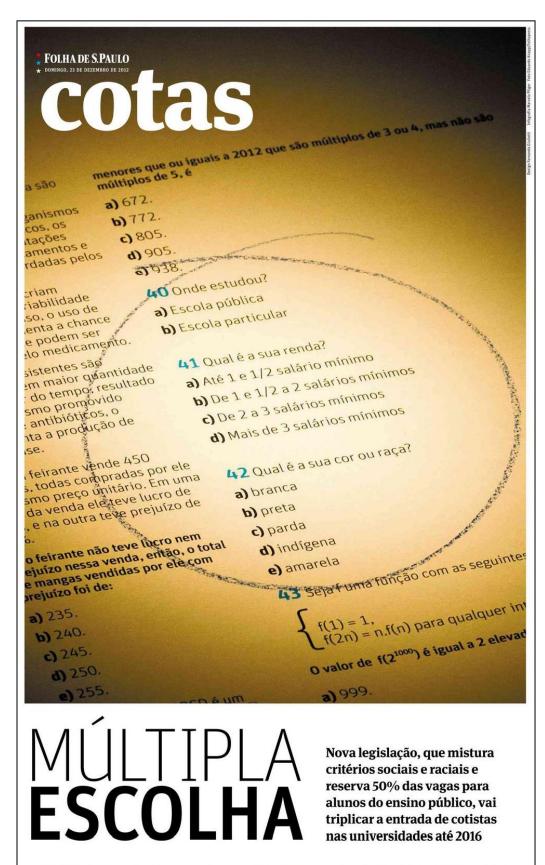
Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

- Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).
- Art. 7° O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.
- Art. 8° As instituições de que trata o art. 1° desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.
 - Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF Aloizio Mercadante Miriam Belchior Luís Inácio Lucena Adams Luiza Helena de Bairros Gilberto Carvalho

ANEXO B - CADERNO ESPECIAL "COTAS" - FOLHA DE S.PAULO, 23 DE DEZEMBRO DE 2012



12 ESTUDANTES, A CONVITE DA

FOLHA, DISCUTEM COM SEUS

GENES QUAL É A SUA COR PÁG. 8

FOLHA DE S.PAULO

cotas

Até 2016, nova lei deve triplicar vagas para cotistas nas universidades federais

Instituições da União deverão manter 50% de seus postos para alunos do ensino médio público, com percentual para candidatos de baixa renda, negros, pardos e indígenas; hoje, 19% é reservado a esses estudantes

segundo o Censo do IBGE.

Ou seja, haverá uma combinação de cotas sociais, relativas à renda, com cotas raciais, relacionadas à autodelaração da cor da pele. O denominador comum entre os cotistas é que todos deverão ter cumprido todo o ensimedio na escola pública.

A regra ficou 13 anos em discussão no Congresso e foi sancionada pela presidente Dilma em agosto. Já em 2013, as instituições deverão reserva 12,5% das vagas para estudantes da escola pública. USP, Unesp e Unicamp estudam a adoção de proposta am essma direção, a pedido do governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB).

PRESENTE

PRESENTE

O impacto da politica federal, com base em experiências já existentes, é dificil de ser projetado. Algumas escoso da Unifesp, a primeira em São Paulo a adotar a política. Os estudos disponíveis avaliam ações que, em geral, têm formato diferente do previsto na lei, Nesses trabalhos, uma conclusão comum é que sempenho pior, mas depois con testa entram com desempenho pior, mas depois compensam a diferenca.

A hipótese dos analistas é que os beneficiados valorizam a vaga e se empenham. Ainda é desconhecido, porém, o efeito da cota de 50%.

Na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Jameiro), que reserva 45% de suas vagas, a taxa de evasão dos cotistas é menor que a dos demais. Estudo na UnB (Universidade de Brasilia) feito pelos pesquisadores Maria Eduarda Tannuri-Pianto (UnB) e Andrew Francis (Emory University-EUA) aponta que o aumento de negros na instituição não aumentou a diferença de rendimento que já existia em relação aos brancos.

A Una Teserva 20% das vagas para estudantes negros.

Além disso, a população beneficiada passou a disputar cursos mais concorridos.

Na Unicamp, onde há bónus no vestibular para alumos de escolas públicas e um adicional segundo a cor da pele, o abandono entre não bonificados e bonificados e do ganho na diversidade do campus compensa.

Colaboraram EDUARDO VASCONCELOS e

FÁBIO TAKAHASHI

Uma grande mudança no perfil de calouros nas univer-sidades públicas está em cur-so no país: em quatro anos, o número de cotistas nas fede-

so ito pais: em quato ditos, o número de cotistas nas federais deverá quase triplicar. A alteração é imposta por lei federal —cuja implementação está em andamentoque exige que as universidades mantidas pela União reservem até 2016 ao menos 50% das suas vagas para formados em escolas públicas. Hoje, a partir de ações individuais, as cotas para esse público abrangem 19% dos postos, segundo levantamento feito pela Folha com as 62 universidades e faculdades federais do país —30 delas federais do país —30 d federais do país -30 delas não têm nenhuma cota.

não têm nenhuma cota.
Em números absolutos,
das 224 mil vagas, 42 mil estão reservadas para os estudantes da escola pública.
A vantagem para esses estudantes é que eles disputam
postos somente entre si.
Sem as cotas, essas vagas
tendem a ser ocupadas por
estudantes de escolas privadas, que em geral recebem
ensino de melhor qualidade.
A regra federal define também grupos específicos de

A regra federal define tam-bém grupos específicos de alunos da rede pública que serão beneficiados. Os com baixa renda devem ocupar metade das vagas reservadas. Ainda dentro da cota para escolas públicas, deverá ha-ver postos reservados para pretos, pardos e indígenas. A distribuição das vagas para esses alunos dependerá da proporção das populações no Estado sede da instituição,

Cotas universitárias

vagas das universidades federais sejam destinadas a alunos da rede pública até 2016

O QUE SÃO AS COTAS

São uma reserva de vagas para um público específico, como negros ou estudantes de escolas públicas. Dessa forma, parte da população beneficiada, que tenderia a não entar na universida-de por ter notas menores no vestibular, passa a ingressar no ensino superior, pois disputa as vagas apenas entre si

COMO ERA ATÉ ESTE ANO

Não havia uma lei nacional sobre as cotas. Algumas universidades federais, individualmente, adotaram a ação, com modelos diferentes. Também houve regras regionais, como no Estado do Rio, onde foi implementa-da nas universidades estaduais em 2003

A distribuição de vagas nas universidades federais em 2012

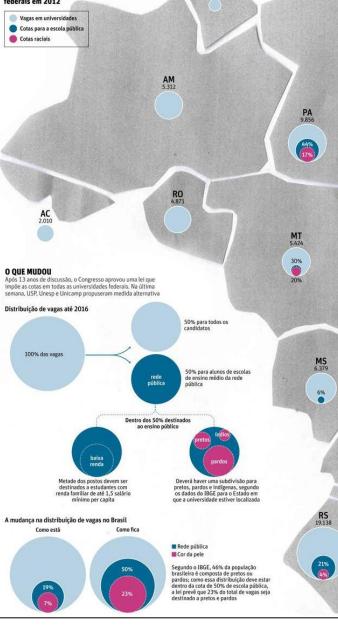


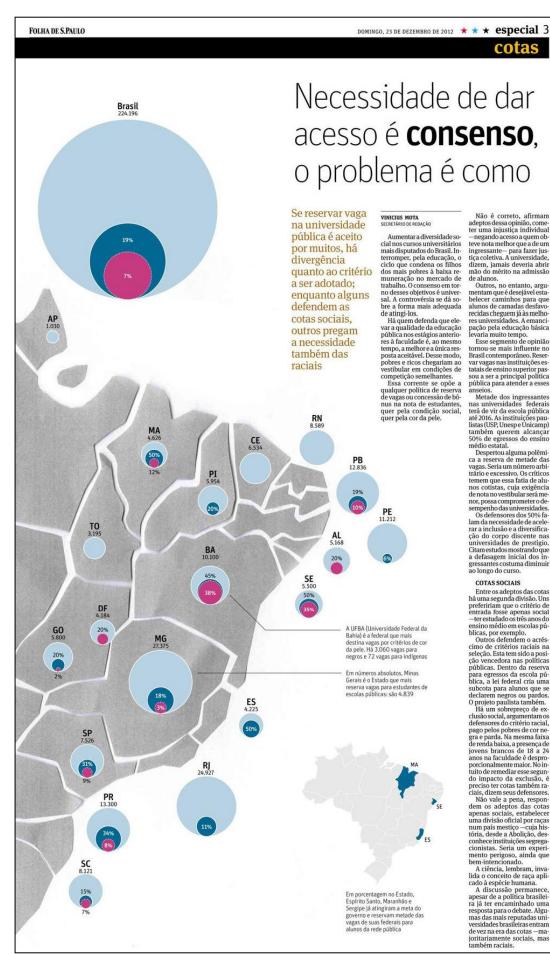
USP, Unicamp e Unesp propõem implementar modelo alternativo

Pressionadas pela implementação das cotas nas universidades federais, as estaduais paulistas USP. Unespe Unicamp apresentaram, na semana passada, proposta para destinar metade de suas vagas a estudantes do ensino médio da rede publica.

O projeto prevê garantir, em três anos, 50% das vagas de cada curso e turno das três universidades a alunos do ensino público. Desses postos, 35% serão destinados a negros, pardos e indígenas.
O Pimesp (Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista) terá de ser aprovado pelos conselhos de cada universidade para ser colocado em prática. Na proposta paulista, em

vez de reservar vagas, será criado um curso preparatório, semipresencial, de dois anos, para os melhores alunos das escolas públicas de ensino médio. Haverá 2.000 vagas, e os estudantes serão escolhidos via Enem ou Saresp. O modelo é inspirado nos "colleges" dos EUA. Aqueles que tiverem aproveitamento de 70% no fim do primeiro ano terão direito à vaga na Fatec (Faculdade de Tecnologia do Estado). A conclusão do curso dá acesso à suniversidades estaduais. A primeira meta é que, em 2014, 35% dos estudantes das três universidades sejam oriundos da escola pública. No ano seguinte, o indice de ser de 43%. Na USP, a proporção atual de alunos de escola públicas é de 28%. (rŋ vez de reservar vagas, será





Não é correto, afirmam adeptos dessa opinião, come ter uma injustiça individua

cotas

adeptos dessa opiniao, cometer uma injustiça individual
—negando acesso a quem obteve nota melhor que a de um
ingressante— para fazer justiça coletiva. A universidade,
dizem, jamais deveria abrir
mão do mérito na admissão
de alunos.
Outros, no entanto, argumentam que é desejável estabelecer caminhos para que
alunos de camadas desfavorecidas cheguem já às melhores universidades. A emancinação pela educação básica
levaria muito tempo.
Esse segmento de opinião
tornou-se mais influente no
brasil contemporâneo. Reservar vagas nas instituições estarás de ensino superior passou a ser a principal política
pública para atender a esses
anseios.

Metade dos ingressantes

sou a ser a principal política publicia para atender a esses anseios. Metade dos ingressantes nas universidades federais terá de vir da escola pública até 2016. As institutições pautistas (USP, Unespe Unicamp) também querem alcançar 50% de egressos do ensimo médio estatal. Despertou alguma polemica a reserva de metade das vagas. Seria um número arbitário e excessivo. Os críticos temem que essa fatia de alunos cotistas, cuja exigência de nota no vestibular será menor, possa comprometer o desempenho das universidades. Os defensores dos 50% falam da necessidade de acelera a inclusão e a diversificação do corpo discente nas universidades de prestigio. Citam estudos mostrando que a defasagem inicial dos ingressantes costuma diminuir ao longo do curso.

COTAS SOCIAIS

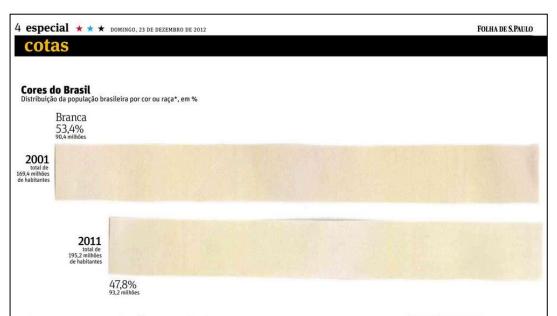
Entre os adeptos das cotas há uma segunda divisão. Uns prefeririam que o critério de entrada fosse apenas social etre estudado os três anos do ensino médio em escolas públicas, por exemplo.

Outros defendem o acréscimo de critérios raciais na seleção. Esta tem sido a posição vencedora nas políticas públicas. Dentro da reserva subcota para a gressos da escola pública, a lei federal cria uma subcota para alunos que se declarem negros ou pardos. O projeto paulista também.

Há um sobrepreço de exclusão social, argumentam os defensores do critério racial, pago pelos pobres de cor negra e parda. Na mesma faixa de renda baixa, a presença de jovens brancos de 18 a 24 anos na faculdade é desproporcionalmente maior. No imitudo de remediar esse segundo impacto da exclusão, é; preciso ter cotas também raciais, dizem seus defensores. Não vale a pena, respondem os adeptos das cotas apenas sociais, estabelecer uma divisão oficial por raça sum país mestiço — cuja história, desde a Abolição, descenhece instituições segregacionistas. Seria um experimento perigoso, ainda que bem-intencionado.

A ciência, lembram, invalida o conceito de raça aplicado à espécie humana.

A discussão permanece, apesar de a politica brasileira iá ter encaminhado uma resposta para o debate. Algumas das mais reputadas umi-versidades brasileiras entram de vez na era das cotas — majoritariamente sociais, mas também raciais.



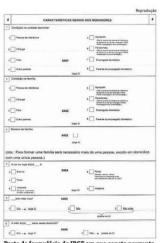
Acesso à faculdade cresce, mas **atraso** ainda é desafio

Entre estudantes de 18 a 24 anos, quase metade dos que não se declaram brancos ainda está no ensino médio, apesar de evolução na última década

Mais da metade (51,3%)

Mais da metade (51,3%) dos estudantes brasileiros entre 18 e 24 anos está na universidade. Bem mais que a metade (65,7%) dos brancos desse grupo está ha faculdade. Bem menos da metade (35,8%) dos pretos e pardos do mesmo grupo está lá. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios do IBGE são eloquentes, jovens que se autodeclaram pretos e pardos chegam cada vez mais à universidade, porém ingressam atrasados no ensino superior e ainda estão longe do patamar dos alunos brancos. Nessa faixa de idade, quando normalhemete os estudando normalhemete os estudando normalhemete os estudandos estados no ensino superior e sinda estado longe dos patamar dos alunos brancos.

do normalmente os estudando normalmente os estudan-tes cursam o ensino superior, o número de alunos que ain-da frequentam o ensino mé-dio, ou seja, que estão atra-são 24% dos brancos e quase a metade, ou 45%, dos pretos e pardos. No outro extremo, entre pessoas de mais de 15



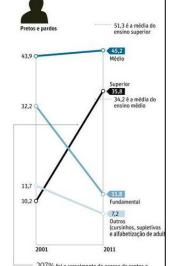
Parte de formulário do IBGE em que consta pergunta para a autodeclaração de 'cor ou raça' dos brasileiros

anos que frequentam cursos supletivos, em busca justamente de compensar o atraso, 61,8% es dizem pretas ou pardas, e 37,2%, brancas.
Para Ana Lúcia Saboia, gerente do IBGE, os dados de educação — não apenas de acuesos ao ensino superiormostram um "grande avanro" principalmente no grupo de pretos e pardos, embora ainda persista "uma desigualdade muito grande".
Tal desigualdade, diz, é "muito mais fruto" de um in-

Já José Luiz Petrucceli, técnico do IBGE, afirma que o nível de instrução das familias negras, historicamente mais baixo, favorece a situação de desigualdade, apesar do maior acesso de pretos e pardos à universidade, o diferencial para os brancos se mantém praticamente inalterado em todas as faixas de renda. Essa diferença vai sumir apenas entre os mais velhos Das pessoas de 25 a 64 anos, 5,2% dos que se dizem brancos e 5,1% dos que se veem pretos ou pardos são alunos tardios e frequentam escola. gresso dificultado de pretos

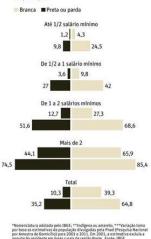
gresso dificultado de pretos e pardos no ensino médio do que uma questão de preconceito. "É mais uma questão de acesso e renda", diz. De 2001 a 2011, a cesso de pretos e pardos à universidade de um salto de 207%, mas os dois grupos ainda não atingiram o ingresso no ensino superior dos brancos de dez anos antes. A diferença se sustenta mesmo quando considerados estratos de faixas de renda iguais. Segundo o 1BGE, 24,5% dos

Estudantes por nível de ensino % de estudantes pretos, pardos e brancos na faixa de 18 a 24 anos, por nível de ensino



207% foi o crescimento do acesso de pretos e pardos à universidade de 2001 a 2011, acima do aumento conjunto de 28% dessas populações***

Estudantes por renda % de estudantes de 18 a 24 anos cursando nível superior por cor ou raça e classes de renda domici-liar per capita



Instituto junta pretos e pardos em só um grupo para evitar distorções

Para o IBGE, a melhor forma de analisar as desigualda-des nas áreas de educação e rendimento das populações preta e parda no Brasil é jun-tar os dois contingentes da população aprum é

tar os dois contingentes da população em um só. O motivo, diz o instituto, é que as características socio-econômicas dos dois grupos são muito semelhantes. Dessa forma, é possível ob-

servar de maneira mais abrangente dados como a diferença de acesso dos dois grupos à universidade, por exemplo, em comparação com os estudantes brancos, conjunto de indivíduos que historicamente possuem condições de rendimento e educação mais favoráveis.

Outro ponto, segundo o instituto, é uma questão estatística: o grupo de pretos é muito pequeno (8,2% da po-

pulação em 2011) e, por isso, poderão ocorrer distorções nos dados se essa população for analisada isoladamente. A margem de erro de dados mais desagregados, como os separados por níveis de escolaridade e rendimento, por exemplo, pode se fornar elevada e distorcer as análises. Isso porque, embora tenham sido entrevistadas 359 mil pessoas no ano passado,

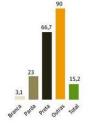
nham sido entrevistadas 359 mil pessoas no ano passado, a amostra da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Do-micílios) não suporta muitos cruzamentos de dados quan-do se separa o grupo de pre-tos —nomenclatura adotada pelo IBGE—do de pardos. (PS)

Crescimento da população de 2001 a 2011, em %

jovens brancos mais pobres (renda domiciliar per capita de até 1/2 salário minimo) tinham, no ano passado, acesso à universidade, mais que os 9,8% das populações preda e parda somadas.

No total, os brancos matriculados no ensino superior subiram de 39,6% em 2001 para 65,7% em 2011. Nesse intervalo, o total de pretos e pardos no ensino superior cresceu de 10,2% para 35,8%. Para Marcelo Paixão, professor do Instituto de Economia da UFR, isso mostra que o problema do acesso dos jovens negros às universidades se reporta não somente às condições económicas. Fosse essa a única explicação, diz, o percentual de pretos e pardos frequentando instituições de ensino superior seria igual ao de brancos em igual condição de renda. Pelo lado da oferta, o Prou i (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) contribuiram para o atendimento da demanda crescente por vagas, consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de a consequência do aumento do número de a consequência do aumento do número de ado se a consequência do aumento do número de a consequência do aumento do número de a consequência do aumento do número de a consequência de aumento do número de a consequência de aumento do número de a consequência de aces de consequência de aces de

cente por vagas, consequên-cia do aumento do número de alunos no ensino médio. Já José Luiz Petruccelli, técnico do IBGE, afirma que





MORRIS KACHANI ENVIADO ESPECIAL AO RIO

(cursinhos, supletivos e alfabetização de adultos)

9,1 18 a 24 anos no ensino superior

2011

31% foi o crescimento do acesso de brancos à universidade de 2001 a 2011, superior ao aumento de apenas 3,1% dessa população no período

Matrículas em cada série escolar % de estudantes matriculados nas séries correspon dentes à sua idade, por faixa etária e cor, em 2011

Branca Preta ou parda

Até dez anos atrás, quan-do adotou o sistema de cotas, a Uerj (Universidade do Esta-do do Río de Janeiro) mais pa-

recia um shopping da zona sul, área nobre da cidade, com o predominio de alunos brancos da classe média. Hoje, o apelido da Uerj é "Congo". Surgiu em 2005, em un torneio esportivo envolvendo faculdades de direito, quando as torcidas adversárias assim se referiam, em om de gozação, à diversidade é emica da universidade. Os alunos da Uerj decidiram assumir o colorido e, dese então, o país africano tuma especie de icone da autoafirmação, a ponto do oministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux, que, assim como Joaquim Barbosa, leciona na Uerj, tercitado o Congo no voto sobre cotas para negros em abril. A Uerj foi uma das primeiras universidades a adotar o sistema, em trajetória de erros e acertos. Hoje, 45% das vagas são reservadas para cotas para fueria de aito filogenas e 5% para deficientes. O denominamegros e indigenas e 5% para deficientes. O denominar como en constas xogas de de scolas públicas, 20% para negros e acertos. A reportagem da Folha organizou grupos de discussão com alunos - cotistas xogas socias, raciais e não cotistas — e outra professor constas socias, raciais e não cotistas se não cotistas se cois un vorses es a ratirtira.

raciais e não cotistas — e ou-viu professores e a reitoria. A percepção é que o siste-ma de cotas implantado na universidade ainda apresen-ta distorções e que o precon-ceito existe, porém a avalia-ção, de maneira geral, é mais recitiva do que poentas

positiva do que negativa.
O cotista tem direito a uma
bolsa de R\$ 400, a cursos de
reforco e a material gratuito.

A EXPERIÊNCIA NA UERJ

Ingressantes desde 2003 estuua... 20% 43% 34% 66% Relação candidato/vaga no vestibular 2012

Administração Direito Direito
Engenharia civil
Jornalismo
Medicina Nota de corte no vestibular 2012

Administração Direito Engenharia civil Jornalismo Medicina

além de desconto no bandealém de desconto no bande-ião, pelo qual paga R\$ 2 no al-moço — não cotistas pagam R\$ 3. A bolsa, antes restrita ao primeiro ano, foi estendi-da em 2008 em razão do ao primeiro ano, foi estendi-da em 2008 em razão do alto índice de evasão. De acordo com o estudan-

alto indice de evasão.
De acordo com o estudante Rodoffo Righi e seus colegas Matheus e Rodrigo (todos
não cotistas), hã um alunocista, do primeira marte ergenharia, que não eabe sobre
seno e cosseno. "E claro que
a aula anda mais devagar e
acaba sendo nivelada por baico" reclamam os estudantes.

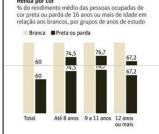
A nota de corte é um pon

A nota de corte é um pon-tuação mínima em engenha-ria civil para não cotistas foi 81. A de cotistas de escola pú-blica, 41. A de negros, 36. 81. A de cotistas de escola pú-blica, 41. A de negros, 36. Outra distorção está na de-núncia de que alguns alunos brancos se autodeclaram ne-gros. "São casos pontuais, mas não há como fiscalizar. A lei se autoaplica", diz a sub-reitora Lená Menezes. "inves-tigamos os sinais de riqueza apenas quando não corres-

queexigen carcito, rias quais sa deficiencias de formação são mais visíveis. Segundo um cotista de economia, que preferiu não se identificar, muitos sentem vergonha no início. E há preconceito". Por outro lado, o aprendizado resultante do convívicom a diferença é valorizado: "É bom juntar todos na mesma sala. Eu mai saía da zona sul, nunca tinha conhecido ninguêm que pegava trem par a irectolégios. A defial ultura de la consecuencia de la consecu

de qualidade do ensino na universidade não caiu depois da adoção das cotas.

A comparação da performance dos formandos da universidade no Enade antes e depois da adoção da medida mostra que a média geral na Uerj se manteve, com pequenas mudanças nas notas, para cima ou para baixo, de



Disputa judicial nos EUA pode pôr fim em critérios raciais nas universidades

Suprema Corte analisará caso de estudante que diz ter sido recusada em instituição do Texas por ser branca e reaquece debate no país

LUCIANA COELHO

cewasinistro

Cinco décadas de ações
afirmativas nos EUA podem
chegar ao fim em junho próstimo, quando a Suprema Corte examinará o caso de uma
estudante que diz ter sido
preterida pela Universidade
do Texas por ser branca.
A instituição atribui a recusa ao desempenho insuficiente da jovem, Abigail Frisher, Mas a questão, independentemente da decisão, já alimenta um debate sobre qual
será o próximo estágio para
esse tipo de política no país
s. A ação afirmativa passou a
ser usada nos EUA, de forma
mais fimida, após a Segunda
Guerra. Virou política oficia
no início dos anos 60, com o
movimento dos direitos civis.
Após décadas de segregação racial inistitucionalizado,
o mecanismo se tornou, com
elativo sucessou meaziles-

ção racial institucionalizada, o mecanismo se tornou, com elativo sucesso, um catalisador da equalização de oportunidades, embora seu impacto sobre a redução da poteza entre os negros tenha se mostrado pequeno. Desde 1978, porêm, a raça não pode ser usada como far definidor da admissão em uma universidade american, mas apenas como um dos elementos avaliados dentro de um conjunto mais amplo.

m coniunto mais amplo

A determinação vem de de-cisão da Suprema Corte toma-da naquele ano e reafirmada em 2003, última vez que a má-

xima instância jurídica dos EUA tratou do tema. Cinco décadas de ação afirmativa no pais alimentaram um vigoroso debate, com criticos e defensores de uma remodelação —mesmo entre os que apoiam essa política. A comparação com o Brasil, entretanto, é complicada. Nos EUA, a admissão em uma faculdade já envolve uma série de critérios subjetivos (habilidades artisticas e esportivas, histórico familiar e experiência de vida, entre outros),

vas, historio diaminat experiência de vida, entre outros), além de redações, notas e um exame nacional de matemática e lingua inglesa, o SAT. Para a professora de Direito de Harvard Lani Guinier, uma das maiores estudiosas do tema, mesmo os critérios de taluais acabam por privilegiar quem vem de familias abastadas. "São um substituto para critérios de riqueza", dizum segundo descompasos é que nos EUA não há lei federal sobre ação afirmativa em universidades, apenas a baliza da Suprema Corte. Como os Estados têm enormegrau de autonomia, seis deles já reverteram a política de ação afirmativa — o último foi Oklahoma, nas eleições do dia 6 de novembro. Além disso, ganha corpo a tendência de substituição do critério racial pelo socioeco-nômico (como ocorre no Brasil, ambos estão ligados). Na Flórida e no Texas, o alvo do caso que está agora na lustiça, parte das vagas nas universidades públicas é reservada para os melhores alunos de cada escola (os 20% com melhores notas em cada turna na Flórida e os 10% primeiros em cada sala de aula o Texas), independentemente da performance desigual das escolas.

gual das escolas.

A inscrição nos colégios, contudo, é feita seguindo a geografia, e instituições em bairros pobres costumam receber menos investimento e ter pior desempenho —nada muito diferente do Brasil. Dada do 2011 dos de 2011 do Censo, por sua vez, indicam que o índice de pobreza é mais alto em comu-nidades negras e latinas.



Cinco décadas após fim de segregação, aumenta número de jovens 'birraciais'

Cor de pele nos EUA, como no Brasil, é autodeclarada. Mas, no país, a tendência é que pessoas com ancestráli-dade negra — mesmo longín-qua ou parcial — se declarem negras e assim sejam vistas. Se no Brasil cada vez mais sente se diz neera, como mos-

Se no Brasii cada vez mais gente se diz negra, como mos-trou o último Censo (2010), nos EUA cresce o número de jovens que se declaram "bir-raciais" (no país, os termos "mulato" e "mestiço", que denotam mais mescla do que coma são poiorativos

soma, são pejorativos). O movimento tem a ver

com a ascensão de Barack Obama — o presidente de mãe branca do Kansas e pai negro do Quênia — e com a chega-da à idade adulta dos netos da geração que viveu o perío-do de segregação no país. Nos formulários em que se indaga a cor de pele, as op-ções costumam ser "branca", "negra", "hispânica", "asiá-tica", "indigena", "lihêu do Pacífico" (havaianos) e "ou-tros". Só o Censo abre espa-ço para os que relatam per-tencer a dois ou mais grupos e que são hoje 2,3% da popu-lação (os negros são 13,1%). Não raro, a rigidez da divi-

são alimenta dúvidas existenciais. O próprio Obama, na autobiografia "A Origem dos Meus Sonhos" e em suas entrevistas para a biografia "A Ponte", de David Remnick, confessa que, tendo sido criado pelos avós brancos em um lugar isolado da tensão racial americana, o Havaí, demorou a se identificar como negro. A jornalista da CNN Soledad O'Brien, morena, filha de pal australiano e mãe cubana negra, identifica-se como negra e diz ter sua identidade questionada reiteradament devido à aparência.

mente devido à aparência. "Pessoas de ascendência

africana refletem uma miriade de tons de pele e fenótipos", escreve Yaba Blay, professora de estudos africanos
e de gênero ao apresentar seu
projeto (1) he Drop (uma gota), sobre identidade racial,
"Muitas vezes, porém, ao
vermos pessoas que se identificam como negras, mas não
se encaixam no estereótipo,
questionamos não só sua
identidade como sua negritude e nosas relação com
eles", afirma Blay, parceira
de O'Brien em uma série de
reportagens chamada "Who
B Back in America?" ("Que
é negro nos EUA?"), da CNN.
Blay cita o lider estudantil
sul-africano Steve Biko, asassasinado em 1977 no movimento contra o apartheid;
"Ser negro não é questão de
pigmentação, mas um reflexo da atitude mental". (4)



Empresas são o foco de sistema criado por Mandela

FÁBIO ZANINI

Se na maioria dos casos a ação afirmativa é usada para inclusão e reparação, na Áfri-ca do Sul ela é vista como

ca do Sul ela é vista como uma política para garantir a sobrevivência do Estado. Essa é, pelo menos, sua origem. Repartir rapidamente a riqueza nacional com a massa negra reprimida no apartheid foi a prioridade do presidente Nelson Mandela depois da sua eleição, em 1994, Do contrário, o país poderia

ter entrado em guerra civil.
A política inclui medidas como cotas em universidades e no serviço público. Mas o ponto mais chamativo é a sigla BEE, de Black Economic Empowerment, ou "fortalecimento econômico negro". Seu foco está nas empresas e funciona com base em sete critérios quantitativos, da proporção de negros em cargos de diretoria à eficiência de programas de capacitação. Um temido "scorecard" (boletim), com os pontos que a empresa recebe dos órgãos

nscanzadores, vira uma sen-tença. Quem tiver baixa pon-tuação não consegue contra-tos com o governo. No limite corre risco de ação judicial

Em 18 anos, a ação afirma-tiva se mostra tímida. Hoje, tiva se mostra timida. Hoje, negros têm renda per capita de US\$7.000, e 90% possuem agua encanada. Mas a renda negra ainda é um sexto da branca, Já o desemprego en-tre homens negros é de 40%, cinco vezes maior do que en-tre homens brancos. O per-centual de negros com curso universitário não chega a 9%,

segundo o Censo de 2011. En

segundo o Censo de 2011. Entre os brancos, é de 38%.
Mas a maior crítica ao BEE é sua permeabilidade à inge-rência política e à corrupção.
Uma indústria de "consulto-rias" faz com que empresas aparentem estar quites com o programa, enquanto autoridades fazem vista grossa ao cumprimento de critérios.
E uma casta de cacíques do Congresso Nacional Africano. o partido que está no poet, fez fortuna empresando sua imagem à diretoria de grandes corporações.

'Reservas' indianas abrangem mais de 3.000 castas e 49,5% das vagas

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

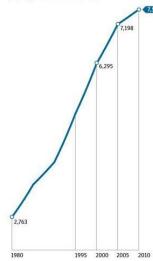
Em 1990, pelo menos dez Em 1990, pelo menos dez-universitários indianos atea-ram fogo em si próprios. Pro-testavam contra a Comissão Mandal, que ampliou para 49,5% as cotas para castas mais baixas da Índia em em-

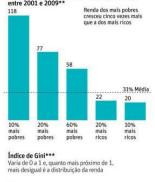
mais baixas da India em empregos no governo do país.
O ato, feito por estudantes "brâmanes" (casta mais alta) que temiam ser alijados dos melhores postos, simbolizam a controvérsia da política de "reservas" na India. A ação afirmativa começou a ser implementada na Constituição de 1994, Seu ideapendência de 1994, Seu ideapendência de 1994, Seu ideapendência de 1994, Seu ideapendência a de 1994, Seu ideapendência a de 1994, Seu ideapendência de 1994, grupo eram restritos às pio-res formas de trabalho e não

res formas de trabalho e não podiam tocar na comida de membros de outras castas. A Constituição tornou a discriminação ilegal. Foi cria-do o sistema de cotas para os "dalits" ("scheduled castes", ou SC), e para os "adivasi" ("scheduled tribes", ou ST). Juntos, SC e ST lem direito a 22,5% dos empregos estatais e das vagas nas escolas e uni-

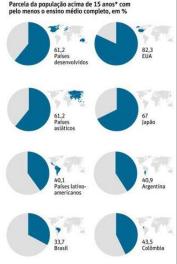
versidades públicas da Índia.
Nos anos 90, foram criadas
cotas também para as chamadas "other backward classes", ou OBC, (outras classes
atrasadas), que incluem mais
de 3.000 castas em desvantagem social ou educacional.
Seus membros passaram a ter
direito a 27% das vagas no setor público e, a partir de 2008,
em universidades e escolas.
Portanto, na Índia de hoje,
49.5% das vagas estão reservadas. E há cotas por Estados.
Acredita-se que o sistema
chama ajudado a reduzir a pobreza e aumentado o accesso

tenha ajudado a reduzir a po-breza e aumentado o acesso à educação. Emprego públi-co se tornou o principal pas-saporte para a classe média. Maso sistema de cotas cau-sa também distorções. A prin-cipal crítica é que muitos be-neficiados não são pobres. E há brâmanes pobres que têm neficiados não são pobres. E há brāmanes pobres que têm notas altas e não conseguem entrar em boas faculdades. A qualidade das universidades também caiu —para cumprir a cota, foram admitidos alu-nos não qualificados. Outra crítica é o uso eleito-ral das cotas. Para ganhar apoio de partidos dominados pelas castas mais baixas, po-liticos propõem um número cada vez maior de cotas.









Aumento da escolaridade resulta em diminuição da desigualdade

O aumento da escolaridade foi acompanhado de que-da da desigualdade de renda no Brasil nos últimos anos, Essas tendências têm uma relação forte de causa e efei-

resass tentueircas tentuina relação forte de causa e efeito. O maior acesso à educação explica fatia importante da redução na distância entericos e pobres no país. A origem desse processo data da decada de 90, com a expansão no número de crianças e jovens das classes sociais mais baixas que passaram a frequentar escolas. A universalização do acesso ao ensino fundamental (destinado a crianças de seis a 14 anos) foi um passo importante nesse processo. Depois vieram outras politicas que aumentaram o aces-

Depois vieram outras poli-ticas que aumentaram o aces-so à educação no Brasil, co-mo o maior volume de trans-ferências do governo federal para que municípios caren-tes pudessem investir em seus sistemas educacionais. Os resultados têm sido o aumento da escolaridade mé-

Maior acesso à educação explica diminuição da distância entre ricos e pobres, mas nível de estudo ainda é baixo em relação a outros países

dia no Brasil e a queda da enorme distância educacional entre as classes sociais. Estudo recente dos economistas Naercio Menezes Filho (Insper e USP) e Alison Pablo de Oliveira (USP) mostra que, em 1992, os 10% mais ricos do país tinham escolaridade 4,5 vezes maior do que a dos 10% mais pobres. Em 2009, essa diferença havia se reduzido para 3,2 vezes.

O crescimento mais rápido da escolaridade da população de renda baixa se refletiu em ganhos também mais ace-

lerados de rendimentos.
Entre 2001 e 2009, a renda
dos 10% mais pobres cresceu
118%, contra a expansão de
20% no topo da pirâmide.
"Melhoras na educação,
principalmente o aumento no
número de alunos cursando
o ensino médio, contribuíram
de forma significativa para reduzir a desigualdade no pais", afirma Menezes Filho.

IMPACTO GRANDE

IMPACTO GRANDE
Os cálculos de Menezes Filho e Oliveira mostram que a
educação explica 26% da
queda da desigualdade de
renda ocorrida no Brasil entre 2001 e 2009, medida pelo
chamado indice de Gini elver
gráfico nesta página).
A conclusão é similar aos
resultados encontrados anteriormente em poseruisa contretrormente em poseruisa contreriormente em poseruisa contre-

resultados encontrados ante-riormente em pesquisa coor-denada pelo economista Ri-cardo Paes de Barros, que atribuiu à educação peso de 30% na redução da dispari-dade de renda per capita no país entre 2001 e 2007. riormente em pesquisa coordenada pelo economista Ricardo Paes de Barros, que atribuiu à educação apeso de 30% na redução da disparidade de renda per capita no país entre 2001 e 2007.

O único fator que teve o mesmo impacto que a educação sobre a redução da desidado de renda porque, en composidado de reducação sobre a redução da desidado de renda porque, en quanto um número maior de profissionais passa a rece-

gualdade foi o salto no valor das contribuições pagas pe-lo governo (como pensões e aposentadorias), na esteira do forte aumento do salário mínimo, de acordo com o es-tudo de Paes de Barros.

PRÊMIO SALARIAL

O aumento da escolarida-de caminha de mãos dadas de caminha de mãos dadas com o crescimento da renda porque cada ano a mais de estudo tende a garantir ao trabalhador um ganho extra de remuneração. Esse é o chamado prémio salarial. Em países onde a desigual-dade educacional é grande, os prémios salarials tendem a ser muito elevados. Isso porque a demanda por profissionais qualificados supera muito ao ferta. Conforme o acesso à edu-

Conforme o acesso à edu-

ber salários mais altos, a dis-

ber salarios mais altos, a dis-paridade entre as remunera-ções diminui. É o que tem acontecido no Brasil. Cálculos feitos pelos eco-nomistas Fernando de Holan-da Barbosa Filho e Samuel Pessõa (ambos da FGV) mostraram justamente que os prê-mios salariais vêm caindo com o aumento da escolari-

mos salariais vem caindo com o aumento da escolaridade, mas ainda são altos. Para profissionais com 11 a 15 anos de estudo, o prêmio salarial era de, por exemplo, 32,8% em 2004. Segundo Barbosa Filho, esse percentual recuou, mas ainda é elevado e está próximo a 30%. "Os prêmios salariais ainda são altos no Brasil porque a escolaridade média tem muito espaço para crescer." Embora tenha aumentado nas últimas duas décadas, a escolaridade no Brasil permanece baixa em comparação com a de outros países. Os adultos brasileiros têm, em média, pouco mais de sete a mos de estudo, contra mais de nove anos na Argentina, quase dez no Chile e mais de 12 nos EUA.





Com qualidade de ensino ruim, Brasil, apesar de salto, ainda está três décadas atrasado em relação ao Chile

DE SÃO PAULO

Trinta anos. Esse é o tama-nho do atraso educacional do Brasil em relação ao Chile, Segundo o economista Ri-

Segundo o economista Ri-cardo Paes de Barros, o país consegue, somente agora, sua primeira geração de adul-tos com cerca de 30 anos de idade e aproximadamente nove anos de estudo. No chi-le, isso ocorreu em 1982 (com-jovens nascidos em 1952). "Apesar do progresso que vem acontecendo no Brasil, mas vem acontecenden o Brasil, mos so delexama delegar em com-parações delexama o delexaso coma edu-contribuiu para a maior desi-guidade de renda no país. Embora essa situação te-nha mudado nos últimos

enorme", afirma Paes de Barros, que é secretário de Ações Estratégicas da Presi-dência da República. Especialistas concordam que houve um salto educacio-

anos, especialistas alertam

anos, especialistas alertam para o risco de uma nova re-viravolta no processo. "O acesso ao ensino funda-mental foi universalizado, mas só 60% dos estudantes concluem esse etapa. Além disso, a qualidade do ensino ainda é ruim. Sem mudanças que ataquem problemas co-mo esses, a educação pode voltar a gerar desigualdade", afirma o economista Fernan-do Veloso, da FGV. Carlos Geraldo Langoni, um dos primeiros economis-

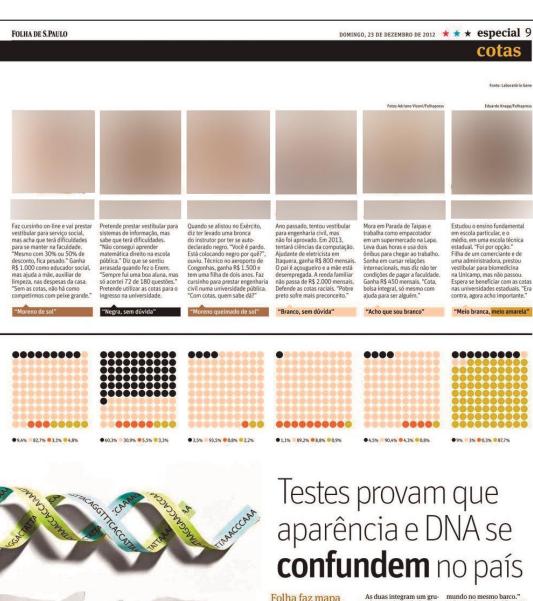
um dos primeiros economis-tas a pesquisar o impacto da

educação sobre a desigualdade no Brasil — e a descobrir a
relação significativa entre as
duas variáveis — concorda
com o diagnóstico.
"Houve um boom na quantidade de oferta da educação.
Agora, precisamos de um salto equivalente em termos de
qualidade", diz Langoni, expresidente do Banco Central
e diretor do Centro de Economia Mundial da FGV.
De acordo com Langoni e
Paes de Barros, o avanço tecnológico tenderá a levar a
uma demanda por mão de

obra cada vez mais qualificada no mercado de trabalho.
Se apenas uma parcela pequena de profissionais corresponder a esse perfil, o preino salarial oferecido a eles tende a aumentar fortemente, distanciando-se da renda dos menos qualificados e gerando desigualdade.
Isso tem ocorrido em alguns países desenvolvidos. Embora não existam indicios dessa tendência no Brasil, esse é um risco para o futuro.

se é um risco para o futuro. "Essa é uma ameaça real, "Essa é uma ameaça real, não porque o avanço educa-cional no Brasil seja lento, mas porque a tecnologia an-da a uma velocidade ainda mais rápida, ou seja, precisa-mos acelerar ainda mais os progressos na área de educa-ção", diz Paes de Barros. (EF)





Folha faz mapa genético de prévestibulandos de baixa renda de São Paulo, e resultado traz surpresas; oito dos 12 alunos afirmam ser mais favoráveis a cotas sociais

CLÁUDIA COLLUCCI

- ----

Mistura mestiça

A coisa fica mais complexa quando o casal é formado por duas pessoas de origem étnica misturada. Como cada gene pode, em boa parte dos casos, ser passado de forma independente para os filhos, tanto a proporção "mulata" dos pais pode ser mantida nos filhos como pode haver uma distribuição genetica diferente, levando a cores de pele mais claras ou mais escuras

.....

filho mestiço PELE CLARA

A mulata Célia da Silva se autodeclara "muito preta", mas menos de 10% dos seus genes são de origem africa-na. A loirinha Milene da Cos-ta se classifica como "muito branca", mas tem 37% de an-cestralidade africana. Ambas moram na periferia

cestralidade africana.
Ambas moram na periferia
de São Paulo, são de familias
de baixa renda e sempre estudaram em escolas públicas.
"Não esperava, mas adorei
saber [da ancestralidade africana]", afirma Milene, 17, que
imaginava ter pelo menos
40% de ancestralidade europeia—tem somente 11%.

qu% de ancestralidade euro-peia – tem somente 11%. Célia, 21. apostava que 60% da sua ancestralidade era africana, mas sua predo-minância genética é europeia (73%). "I és esperava, mas não sabia que era tanto."

As duas integram um gru-po de 12 pré-vestibulandos elegíveis para cotas nas uni-versidades, segundo a lei fe-deral, em algum dos três cri-térios (alunos de escola pú-blica, baixa renda ou cor).

Os alunos aceitaram ter o perfil genético investigado. Os testes foram feitos pela clí-nica Gene, de Belo Horizon-te, a pedido da **Folha**.

MISTURA GENÉTICA

Os resultados mostram que os estudantes, assim como grande parte da população brasileira, guardam uma mistura genética muito mais complexa do que sua aparência física possa sugerir.
Oito dos 12 estudantes, inclusive muitor que se autode-

cia fisica possa sugerir.

Oito dos 12 estudantes, inclusive quatro que se autodeclaram negros ou pardos, tendem a ser mais favoráveis às
cotas destinadas aos egressos de escola pública, chamadas de sociais, do que às cotas puramente raciais.

"A cota social é mais bemvista e, indiretamente, fá beneficia o negro. A racial é
muito importante, mas, às
vezes, gera mais preconceito", declara Célia.

Clarisse Antunes, 18, que
se autodeclara negra (tem
60% de ancestralidade africana), acredita que as cotas
sociais beneficiam muitas
pessoas que não têm base para ingressar numa faculdade.
"Mas as cotas raciais ainda
são necessárias", afirma.

Júnior Ramalho Franco,
20, que se "acha" pardo (tem
1,8% de ancestralidade ne1,8% de ancestralidade negra), è prô-cotas sociais por
pensar que incluem pretos e
brancos pobres. "Está todo

mundo no mesmo barco."
Para Johnny da Silva, 23, "moreno de sol" (93,5% de ancestralidade europeia), as sociais são mais "democráticas", "Vamos disputar nós contra nós mesmos, brancos, negros ou pardos."
Já Luan Perosa Chitto, 21, Joranco (89,2% de ancestralidade europeia), defende que as cotas raciais devam existir independentemente das sociais. "A sociedade ainda tern uma divida grande com eles. Pobre branco sofre preconceito, mas pobre preto sofre muito mais. Eu nasci e vivo na periferia e sel disso."
Segundo frei David Santos, atvista da causa negra e presidente da Educado, há um bombardeio da sociedade contra as cotas raciais, e o resultado é que até os negros são influenciados por ele e passam a considerar as cotas sociais uma opção melhor. "Vários setores da sociedade, principalmente a mídia, em insistido na tese da genotipagem. É uma tese equivocada, maldosa. O preconceito é no fenótipo, Quanto mais negro ocidadão é, mais chances elem de apanhar da policia."

genótipo. Quanto mais negro o cidadão é, mais chances ele tem de apanhar da polícia."

66 Para melhorar a qualidade da escola pública, vai demorar muito. As cotas entrar na faculdade. O resto é com a gente MILENE VIEIRA DA COSTA

